

GÊNERO, PODER E POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SANA GIMENES ALVARENGA DOMINGUES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2010

SANA GIMENES ALVARENGA DOMINGUES

GÊNERO, PODER E POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de mestre, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marinete dos Santos Silva.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2010

SANA GIMENES ALVARENGA DOMINGUES

GÊNERO, PODER E POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 10 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Dr.^a Marinete dos Santos Silva - Orientadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Dr. Sergio de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Dr.^a Yolanda Lima Lôbo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2010

Aos meus pais, Armonia e Renato, que têm me apoiado na minha caminhada. A eles devo minhas (ainda) pequenas conquistas e a minha maior herança: a educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos acidentes do destino, que me fizeram conhecer as ciências sociais e, com isso, mudaram minha vida, tenho certeza de que para melhor.

Já de forma consciente, fiz uma escolha fundamental para meu crescimento intelectual e pessoal, que foi a de ter cursado as disciplinas ministradas pela professora Marinete, que viria a se tornar minha admirável orientadora. Sem ela, acredito que tudo teria sido mais difícil e menos estimulante.

Agradeço, também, aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política por compartilharem comigo as dificuldades e alegrias do percurso acadêmico. Em especial, aos meus queridos Fabio e Lorena, não apenas colegas de profissão, mas companheiros de vida.

Às minhas amigas “cariocas”, Catharina e Helen, que tantas vezes me acolheram no Rio de Janeiro e tornaram o meu trabalho de campo mais divertido.

A Breno, que, antes de tudo, é o meu grande amigo e incentivador e acompanhou de perto a gestação dessa pesquisa.

À Secretária de Mulheres do PT/RJ, Cristina Dorigo, que abraçou, de pronto, o meu projeto e foi imprescindível para a realização desse trabalho.

E a todos os entrevistados e membros do PT que me ajudaram a produzir esse estudo, na esperança conjunta de contribuir para uma sociedade mais igualitária para todos os cidadãos e cidadãs.

"Não se pode escrever nada com
indiferença".

Simone de Beauvoir

RESUMO

O escopo deste trabalho é refletir sobre a forma como a mulher brasileira tem se inserido no, tradicionalmente masculino, universo político-partidário. Para tanto, parte-se da análise do Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Rio de Janeiro, o maior partido de esquerda brasileiro, tendo em vista que tal partido possui uma ligação histórica com as bandeiras das minorias, bem como com o próprio movimento feminista. Buscou-se avaliar as dificuldades que as mulheres têm enfrentado para ingressar na vida política do país, mesmo em face de mudanças na legislação eleitoral, e mesmo no que se refere a um partido teoricamente comprometido com a igualdade de gênero, como o Partido dos Trabalhadores. O presente estudo faz uma retomada da participação feminina na vida pública que engloba a luta pelo voto feminino, a história do movimento de mulheres e a inserção feminina no cenário político do Brasil. Traça-se, também, uma breve história do PT, dando relevo a sua ligação com os movimentos sociais. Por fim, faz-se uma análise das falas de membros desse partido, com o objetivo de verificar de que forma o PT tem atuado diante das questões de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Política; Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The scope of this work is to think about the form like the Brazilian woman has been inserted in traditionally masculine universe of politics and parties. For this purpose, it's done the analysis of the Workers' Party (in Portuguese: PT) of the State of the Rio de Janeiro, the biggest left-wing party of Brazil, considering that this party has a historical connection with the flags of the minorities, as well with the feminist movement itself. We tried to evaluate the difficulties that women have been facing to join the political life of the country, even in the face of changes in the electoral law, and even in the case of a party theoretically committed to gender equality, such as the Workers' Party. The present study does a recovering of female participation in public life that includes the struggle for women's suffrage; the history of the women's movement and the feminine insertion in the political scenery of Brazil. Also is plot a short history of the PT, with an emphasis on its connection with the social movements. Finally, is done an analysis of the speeches of the member of that party, with the objective to check how the PT has been acting about the gender issues.

Key words: Gender; Politics; Workers' Party.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – A LUTA PELA CIDADANIA FEMININA: UM LONGO PERCURSO.....	15
1.1 A REVOLUÇÃO FRANCESA E O FIM (?) DO PATRIARCADO.....	15
1.2 OLYMPE DE GOUGES E JEAN-JACQUES ROUSSEAU: SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM (E TAMBÉM DAS MULHERES).....	19
1.3 A LUTA PELO SUFRÁGIO FEMININO.....	22
1.3.1 O SUFRAGISMO INGLÊS.....	23
1.3.2 O SUFRAGISMO NORTE-AMERICANO.....	24
1.4 A PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL.....	26
1.4.1 FORMAS DISPERSAS DE ORGANIZAÇÃO FEMININA.....	27
1.4.2 A ATUAÇÃO TÁTICA DE BERTHA LUTZ.....	29
1.5 A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL.....	32
1.5.1 DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÃO.....	34
1.5.2 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER.....	36
CAPÍTULO 2 – O NASCIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	38
2.1 PARTIDOS POLÍTICOS E FEMINISMO.....	38
2.2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	41
2.3 O FEMINISMO NO PT.....	46
CAPÍTULO 3 – GÊNERO E POLÍTICA NO BRASIL.....	54
3.1 MULHER E POLÍTICA COMBINAM?.....	56

3.2 IGUAIS OU DIFERENTES?.....	61
3.3 A LEI DE COTAS.....	67
CAPÍTULO 4 – A DISCUSSÃO DE GÊNERO DENTRO DO PT/RJ.....	74
4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	74
4.2 O QUE DIZEM OS HOMENS E AS MULHERES PETISTAS?.....	76
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE.....	104

INTRODUÇÃO

A emancipação feminina alcançou, no estágio atual, conquistas nunca antes vistas. As mulheres ocupam posições de destaque na sociedade ocidental moderna e, mesmo nas sociedades mais tradicionais, o questionamento da sujeição feminina começa a ser colocado em pauta.

Nesse cenário, parece a muitas pessoas, inclusive às jovens mulheres que disputam carreiras concorridas e que têm liberdade sexual, não fazer muito sentido falar em luta feminista. Muitas nem têm consciência da importância desempenhada pelos movimentos de mulheres na efetivação de direitos, hoje, tão banais.

Ocorre que, a despeito dos avanços realmente alcançados, as mulheres ainda são cidadãs de segunda categoria. As contingências do mundo moderno não fizeram cessar as desigualdades de gênero, mas obrigaram a dominação masculina a se equacionar de uma maneira mais sutil, ou melhor, de uma forma mais sofisticada. Isso explica, inclusive, a aparente imperceptibilidade dessa forma de dominação.

Ademais, as explicações biológicas e essencialistas, que tradicionalmente legitimavam tais desigualdades, ainda possuem força e são reforçadas mesmo pela ciência moderna¹, o que torna o argumento androcêntrico mais poderoso.

Michelle Perrot sintetiza bem o desafio atual das mulheres:

¹ Vide a supervalorização da influência hormonal ou as interpretações impregnadas de parcialidade acerca das diferenças entre os cérebros de homens e mulheres tão divulgadas pela mídia.

Como acontece freqüentemente, uma vez satisfeitas as reivindicações, adquiridos os novos direitos, as organizações recuam, não tendo realmente a ambição de se inscrever no longo prazo, por não serem nem um partido nem mesmo uma associação estável. As organizações renovam-se, reformam-se de acordo com outros desafios: hoje, o da paridade em matéria política².

Assim, a esfera política, reduto historicamente masculino, ainda é um campo refratário à atuação feminina. Isso continua ocorrendo no Brasil mesmo mais de uma década após a entrada em vigor da Lei 9.504/97, que estabeleceu, em seu artigo 10, § 3º, que os partidos devem destinar uma percentagem mínima de trinta por cento e máxima de setenta por cento de suas candidaturas para cada sexo.

Essa modificação inseriu, no Brasil, a política de ação afirmativa baseada no sexo, o que, na prática, significa que deve haver uma cota mínima de trinta por cento de candidatas mulheres em todos os partidos.

Cabe então questionar de que maneira os partidos políticos brasileiros têm se adaptado a essa lei, sobretudo, aqueles que se autodenominam de esquerda³. Isto porque, historicamente, os partidos de esquerda sempre estiveram alinhados às demandas das minorias, razão pela qual é necessário observar seus posicionamentos em face dessa nova demanda.

Para tanto, a presente pesquisa, através de uma análise qualitativa, debruçou-se sobre o caso do maior partido de esquerda brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT)⁴. Esse estudo buscou averiguar se a inclusão feminina tem se efetivado de forma realmente plena, ou ao menos de acordo com os ditames legais, no PT do Estado do Rio de Janeiro, um Estado de inegável relevância política e com um longo histórico de lutas feministas.

² PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 151.

³ Muito se discute, nos dias de hoje, se a distinção entre esquerda e direita não estaria ultrapassada em razão da crise das ideologias (em especial, com a crise do socialismo), da complexidade das sociedades democráticas e das novas formas de ação política. Todavia, e na esteira do que defende Norberto Bobbio, parte-se, aqui, do entendimento de que não se pode negar validade a conceitos estruturantes e que ainda fazem parte do imaginário cotidiano e da linguagem política. Por esse motivo, o autor sugere que, a despeito das transformações pelas quais passaram esses dois conceitos, o traço distintivo da esquerda diria respeito à busca pelo igualitarismo, ou seja, à “tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995, p.110). Sendo assim, enquanto a esquerda lutaria pela superação não só das desigualdades jurídicas e políticas, mas também das sociais, a direita (e dessa afirmação não se depreende nenhum juízo de valor), consideraria as desigualdades humanas não apenas insuperáveis (ou superáveis apenas com o sacrifício da liberdade), mas também proveitosas, na medida em que estimulariam o desenvolvimento social.

⁴ Essa afirmação se baseia não apenas no número de filiados, mas também no sucesso eleitoral do partido, assim como no próprio alcance nacional obtido pelo PT.

Nesse sentido, convém destacar que desde sua fundação, em 1980, o Partido dos Trabalhadores possui uma organização feminista. O Estatuto do PT estabelece, logo em seu primeiro artigo, que o partido em questão se trata de uma associação voluntária de *cidadãs* e cidadãos, além de estabelecer que uma de suas diretrizes basilares é a eliminação das desigualdades e injustiças.

O mesmo Estatuto dispõe, em seu art. 14, II, que dentre os deveres dos filiados está o combate a todo tipo de discriminação relativa ao gênero e à orientação sexual. E, ainda, o art. 22, V, do mencionado Estatuto, determina que, no mínimo, 30% dos integrantes das direções partidárias sejam mulheres⁵. Tal determinação, inclusive, existe desde 1991, quando foi aprovada já no 1º. Congresso do partido.

A partir desse histórico, é preciso questionar: Tem o PT realmente se posicionado junto à luta feminista na prática político-partidária, ou seu engajamento se resume ao plano teórico? Em síntese, é essa pergunta que o presente trabalho se propõe a responder. Para tanto, nada mais pertinente do que dar voz aos próprios membros do PT/RJ.

Por essa razão, foram realizadas entrevistas gravadas com as figuras centrais do PT no âmbito estadual, bem como com petistas que pudessem contribuir para o estudo da problemática de gênero dentro partido. Tais entrevistas foram conduzidas de forma semi-estruturada, partindo de um roteiro básico que se encontra no fim desse trabalho.

A presente leitura se divide, então, da seguinte maneira:

No capítulo I é traçada uma breve história da luta pela cidadania feminina no mundo e no Brasil. Nessa esteira, coloca-se relevo na luta pelos direitos do homem e do cidadão na Revolução Francesa e na trajetória dos movimentos de mulheres e feminista⁶, com especial destaque dado ao movimento sufragista no começo do século XX e à luta pelos direitos civis a partir da década de 60.

⁵BRASIL. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores.** Disponível em: <http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/textos/estatutopt.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2009.

⁶ Adota-se, aqui, a distinção entre movimento de mulheres e movimento feminista no sentido de que o primeiro engloba quaisquer formas organizadas de atuação de mulheres na sociedade, ao passo que o segundo abarca apenas as organizações de mulheres voltadas especificamente para a conquista de direitos para o sexo feminino, percebido como desfavorecido nas relações sociais. Nesse sentido, o movimento feminista não deixa de ser um tipo de movimento de mulheres. Assim, “se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para a partir da própria condição

O capítulo II apresenta uma breve reflexão sobre o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Trata-se, aqui, da relação desse partido com a luta pela redemocratização do Brasil e, sobretudo, de sua histórica ligação com os movimentos sociais, dentre os quais se pode enfatizar o movimento feminista.

Já no capítulo III, faz-se uma apreciação geral da inclusão feminina no cenário político-partidário na história recente do Brasil. Para isso, destacam-se, especialmente, os fatores que mais embaraçam essa inserção. Também se coloca em questão a chamada política de cotas por sexo e sua efetividade para o *empoderamento*⁷ feminino, bem como o complexo debate sobre igualdade e diferença entre homens e mulheres.

Por fim, no capítulo IV, são trazidas à tona as falas dos membros do PT do Rio de Janeiro e procede-se a uma análise das mesmas, com o objetivo de avaliar se o discurso do Partido dos Trabalhadores realmente se insere em uma lógica feminista.

de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre outros". (PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 43).

⁷ Sobre esse termo, que ainda não existe na língua pátria, esclarece Maria Lygia de Moares: "Uma palavra muito utilizada hoje nos textos e discursos dos organismos internacionais ligados aos movimentos sociais é o 'empoderamento', um neologismo para designar a orientação política de tornar a mulher sujeito de seus atos" (MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p.495-515, 2003, p.512).

CAPÍTULO 1 – A LUTA PELA CIDADANIA FEMININA: UM LONGO PERCURSO

O conceito de cidadania variou bastante conforme o tempo e o espaço. Mesmo no ocidente moderno, ele ainda é um conceito plural. Em linhas gerais, ele pode ser resumido como a participação na vida da cidade, abarcando os direitos e deveres inerentes a esta participação. Para ser realmente plena, entende-se que a cidadania precisa englobar uma cidadania civil, uma cidadania política e uma cidadania social. Os direitos civis são aqueles relativos à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade perante a Lei. Os direitos políticos são aqueles que permitem a participação dos cidadãos no governo da sociedade. Já os direitos sociais são os que garantem que todos os indivíduos possam participar da riqueza coletiva⁸. Em todos esses sentidos, porém, foi difícil para a mulher se tornar cidadã, em especial, no que se refere à cidadania política.

Para que se possa falar em luta cidadã, é mister que se fale também em Revolução Francesa. Isso porque, em última análise, ser cidadão, hoje, significa que os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade foram conquistados.

1.1 A REVOLUÇÃO FRANCESA E O FIM (?) DO PATRIARCADO

⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

A Revolução Francesa, marco da luta pela cidadania moderna, despontou como a grande promessa dos direitos cívicos para as mulheres. Tal promessa, no entanto, não se concretizou plenamente⁹.

Emmanuel Joseph Sieyès, o organizador do sufrágio francês em 1789, fazia uma distinção entre cidadãos ativos e passivos. E considerava que as mulheres eram cidadãs passivas, assim como os loucos e as crianças. Assim, elas teriam direito à proteção de sua pessoa, mas não teriam direito de participar ativamente dos poderes públicos¹⁰.

Isso mostra que a maioria dos revolucionários franceses não se interessou pelo destino de suas companheiras de luta¹¹. Tal posicionamento é claramente controverso, uma vez que esses homens eram os mesmos que rejeitavam a idéia de uma hierarquia natural, que defendiam a igualdade como caminho para se atingir a liberdade e que puseram suas vidas em risco na luta pelo fim do patriarcado político.

Como bem explica Elisabeth Badinter¹², o patriarcado não se refere apenas a uma concepção familiar baseada no parentesco masculino e no poder paterno. Esse termo também remete a toda uma estrutura social que emerge do poder de um “pai”. Nesse tipo de organização, o governante tem poder sobre os membros do grupo, assim como o pai tem poder sobre a família.

À época da Revolução, o grande “pai” da sociedade francesa era o monarca. A autoridade do soberano era baseada no direito natural e divino e, sendo Deus o modelo maior e perfeito da paternidade, as figuras de Deus, do pai e do rei estavam misturadas.

Efetivando, então, um “parricídio”, os revolucionários franceses puderam subverter os modelos ideológicos vigentes. Acabava-se assim com a noção de superioridade natural entre os homens.

⁹ Não se quer dizer com isso que a Revolução Francesa não tenha tido um peso importante para a emancipação da mulher. Ao contrário, a Revolução trouxe modificações significativas para o estatuto jurídico do sexo feminino, como o estabelecimento do casamento civil, do divórcio e o direito das mulheres à sucessão. Além disso, mesmo que não tenha sido da vontade dos revolucionários, os ideais que eles próprios propagavam acabaram sendo utilizados como aparatos ideológicos pelo incipiente movimento feminista.

¹⁰ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

¹¹ Muitas mulheres, sobretudo das classes populares, como as famosas peixeiras, participaram da luta revolucionária, protagonizando, inclusive, momentos marcantes da Revolução, como a invasão do Palácio de Versalhes

¹² BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro: relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

...O tríptico Liberdade, Igualdade, Fraternidade substituiu o antigo: Submissão, Hierarquia e Paternidade. Na república, a amizade fraternal entre os cidadãos substitui o sentimento de respeito que une os filhos ao pai. Os laços verticais cedem lugar a laços horizontais, únicos compatíveis com o ideal igualitário¹³.

Contudo, a idéia de uma superioridade natural dos homens sobre as mulheres não foi combatida, pois a ocupação do espaço público pela mulher sempre foi problemática. A mulher era vista como um ser carente de racionalidade. Por isso, dizia-se que eram incapazes de governar e a elas foram atribuídos os excessos, como, por exemplo, os da própria Revolução Francesa¹⁴. A única forma de uma mulher ser boa para a sociedade era, então, desempenhando seus papéis “naturais”: cuidar da casa e ser mãe; papéis estes que não exigiam mais do que entrega sentimental.

Esse tipo de representação simbólica, ainda que de formas variadas, vem se perpetuando no tempo, e atua de maneira estruturante para a sociedade. Nesse sentido, Françoise Héritier¹⁵ mostrou que nenhuma sociedade conseguiu produzir uma simetria absoluta entre homens e mulheres e que o fiel da balança sempre pende para o lado masculino¹⁶. A autora denomina tal assimetria de valência diferencial dos sexos. A valência diferencial dos sexos agiria, assim, como uma estrutura elementar do pensamento e daria significado a todas as oposições da natureza.

... os mitos de origem e de múltiplos sistemas filosóficos estão construídos sobre um sistema de categorias binárias, que opõem o masculino ao feminino, como superior ao inferior¹⁷.

Nessa mesma linha, segue Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina*:

¹³ BADINTER, Elisabeth. *Op. cit.*, p.170.

¹⁴ A Revolução Francesa funda, assim, o espaço público contemporâneo no ocidente moderno.

¹⁵ HÉRITIER, Françoise. **Masculino/Feminino**: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

¹⁶ O matriarcado é, na verdade, um mito nunca verificado em nenhuma das sociedades conhecidas e estudadas. Todas as sociedades são patriarcais, inclusive a moderna sociedade ocidental. O que varia socialmente é apenas a forma como o patriarcado se coloca, mas não o modelo em si de dominação dos homens sobre as mulheres.

¹⁷ BADINTER, Elisabeth, *Op. cit.*, p.132.

... A ordem da sexualidade não se constitui como tal (...), as diferenças sexuais permanecem imersas no conjunto de oposições que organizam todo o cosmos, os atributos e atos sexuais se vêem sobrecarregados de determinações antropológicas¹⁸.

E continua o autor:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente (...) em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação¹⁹.

A força da ordem androcêntrica reside, pois, no fato de que ela se baseia em uma série de oposições naturais, daí porque ser tida como neutra. Essa explicação não se aplica apenas a sociedades primitivas, uma vez que os mitos de origem da sociedade ocidental moderna também se baseiam na mesma lógica²⁰.

Vê-se, então, que os homens que lutaram pela conquista de direitos durante a Revolução Francesa acabaram sendo os mesmos que excluíram as mulheres do gozo desses direitos. A igualdade pleiteada esbarrava na diferença do sexo. Se esses homens queriam acabar com o patriarcado político, eles não queriam o mesmo fim para o patriarcado familiar.

A relação homem/mulher inscreve-se num sistema geral de poder que comanda a relação dos homens entre si. Isso explica porque, inicialmente, os primeiros golpes contra o patriarcado foram dados pelos homens, e não pelas mulheres. Antes de pensar em arruinar o poder familiar do pai, primeiro era preciso destruir o poder político absoluto do soberano, e solapar seus fundamentos religiosos. Esta é a evolução que todas as sociedades ocidentais conhecem, através de revoluções e de reformas, até o século XX. Mas se os homens se empenharam em construir uma nova sociedade, fundada sobre a igualdade e a liberdade, seu projeto, primeiro político, depois econômico e social, só dizia respeito a eles próprios, uma vez que desejavam ser os únicos beneficiários²¹.

A Revolução Francesa foi a razão primeira da derrubada do sistema patriarcal, mas ela não foi suficiente. Pelo menos, não para a mulher.

É preciso mencionar que, entre os revolucionários, também havia exceções. Existiam aqueles que não concordavam com a exclusão da mulher do

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 17.

²⁰ Um dos exemplos mais célebres é a explicação bíblica sobre o surgimento da humanidade através das figuras de Adão e Eva.

²¹ BADINTER, Elisabeth, *Op. cit.*, p.67.

espaço público, justamente em um cenário de inclusão social. Esses, contudo, não possuíam o prestígio de seus adversários e foram vozes vencidas²².

Para a maioria, a despeito dos fatos, foi como se as mulheres não tivessem participado efetivamente da Revolução Francesa. As que arriscaram se expor à vida pública “como se homens fossem” não eram respeitadas e foram consideradas loucas ou delinqüentes. Houve, contudo, muitas mulheres que contribuíram para a Revolução²³ e lutaram pelo direito de serem cidadãs. Olympe de Gouges é, provavelmente, o mais famoso exemplo.

1.2 OLYMPE DE GOUGES E JEAN-JACQUES ROUSSEAU: SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM (E TAMBÉM DAS MULHERES)

Em 1791, quando a Assembléia Nacional francesa preparava a redação do texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Olympe de Gouges redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, para que esta fosse incorporada àquela. Tal reivindicação, todavia, foi desconsiderada, pois, rompia com os papéis considerados próprios a uma mulher.

Olympe de Gouges era tida como uma “excêntrica”, pois, à época, já havia abandonado seu nome de batismo e os sobrenomes do seu pai e do seu marido²⁴, além de se dedicar à carreira de escritora de peças teatrais que tratavam de temas polêmicos como o abolicionismo e os direitos da mulher.

Contemporânea de Jean-Jacques Rousseau e influenciada, em certa medida, por ele, seus escritos não tiveram, contudo, o mesmo reconhecimento na história do pensamento filosófico²⁵. As teses *rousseauianas* foram, inclusive, mais do que influências políticas para a Revolução Francesa. Rousseau também foi o grande ideólogo da divisão sexual do espaço e do trabalho. Conforme pormenoriza Elisabeth Badinter:

²² Entre as honrosas exceções é possível destacar Pierre Guyomar, Joseph Lequinio e Condorcet, embora só esse último gozasse de maior prestígio intelectual.

²³ Interessante notar que a reabilitação dessas mulheres perante a historiografia se deu pelo desenvolvimento de uma “nova” história, com a “descoberta” da história das mulheres feita, em geral, por historiadoras feministas. Essa história das mulheres foi, posteriormente, desdobrada nos chamados estudos de gênero.

²⁴ Seu nome verdadeiro era Marie Gouze.

²⁵ Olympe de Gouges também escreveu uma obra chamada “O contrato social”. Na sua versão, porém, ela enfatizou a necessidade de que o casamento fosse um contrato entre homens e mulheres, baseado na igualdade das partes.

Efetivamente, Rousseau era o grande triunfador do fim desse século. A publicação do *Emílio*, em 1762, havia cristalizado a revolução das mentalidades, dando-lhe sua justificação filosófica. A aspiração à felicidade que marca a segunda metade do século XVIII buscava sua realização num novo modelo familiar, fechado para o exterior e centrado no amor conjugal e parental. Nesse momento, tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada. Com essas três condições a felicidade do homem e da sociedade estavam inteiramente garantidas. Rousseau teve o gênio de mostrar que elas estavam inscritas na natureza dos sexos: eminentemente complementar²⁶.

O livro *Emílio ou Da Educação*, publicado em 1762, é um tratado pedagógico, no qual Rousseau buscou estabelecer a forma correta pela qual os seres humanos deveriam ser educados. Em linhas gerais, seu método consistia na observação dos preceitos naturais, posto que os seres humanos seriam naturalmente bons e somente uma educação que observasse tais preceitos seria capaz de não corrompê-los²⁷.

Sendo assim, as mulheres deveriam ter uma moral diferente da dos homens, tendo em vista a distinção natural de seu sexo. Segue-se daí a construção de um discurso não de diferença, mas de desigualdade. Haveria um primado natural do homem, devendo a mulher se ocupar apenas das questões domésticas e dos objetivos maiores de sua vida: o casamento e a maternidade.

Cabe notar que Rousseau foi um partidário do uso da razão e aguerrido defensor da criação de uma sociedade mais justa em que todos fossem iguais. Contudo, a igualdade por ele apregoada não se estendia às mulheres e sua defesa da racionalidade esbarrava na altura de seu preconceito.

Através do personagem chamado Emílio, Jean-Jacques Rousseau prescreveu as formas ideais para se educar um menino. Sofia, por sua vez, era a personagem que simbolizava o ideal de mulher. Ela deveria ser mulher como Emílio era homem. A despeito de defender uma educação baseada na natureza feminina, a educação que Rousseau julgava apropriada para Sofia era particularmente interveniente e restritiva, o que demonstra a incoerência do pensamento do autor.

²⁶ BADINTER, Elisabeth. **Palavras de Homens**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 19.

²⁷ Para uma discussão mais elaborada sobre a influência de Rousseau para o estabelecimento dos papéis de gênero, ver: DOMINGUES, Sana Gimenes A. **Gênero, educação e cidadania na visão liberal**: as idéias de Rousseau e de Stuart Mill. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Campos dos Goytacazes: UENF, 2008.

A formação de Sofia, em todos os sentidos, seria complementar a de Emílio. Nesse sentido, Sofia não precisaria, como aquele, de uma educação para se tornar cidadã, o que ela, pessoalmente, jamais seria, mas apenas de uma educação para ser mulher, o que não incluiria, em última análise, uma educação formal.

Da filosofia de Rousseau decorre que, em nome da felicidade geral, inclusive das próprias mulheres, elas não deviam possuir espaço na vida pública. O poder das mesmas estaria em sua fragilidade e em sua vocação para as prendas domésticas.

A esse respeito, esclarece Daniel Lins que em uma paisagem de mutação social, a inversão do poder na esfera do discurso, exaltando o poder dos fracos, é uma estratégia dos que estão se sentindo ameaçados para tentar refrear esse processo. Questiona o autor:

Quem opera – e em que nível – essa transformação imaginada ou idealizada dos “fracos” em “fortes”? Conhecemos o perigo de auto-exclusão e exílio que representa a exaltação de sua própria fraqueza. Não. A fraqueza não é, necessariamente, uma força. Não existe nenhuma glória em afirmar sua fraqueza. Pregar a força dos “fracos” pode ser apenas uma estratégia de apropriação de controle do “fraco”, de vampirismo exercido contra ele²⁸.

Em linha semelhante, Michelle Perrot fala da imagem da mulher na Paris pós-Revolução Francesa, onde a exaustiva utilização da imagem de mulheres não foi mais do que uma forma de controlar o feminino. Se a liberdade da mulher é ameaçadora, é necessário mitificar essa liberalização.

Era preciso, assim, demarcar novamente o espaço social tão embaralhado pelas lutas republicanas. A divisão público/privado necessitava ser retomada. Era preciso mandar para o interior dos lares as mulheres que outrora estiveram nas frentes de combate.

Embora a imagem da mulher personifique a República francesa, através da famosa *Marianne*, os direitos femininos nesse cenário não superaram a simples representação. É possível dizer que:

²⁸ LINS, Daniel. O sexo do poder. In: _____. **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, p. 97-128, 1998, p.124.

Toda revolução é primeiro simbólica, antes de ser estrutural. Não apenas porque é mais fácil mudar as palavras, do que as coisas, mas porque a linguagem e o imaginário são uma dimensão do real. A maior?²⁹.

A Revolução Francesa cumpre, assim, apenas simbolicamente o dever de igualdade. Interessante notar que não é uma incoerência o fato do Antigo Regime também ser representado pela figura da mulher³⁰. Michelle Perrot esclarece que o uso do feminino como alegoria vem de longe e explicita o fato de que a mulher é um ser moldável e sem individualização.

De fato, a própria cosmogonia cristã demonstra tal amorfia ao representar o sexo feminino através de pólos tão opostos quanto a pecadora Eva e a santa Virgem Maria.

Ao contrário de Rousseau, coube a Olympe de Gouges um destino trágico e inglório. Em 1793, ela foi condenada à morte pela guilhotina, pois, os revolucionários consideraram seus escritos perigosos e marcados por uma “excessiva imaginação”³¹. Ela que questionava o fato de as mulheres só poderem subir no cadafalso e não nas tribunas, acabou vítima da própria máxima. Os ecos de seus discursos, porém, continuaram ressoando ao longo dos séculos. É possível ouvi-los nos fins do século XIX, quando ascende a primeira vaga do movimento feminista.

1.3 A LUTA PELO SUFRÁGIO FEMININO

Como foi visto, desde a Revolução Francesa se vêem manifestações de luta pela cidadania feminina. Todavia, somente com o movimento sufragista surge a primeira forma de feminismo organizado. É preciso destacar, porém, que o movimento feminista é um movimento fragmentado, no sentido de possuir objetivos e formas de organização muito diversos.

²⁹ PERROT, Michelle. De Marianne a Lulu: as imagens da mulher. In: SANT’ANNA, Denise (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, p. 163-183, 1995, p.170.

³⁰ A decadência da monarquia absolutista estava associada a sua feminilização (vide a célebre figura de Maria Antonieta). Já em seus tempos áureos, a figura do rei estava ligada à imagem de Deus e do pai.

³¹ Nas palavras do jornalista do *Le Moniteur*, Chaumette: “Lembre-se desse virago, desta mulher-homem, a imprudente Olympe de Gouges, que abandonou todos os cuidados de sua casa porque queria engajar-se na política e cometer crimes (...). Este esquecimento das virtudes de seu sexo levou-a ao cadafalso”. (PERROT, Michele. *As mulheres e a cidadania na França: história de uma exclusão*. In: _____. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, p. 327-341, 2005, p.330)

Conforme destaca Céli Pinto:

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação³².

Antes que se fale propriamente do movimento sufragista brasileiro, é preciso que se trace um breve histórico desse movimento na Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, uma vez que os movimentos desses países, além de pioneiros, foram influências fundamentais para a luta pelo voto feminino no Brasil.

A explicação para o movimento feminista ter surgido primeiro em países como os EUA e Inglaterra tem sido relacionada com o fato de que esses países já haviam passado pelos processos de industrialização e urbanização que alteraram sobremaneira o papel das mulheres na sociedade. Assim, o movimento feminista não deixa de ser, também, um produto da Revolução Industrial.

1.3.1 O SUFRAGISMO INGLÊS

O movimento feminista inglês foi um dos mais importantes e conhecidos, tendo servido de modelo, sobretudo, para outros movimentos europeus. Tal movimento surgiu, de forma ainda embrionária, no século XVIII, com a publicação da obra *Uma defesa dos direitos da mulher*, de Mary Wollstonecraft, em 1792. Ganhou mais força, porém, apenas em 1860, com a publicação do livro *A sujeição das mulheres* de John Stuart Mill, bem como com a posterior eleição de Mill, em 1865, para o Parlamento Inglês³³.

De maneira precursora e sistematizada³⁴, Stuart Mill criticou o absurdo da subjugação feminina, destacando os efeitos maléficos que a educação feminina e

³² PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.09.

³³ Sobre a influência de Stuart Mill acerca da emancipação feminina, ver: DOMINGUES, Sana Gimenes A. **Gênero, educação e cidadania na visão liberal: as idéias de Rousseau e de Stuart Mill**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Campos dos Goytacazes: UENF, 2008.

³⁴ Embora a defesa da emancipação feminina já tivesse sido elaborada algumas vezes, não havia ainda sido feita por um homem com tanto prestígio e de forma tão sistematizada como fez John Stuart Mill. Convém, mesmo assim, destacar que o desconhecido Poulain de la Barre, de forma realmente inovadora, escreveu um livro, em 1673, chamado “*De l'égalité des deux sexes*”, em que defendia a igualdade entre os sexos. Seguindo a tradição cartesiana, ele acreditava que homens e mulheres seriam dotados da mesma razão, sendo semelhantes em quase tudo. O autor sonhava com mulheres

o casamento exerciam sobre a emancipação das mulheres. Em 1866, ano em que teve lugar o primeiro comitê pelo sufrágio feminino, em Manchester, Mill discursou sobre temas polêmicos no Parlamento, dentre os quais, a defesa do voto feminino.

Já em 1867, ele apresentou à Câmara dos Comuns uma petição, assinada por mil e quinhentas mulheres, requerendo a abertura do sufrágio para o sexo feminino. Tal petição, no entanto, foi majoritariamente rechaçada, e apesar de todos os esforços por ele empregados, as mulheres inglesas ainda demorariam mais de cinqüenta anos para votar.

Pode-se dizer que a grande marca do sufragismo inglês foram as ações radicais e, até mesmo, violentas, com passeatas nas ruas e confrontos diretos com a polícia. As militantes dessa linha mais extrema como, por exemplo, Emmeline Parkurst, ficaram conhecidas como *suffragettes* e o escândalo de suas ações fez com que muitas feministas (inclusive a maior parte das brasileiras) buscassem outras formas de atuação.

A partir de 1918, as mulheres maiores de trinta anos, as casadas, as chefes de família, ou as que possuíssem nível universitário, começaram a votar. O voto sem restrições, no entanto, aquele equiparado ao masculino, para todos os indivíduos maiores de vinte e um anos, só foi obtido em 1928.

A razão desse descompasso entre a importância e precocidade do movimento inglês e a obtenção tardia do direito ao voto pode ser explicada pelo medo que, mesmo os prováveis aliados das mulheres, como socialistas, liberais e radicais, tinham de que o voto feminino fosse reacionário, devido à tradicional ligação das mulheres com a Igreja e, assim, contribuísse para o fortalecimento dos partidos conservadores³⁵.

1.3.2 O SUFRAGISMO NORTE-AMERICANO

Nos Estados Unidos, as primeiras manifestações pelos direitos da mulher aconteceram no século XIX. Tal fato está atrelado a certas características da

ocupando todas as profissões, até mesmo no exército. O livro, no entanto, passou despercebido. Mesmo Condorcet (o já mencionado revolucionário francês), um século depois, não foi tão progressista. (BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986).

³⁵ PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 265-309, 2003, p. 288.

própria sociedade americana, como o tipo de colonização familiar lá existente, mais aberta ao trabalho feminino, e a preponderância do protestantismo, religião mais voltada à reflexão individual.

No início do século XIX, foram justamente os movimentos religiosos, chamados de movimentos revivalistas, que permitiram às norte-americanas uma primeira prova da expressão pública. Esses movimentos pregavam o engajamento social dos fiéis e levaram as mulheres ao trabalho filantrópico fora do confinamento do lar.

O movimento abolicionista também teve papel fundamental para a luta feminista, uma vez que a libertação da mulher poderia seguir o mesmo caminho da libertação dos negros. Tido como uma causa nobre, assim como o era a filantropia, o abolicionismo parecia um tema “apropriado” às mulheres, razão pela qual atraiu muitas delas. Além disso, o movimento abolicionista permitiu a muitas mulheres a participação e o aprendizado do processo de organização política propriamente dita e não apenas religiosa.

Contudo, mesmo dentro desse movimento de cunho emancipatório, muitos eram contrários à luta feminista, seja por não concordarem com a emancipação feminina pura e simplesmente, seja porque achavam que, primeiro, era preciso se empenhar para resolver a questão da escravidão. Por essa razão, se mostrou necessária a formação de organizações específicas para defender os direitos das mulheres.

É por isso que, no ano de 1868, tem-se o surgimento, em Nova York, da *National Woman Suffrage Association* (NWSA), encabeçada por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, duas abolicionistas combativas. Tal associação, além de ser exclusivamente feminina, se posicionava para além da luta pelo direito ao voto, questionando o próprio lugar da mulher na família e no mercado de trabalho norte-americanos.

Já em Boston, no ano de 1869, é fundada a *American Woman Suffrage Association* (AWSA). Esta associação, ao contrário da NWSA, possuía um estilo mais conservador e era composta também por homens.

Ambas as associações, porém, usaram basicamente os mesmos meios de atuação, ainda que tenham trabalhado durante vinte anos de forma separada. Suas principais estratégias eram: a escrita de artigos em jornais, a realização de

conferências e as campanhas de abaixo-assinados reivindicativos dirigidos ao Congresso.

Em 1890, a NWSA, já no ostracismo, se fundiu à AWSA, formando a *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA). Elizabeth C. Stanton assumiu a presidência dessa nova associação, mas foram abandonados os temas mais radicais, como o divórcio e o amor livre. Assim, o movimento ganhou em respeitabilidade e em pragmatismo, mas se tornou um movimento cada vez mais restrito e de cunho burguês.

Vale lembrar que havia muitos outros grupos além desses dois mais conhecidos. Em 1916, a *Congressional Suffrage Union*, por exemplo, organizou passeatas em Washington pelo direito de voto. A repressão violenta a estas passeatas, com a prisão de muitas mulheres, acabou mobilizando, inclusive, a opinião pública, o que levou o Congresso a criar, em 1917, uma Comissão para discutir o sufrágio feminino.

Assim, em 1918, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou o projeto de emenda constitucional para incluir o sufrágio feminino. As sufragistas buscaram, então, o apoio pessoal de cada deputado. E as investidas continuaram até 1919, quando o Senado finalmente aprovou a mencionada emenda. Contudo, só em setembro de 1920 foi ratificada a décima nona emenda constitucional dos EUA que concedeu o direito de voto a todas as mulheres maiores de vinte e um anos.

1.4 A PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL

É possível dizer que as organizações feministas no Brasil tiveram dois grandes momentos de atuação. O primeiro deles ocorreu no começo do século XX, quando da luta pelo voto da mulher no país. Já o segundo se coloca, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 70, na esteira da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e na Europa.

De todo modo, pode-se dizer que foi esse primeiro momento, no início do século XX, que ampliou o campo de atuação feminino e possibilitou a existência de uma segunda onda do feminismo, mais crítica e contestadora. Todavia, embora haja uma ligação entre esses movimentos, o segundo é, também, uma ruptura em relação ao primeiro, pois na chamada primeira onda do feminismo ainda não se

julgava necessário o questionamento dos próprios papéis constituintes das identidades de gênero.

Apesar de, como foi dito, o Brasil só ter visto o feminismo como movimento no nascer do século XX, mesmo durante o período monárquico, muitas mulheres se lançaram, ainda que individualmente, na luta pelos direitos de seu gênero. Far-se-á, aqui, uma pequena retrospectiva dessas figuras.

1.4.1 FORMAS DISPERSAS DE ORGANIZAÇÃO FEMININA

Nísia Floresta foi a voz pioneira no processo de emancipação feminina no Brasil. Em 1832, ela publicou o livro “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”. Nísia possuía ideais feministas, abolicionistas e republicanos, tendo vivido muitos anos nos meios intelectuais da Europa. Embora defendesse também uma visão romântica e doméstica da mulher, ela teve papel importante na luta pela educação feminina³⁶.

No ano de 1852, a jornalista Violante Bivar e Velasco fundou o primeiro jornal redigido por mulheres, que foi chamado de o “Jornal das Senhoras”. Através desse jornal, Violante também buscou defender a educação feminina³⁷.

Em 1873, a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz fundou na cidade de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, um jornal chamado “O Sexo Feminino”. Por meio dele, defendia temas como a educação das mulheres e, embora evitasse assuntos políticos, chegou a defender o sufrágio feminino.

Já a jornalista Josefina Álvares de Azevedo escreveu, em 1878, a peça “O Voto Feminino”. Além disso, ela também escreveu muitos artigos e lançou o periódico “A Família”, em 1880, no qual defendia a emancipação feminina

Ainda em 1878, a Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco concedeu, após caloroso debate, uma bolsa de estudos para que Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e Maria Amélia Florentino Cavalcanti cursassem medicina no exterior, já que a legislação brasileira ainda não permitia que mulheres fizessem o ensino superior.

³⁶ O acesso de meninas às escolas brasileiras só foi permitido em 1827. E às escolas de ensino superior, apenas em 1879.

³⁷ É importante lembrar que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma imprensa feita não apenas para, mas também por mulheres.

Em 1881, a dentista gaúcha Isabel de Mattos Dillon conseguiu exercer o direito de voto em sua cidade, baseada na Lei Saraiva, que dava o direito de voto a quem possuísse um título acadêmico. Na década de 1890, ela até mesmo se apresentou como candidata à Constituinte, pela Bahia, mas não conseguiu se alistar.

Todos esses exemplos deixam claro que, apesar das dificuldades, algumas mulheres conseguiram atuar na luta pela emancipação feminina, em pleno auge do poder da família patriarcal no país. Tudo isso antes do século XX e das transformações trazidas, tanto pela industrialização, como pela urbanização do Brasil.

Em meados da década de 1910, Myrthes de Campos, bacharel em direito, foi a primeira mulher a ser aceita pela Ordem dos Advogados do Brasil, em que pese o fato de ter demonstrado capacidade bem acima da média para conseguilo. A mesma Myrthes também requereu seu alistamento eleitoral, alegando que não havia impedimento previsto na Constituição vigente desde 1891. Seu requerimento foi, porém, indeferido. De todo modo, é preciso lembrar que, partindo desse mesmo argumento acerca da não existência de impedimento legal, algumas mulheres vieram a votar, ainda que em comarcas específicas, em 1905.

Faz-se mister destacar que, por ocasião da Constituinte Republicana de 1891, foi discutida a questão do direito ao voto para as mulheres, direito este defendido por figuras proeminentes como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, mas tal projeto não foi aprovado. Ocorre que, o art. 70 da citada Constituição não incluiu, no rol dos impedidos de votar, a figura da mulher. Esse mesmo artigo dizia que eleitores eram os cidadãos maiores de vinte e um anos que se alistassem na forma da lei. Ora, se nos demais códigos legais, inclusive no penal, a expressão “cidadão” era usada de forma universal, por que não seria apenas nesse caso³⁸?

³⁸ O Art. 70 da Constituição de 1891 dizia o seguinte: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º. Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regras, ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis”.

Nesse cenário, o papel da professora Leolinda Daltro foi fundamental, já que foi ela a que primeiro organizou o debate pelo voto feminino de forma articulada e o fez, talvez, da forma mais combativa. Em 1910, fundou o Partido Republicano Feminino, ainda que as mulheres não tivessem direitos políticos, justamente para chamar a atenção para o problema feminino. Além disso, ela também organizava passeatas e assistia a votações no Congresso, usando a técnica da pressão política tão presente nos movimentos sufragistas americano e, principalmente, inglês.

Apesar de, como foi dito, não haver vedação constitucional, o voto feminino foi erroneamente considerado matéria de emenda constitucional. Assim, deveria ser discutido em cada uma das duas Casas do Congresso por três vezes. Tendo o senador Justo Chermont, um dos parceiros das feministas, levado ao Congresso o projeto pelo sufrágio feminino em 1919, este só foi discutido e aprovado pela primeira vez nas duas Casas em 1921. Foi novamente discutido apenas pelo Senado em 1927, embora sem ser votado. Neste mesmo ano, entretanto, Juvenal Lamartine, foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Norte³⁹ e, na qualidade de um dos primeiros políticos a abraçar o movimento sufragista, permitiu o voto feminino no mencionado Estado. Tal fato gerou uma repercussão em nível nacional e contribuiu para aprofundar as reflexões sobre o tema.

O voto feminino foi, finalmente, instituído em 1932, por um simples Decreto-Lei do Presidente da República. Sua confirmação foi expressa na Constituição de 1934.

Para que se que tenha chegado alcançado essa conquista, não se pode olvidar do papel de Bertha Lutz, inegável força motriz do sufragismo brasileiro, a despeito das críticas que possam ser feitas ao seu feminismo “bem-comportado”⁴⁰.

1.4.2 A ATUAÇÃO TÁTICA DE BERTHA LUTZ

³⁹ Nesta época, os dirigentes dos Estados da Federação ainda não eram chamados de governadores, mas sim de presidentes.

⁴⁰ Branca Moreira Alves discorre sobre isso em seu livro “Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil”. Para ela, o movimento sufragista encabeçado por Bertha Lutz não foi uma reivindicação de massas, mas a de um grupo da elite que trabalhou dentro das próprias estruturas do poder, embora tivesse um caráter apolítico. Seria, assim, um movimento liberal, que além do voto e das mudanças na legislação civil e trabalhista, não alterou o funcionamento do sistema em suas relações de classe e de sexo.

Céli Regina Pinto identifica diferentes vertentes do feminismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX, destacando três delas: a que foi liderada por Bertha Lutz, visando aos direitos políticos da mulher e atuando de forma mais comportada; o chamado feminismo difuso, presente nas manifestações da imprensa feminista alternativa e com caráter menos ortodoxo; e a decorrente do movimento anarquista e, posteriormente, comunista, de atuação mais radical⁴¹. A mais importante dessas vertentes e que será, aqui, destacada, foi a liderada por Bertha Lutz, que conduziu a conquista do sufrágio feminino no Brasil.

Bertha Maria Júlia Lutz era filha de uma enfermeira inglesa e de um importante cientista brasileiro, Adolfo Lutz. Filha da elite não apenas econômica, mas também intelectual, pôde se formar em Ciências pela Sorbonne, na França. Sua longa estada européia permitiu que se inteirasse do movimento feminista que eclodia por lá. Ao voltar para o Brasil, em 1918, encontrou, porém, uma situação bem diferente da vivenciada no velho continente⁴².

A brilhante carreira de Bertha Lutz não deixa de ser, por si só, um marco para a emancipação das mulheres brasileiras, tendo em vista os obstáculos vencidos e o reconhecimento alcançado. Bertha foi a segunda mulher a entrar no serviço público do país, sendo aprovada, em 1919, para o concurso de “Secretário” do Museu Nacional. Sua inscrição, todavia, foi condicionada a um parecer jurídico favorável, pelo fato de ser uma mulher. E embora tenha sido aprovada para o secretariado, em 1936 passou a exercer a função de naturalista do museu. Algum tempo depois, em 1933, ela também, se formou no curso de direito e atuou como deputada federal entre julho de 1936 e novembro de 1937, quando houve a instauração do Estado Novo.

A campanha de Bertha Lutz pelos direitos femininos se iniciou em 1918, em uma carta à Revista da Semana, em que se mostrava preocupada com as injustiças que pendiam sobre o sexo feminino. Já nessa carta fica evidente uma das inquietações que nortearam o movimento sufragista no Brasil: a de se legitimar

⁴¹ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 13-39.

⁴² É preciso lembrar, todavia, que a década de 20 foi um período de grande agitação política e cultural no país, marcada por movimentos como o modernismo e o tenentismo. Neste cenário, houve mais espaço para o surgimento de um movimento feminista. Ademais, A urbanização, o surgimento das classes médias e operárias criou condições para o surgimento de novas formas de organização social.

perante a opinião pública, sensibilizando mulheres de “respeitabilidade”. Nesse sentido, sempre houve o cuidado de se distanciar do radicalismo, buscando alcançar seus objetivos através das devidas instâncias legais e morais. Por isso, Bertha procurou se afastar da imagem negativa criada pelas *suffragettes* inglesas, atuando de forma pacífica. Por outro lado, tal qual as feministas inglesas e norte-americanas, buscava reformas no nível político e jurídico, bem como conquistas trabalhistas de caráter mais assistencialista.

No ano de 1919, Bertha fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que defendia o sufrágio feminino. Em 1922, tal liga foi transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) e manteve-se sob a direção de Bertha, que procurou trazer para o grupo mulheres influentes, seja por mérito próprio, ou por pertencerem a famílias importantes.

Em linhas gerais, pode-se dizer que Bertha procurou um caminho mais conciliatório, não adentrando em campos polêmicos demais e buscando se valer das próprias estruturas de poder existentes para conseguir a emancipação da mulher brasileira. Como mulher da elite e estando à frente de uma FBPF igualmente formada por mulheres burguesas, ela tinha acesso a políticos influentes e buscou convencê-los a encampar as demandas feministas. Como bem demonstra Rachel Soihet, não parecia haver outra possibilidade de atuação no cenário político brasileiro da época. Ademais, as intenções feministas de Bertha se colocariam muito além da conquista do voto, embora fosse uma questão estratégica ater-se mais fielmente a essa reivindicação. Diz a autora:

Na verdade, na minha interpretação, a utilização deste recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, num dado momento, de questionarem as prerrogativas da vontade dominante. Pelo contrário, reverenciam as regras estabelecidas embora busquem atingir objetivos próprios. Nesse sentido, impossibilitados de lutar abertamente por seus objetivos, tentam alcançá-los, fazendo crer aos dominantes que é vontade deles, fazer o que eles, dependentes querem que seja feito e para conseguir seus objetivos recorrem a alguns signos consagrados por aqueles⁴³.

Diante das mais variadas maneiras de participação política adotadas pelas diferentes frentes femininas, Teresa Marques analisa que elas refletem apenas os custos pessoais de formas de atuação mais conciliatórias e outras mais

⁴³ SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p. 97.

combativas⁴⁴. Nesse sentido, pode-se discordar da crítica de Branca Moreira Alves⁴⁵ e entender, como demonstra Rachel Soihet, que o feminismo de Bertha Lutz adotou uma estratégia política que, em que pese a limitação da participação das massas⁴⁶ e dos temas mais radicais, foi eficaz na persecução de seu interesse maior: a obtenção dos direitos políticos para as mulheres.

1.5 A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL

A chamada segunda onda do feminismo eclodiu em razão de toda uma efervescência cultural e política vivenciada pela Europa e pelos Estados Unidos, entre as décadas de 60 e 70. Esse contexto foi propício para a organização de movimentos sociais, para a inclusão das minorias políticas e para a luta pela ampliação dos direitos civis.

Nesse cenário de questionamento de valores tradicionais, abre-se mais espaço para os debates acerca dos papéis sociais, havendo, inclusive, abertura para o desenvolvimento acadêmico de uma teoria propriamente feminista. A política feminista e os estudos acadêmicos de gênero tomaram, assim, parte de um mesmo projeto político: o de contestar a distribuição de poder existente⁴⁷.

Joan Scott aborda essa questão. Para ela, a disciplina História teve um papel importante nesse contexto por ser um instrumento para a produção do saber acerca da diferença sexual. Era preciso entender a História para além do simples registro de fatos. Baseando-se em uma visão positivista não se poderia avançar muito, pois, era preciso verificar não apenas que as mulheres foram atores históricos, mas porque, durante tanto tempo, isso foi ignorado. Ou seja, fazer do gênero uma categoria de análise histórica⁴⁸.

⁴⁴ MARQUES, Teresa Cristina de N. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política entre 1850 e 1932. PISCITELLI, Adriana et al (orgs). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 437-463, 2009, p. 458.

⁴⁵ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁴⁶ Cabe até questionar se isso, de fato, seria possível naquele dado momento.

⁴⁷ Desde suas primeiras manifestações no começo do século XX, até sua segunda fase na década de 1970, o movimento feminista tem sido um movimento de mulheres intelectualizadas, não apenas no Brasil, mas no mundo. Não é um movimento que possa ser caracterizado como popular. É por isso que, muito do que se produziu em termos acadêmicos sobre o movimento, provém de suas próprias fileiras.

⁴⁸ SCOTT, Joan Wallach. *Prefacy of Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n.3, p.11-27, 1994.

No Brasil, todavia, ao contrário do que aconteceu nos EUA e em parte da Europa, os estudos de gênero ainda são muito dispersos nas universidades, existindo, na grande maioria das vezes, apenas grupos de pesquisa sobre a questão, o que reflete a grande dificuldade de aceitação da temática.

Na verdade, o feminismo no Brasil se desenvolveu de forma um pouco diversa, tendo em vista que enquanto havia uma revolução dos costumes e da cultura no âmbito internacional, aqui a ditadura estava em sua fase mais dura.

Convém lembrar, nesse sentido, que o movimento feminista viveu um refluxo no período que vai da conquista dos direitos políticos femininos até a década de 70. A tal fato podem ser atribuídas duas explicações.

A primeira liga-se à própria forma como foi constituído o movimento no Brasil. Este, de fato, se mostrou incapaz de aglutinar um contingente mais amplo de mulheres, estando extremamente centrado na figura de Bertha Lutz. Além disso,

Uma vez alcançado o objetivo principal, a luta pelos direitos da mulher perdeu aquele ritmo de urgência que havia animado as militantes a enfrentarem os enormes obstáculos. O voto, que seria apenas um instrumento para outras conquistas, depois de anos de organização concentrada unicamente em sua obtenção, deixou de ser um meio e passou a confundir-se com o próprio fim. Isto ocorreu em todos os países, nos anos que se seguiram à conquista do voto feminino⁴⁹.

A segunda explicação repousa no fato de que o país experimentou poucos momentos de democracia no período mencionado. A implementação do Estado Novo, já em 1937, dificultou a participação política feminina que ainda era tão recente.

O esforço em prol da Segunda Guerra Mundial acabou possibilitando o ressurgimento do movimento de mulheres no país. No Rio de Janeiro, surgiu a Liga de Defesa Nacional, que teve, de maneira geral, a função de apoiar moral e materialmente, os pracinhas.

Com o restabelecimento da democracia em 1945, o pluralismo partidário voltou e o Partido Comunista saiu da clandestinidade. E esse partido contava com uma militância feminina. Contudo, em 1947, como efeito da Guerra Fria, o PC voltou à clandestinidade, atrapalhando, novamente, a caminhada política das mulheres.

⁴⁹ ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.* p. 127.

No Governo de Juscelino Kubtcheck, muitas organizações de mulheres se espalharam pelo país, defendendo temas como a luta contra a carestia de vida, a criação de creches, a paz mundial, dentre outros. Muitos desses movimentos tiveram o apoio ou mesmo surgiram nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica⁵⁰.

Não se deve, assim, desmerecer esses movimentos de mulheres frutos, basicamente, das preocupações de donas-de-casa. Apesar das limitações dos mesmos, eles acabaram por mobilizar politicamente essas mulheres. Assim, “se, de um lado, o condicionamento reproduz o papel sexual da mulher, esposa e mãe, de outro, esse sentimento de responsabilidade (social) tem conduzido as mulheres para ações políticas arrojadas”⁵¹. Neste mesmo viés, diz Vera Soares que:

As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares⁵².

É preciso enfatizar ainda que:

Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a ela atribuídos pela sociedade. Entretanto, ao longo das três últimas décadas do século XX essa distância que era quase uma resistência tendeu a diminuir. São inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista⁵³.

1.5.1 DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÃO

⁵⁰ Vale destacar o papel paradoxal que a Igreja Católica vai desempenhar, sobretudo, no período de ditadura militar no país. Se, por um lado, sua ala mais progressista teve um importante papel, pois, foi um espaço no qual a oposição ao regime, inclusive do movimento de mulheres, pôde se organizar de forma mais ou menos legitimada, por outro lado essa mesma Igreja se posicionou contra várias reivindicações feministas.

⁵¹ TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, p. 30.

⁵² SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998, p. 46.

⁵³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. Cit.*, p. 44.

É surpreendente o fato de que a forte repressão do regime militar foi, justamente, um fator decisivo para politização de mulheres, antes tão afastadas do cenário público. Interessa notar que a conjuntura da ditadura militar acabou sendo profícua para o movimento de mulheres, pois, independentemente de qualquer vinculação ideológica, elas eram muito afetadas pelo autoritarismo governamental, mesmo que em seus papéis tradicionais de mães, esposas e filhas.

Um ganho importante da nova onda do movimento na década de 70 foi mostrar como era equivocada a idéia de que as mulheres só se organizariam publicamente para defender valores conservadores. O que se viu foi que movimento feminista da época esteve intimamente atrelado à luta pela anistia e pela democracia. Não houve nenhuma manifestação feminista na década de 70 que tenha esboçado algum tipo de apoio à Ditadura Militar.

O movimento que surge na década de 70, sobretudo a partir do Ano Internacional da Mulher, em 1975, é muito diferente do que existia até então, até porque muitas militantes políticas sofreram influência, no exílio do feminismo que existia na Europa e nos EUA.

As mulheres exiladas, militantes de esquerda ou companheiras de militantes, acabaram tendo um papel importante para a luta feminista, pois, estando em contato com as questões discutidas no exterior, trouxeram as mesmas para a discussão no Brasil.

Muitas dessas mulheres organizaram grupos no exterior, como o Grupo Latino-Americano de Mulheres (fundado por Danda Prado em 1972 e que esteve exercício até 1976) e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979. Todavia, esses grupos não eram vistos com bons olhos pelos próprios companheiros da esquerda⁵⁴.

A esquerda marxista e masculina costumava ver no feminismo uma dupla ameaça: uma ameaça à unidade na luta do proletariado e uma ameaça e ao poder que esses homens exerciam na organização e nas suas relações pessoais. Aliás, era da própria esquerda intelectualizada, e não dos conservadores, que se viam as formas mais pejorativas de referência ao movimento feminista, haja vista o caso do famoso jornal *Pasquim* e suas tiradas sexistas.

⁵⁴ A Frente de Brasileiros no Exílio chegou a ponto, por exemplo, de ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias de mulheres que freqüentassem esse tipo de reunião

Até a metade da década de 70 ainda não se viam formas tão articuladas de organização feminina quanto as que se veriam pós 1975. O ano de 1972 foi marcado pelo congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher (criado em 1949 pela advogada Romy Medeiros e ligado às elites e à Igreja) e pelas reuniões quase privadas e informais de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro que caracterizariam o feminismo no Brasil. A existência desses grupos demonstra que a grande repressão da ditadura produzia um vazio político, mas também que o movimento de mulheres, muitas vezes, prefere se afastar da política mais institucionalizada.

1.5.2 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER

O ano de 1975 tem sido considerado fundamental para o feminismo no Brasil e, até mesmo, o momento inaugural da nova onda do movimento feminista no país. Tal ano foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher. Por essa razão, foi realizada, no México, uma reunião sobre o assunto. Também no Brasil muitas foram as iniciativas nesse sentido. O primeiro e mais importante evento para comemorar o ano da mulher foi realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e se tratou de uma semana de debates sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira. Como resultado dessa semana, foi criado o Centro da Mulher Brasileira (CMB).

O CMB teve importante papel durante seus cinco anos de existência e reuniu militantes das mais variadas tendências, muito embora as feministas mais radicais buscassem colocar em pauta discussões tidas como burguesas ou moralmente duvidosas como a sexualidade e o aborto. É possível destacar três principais tendências: a marxista, a liberal e a radical. Enquanto as duas primeiras voltavam-se mais para as questões coletivas e com caráter mais político (a marxista reduzia a luta da mulher à luta de classes e a liberal à luta pelos direitos individuais), a terceira preocupava-se mais com a própria condição de mulher.

O ano de 1975 também foi marcado pelo desenvolvimento de um feminismo acadêmico. A pesquisa científica sobre a mulher viria a ter uma grande relevância para o movimento feminista nas décadas seguintes.

Ainda neste mesmo ano foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. A anistia, porém, só veio em 1979, juntamente com a reforma partidária que acabou

com o bipartidarismo. Neste momento, ficou clara a divisão entre as feministas que queriam a institucionalização do movimento e aquelas que buscavam permanecer autônomas⁵⁵.

Pode-se, então, dizer que a partir de 1979⁵⁶ a relação do feminismo com o campo político se deu sob três formas: na criação dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, na presença de mulheres em cargos eletivos e nas formas alternativas de participação.

Assim, as divergências dentro do movimento que eram, até então, apenas de prioridades em termos de reivindicações, agora se convertiam em divergências partidárias, ou mesmo em se filiar, ou não, a um partido político. Muitas feministas se dividiram entre os dois principais partidos de oposição recém-criados: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). É justamente sobre esse novo momento político que emerge no país e que culminou na formação do PT, que o próximo capítulo discorrerá.

Por todo o exposto, percebe-se que a década de 70 foi fundamental para a reflexão mundial sobre o papel da mulher. Ao fim desta década é possível dizer que apesar das dificuldades e fragmentações, havia um movimento feminista sólido no Brasil⁵⁷.

⁵⁵ As eleições de 1978, mesmo antes da redemocratização, já marcaram a presença de mulheres comprometidas abertamente com o feminismo, como é o caso da eleição da deputada estadual do Rio de Janeiro, Heloneida Studart.

⁵⁶ A título de informação, vale lembrar que foi apenas em 1979 que, pela primeira vez no Brasil, uma mulher, Eunice Michiles, foi eleita para o Senado. Mesmo assim, ela conseguiu sua cadeira na qualidade de suplente do senador do Amazonas que havia falecido.

⁵⁷ Quando se fala em solidez, não se está querendo dizer que se tratasse um movimento unificado, mas apenas que, apesar das diferentes vertentes e objetivos, era um movimento com amplitude social.

CAPÍTULO 2- O NASCIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A história recente do feminismo no Brasil é uma história que se entrelaça bastante com a história do Partido dos Trabalhadores. Tal partido é fruto da confluência de vários movimentos sociais, dentre os quais o movimento feminista, em um cenário de luta pela redemocratização do país. Destaca-se aqui, então, a presença de um feminismo vinculado a um projeto político-partidário.

Como já foi discutido no capítulo anterior, o fim da década de 70 e o início da década de 80 foram marcados pela reconstrução das instâncias democráticas. Em 1979, há a reforma partidária e, com ela, a criação de diversos partidos políticos no Brasil. Nessa conjuntura, os diversos setores da sociedade civil, dentre os quais o movimento feminista, se organizaram em torno de dois blocos distintos no que se refere a um projeto político-partidário: o que acreditava ser melhor reunir toda a oposição em um só partido e o que preferia a criação de partidos diversos com posições específicas. Assim surgiu o PMDB, que era uma continuação do MDB, até então o único partido de oposição legalizado, e o PT.

Antes de adentrar propriamente na história da criação do PT e sua vinculação com o movimento feminista, é preciso que se destaque também a posição de uma parcela do movimento feminista que não via, e ainda não vê, com bons olhos a vinculação do movimento aos partidos políticos.

2.1 PARTIDOS POLÍTICOS E FEMINISMO

Conforme destaca a literatura, os partidos políticos, em geral, não têm tido interesse em promover a inserção feminina em seus quadros, seja por um fator mais amplo que é a questão da fragilidade estrutural dos partidos políticos no país,

seja por um fator mais pontual que envolve a própria questão da discriminação de gênero.

Para muitas feministas, a ligação do movimento com a política partidária não é benéfica, uma vez que seria dado relevo não mais às políticas voltadas especificamente para as mulheres, mas às políticas relacionadas ao projeto do partido. A crítica se estende, também, no sentido de que ao se aliar a um partido, o movimento feminista perderia seu foco, sendo usado apenas como massa de manobras eleitorais e que os partidos não zelariam pela luta feminista de forma plena. E isso aconteceria mesmo nos partidos que possuem departamentos femininos, pois, esses departamentos têm sido vistos por muitas feministas como mais uma forma de segregação.

Vê-se, assim, que a relação dos partidos políticos com o movimento feminista é muito controvertida, seja porque a luta deste movimento é considerada muito particular, ou mesmo porque ele ameaça a própria relação de poder dentro do partido, composto, em geral, apenas por homens. Seria esse, inclusive, o motivo pelo qual os partidos tendem a manter núcleos segregados para cuidar dos interesses das mulheres (como também o fazem com os negros e com as minorias em geral).

É por isso que a participação feminina no espaço público costuma se dar de forma não institucionalizada, seja através das associações feministas, ou da atuação nos movimentos sociais em geral. É preciso sublinhar que esse tipo de participação é muito importante, sobretudo, em países com histórico de regimes autoritários, como é o caso do Brasil. Contudo, ainda que muitas feministas da década de 70 apregoassem que “o privado também é político”, outras lembravam que não se podia esquecer a esfera política em si em um contexto de luta por reconhecimento.

Assim,

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos neo-clássicos, na medida em que transcorrem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política – a novidade é que tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos

da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar vários paradigmas da ação política⁵⁸.

De qualquer modo, a despeito da relação tensa entre os movimentos de mulheres e os partidos políticos, essa relação não deve ser desmerecida. Vale lembrar, também, que são os partidos de esquerda aqueles que mais se mostram abertos às reivindicações feministas. Nessa linha, esclarece Clara Araújo:

Uma análise comparada das políticas implementadas por partidos de esquerda e de direita irá indicar diferenças substanciais no tratamento e no tipo de investimento feito em relação às mulheres, em que pese a marca geral das dificuldades que estas enfrentam nesses espaços. Sem dúvida, partidos como, por exemplo, o PT, o PDT e o PC do B tendem a abrir mais espaços e a investir mais em políticas de gênero. E mesmo que os resultados finais não indiquem diferenças muito significativas entre a quantidade de mulheres eleitas por perfil ideológico do partido, devido provavelmente às limitações decorrentes das características institucionais (...), essas diferenças existem e merecem ser registradas. Ou seja, faz-se necessário ir além da afirmação das origens do problema e da constatação de que os partidos têm sido instituições de difícil acesso para as mulheres. O outro lado da questão é que os partidos, notadamente os da ideologia mais à esquerda, têm-se constituído em importantes espaços de atuação para as mulheres. E se importa alterar certas práticas e aprimorar outras, é necessário superar o discurso genérico sobre os partidos, e estender o olhar para a compreensão acerca do impacto de um outro sistema eleitoral e político sobre a participação das mulheres⁵⁹.

Em outra obra, a mesma autora destaca ainda que

Tradicionalmente, foram os partidos alinhados à esquerda aqueles que mais tomaram iniciativas no sentido de estimular a organização específica das mulheres. Contudo, há indícios cada vez mais fortes de que tais iniciativas vão perdendo essa conotação ideológica e começam a perpassar as organizações partidárias em geral. Por um lado, essas inclusões refletem a legitimidade e o espaço que o tema da participação política da mulher adquiriu na sociedade. Por outro, como consequência dessa legitimidade, refletem também a percepção partidária de que as mulheres e/ou o tema dos direitos das mulheres ganhou apelo eleitoral e, portanto, é proveitoso incorporá-lo de alguma forma. Nesse sentido, ter previsto em seu estatuto a “organização das mulheres”, assim como de outros “setores específicos”, não constitui mais um indicador significativo de compromissos com a questão de gênero, mas o reconhecimento geral que o tema da inclusão de certos setores sociais adquiriu no campo da política. De todo modo, isso

⁵⁸ SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998, p. 38.

⁵⁹ ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rosie Marie e PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.) **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p. 82-96, 2001, p. 95-96.

pode ser considerado um tipo de “efeito contágio”, de determinados partidos sobre outros, decorrente da pressão e organização das mulheres⁶⁰.

Considerando-se a análise feita, cabe agora retomar a história da criação do Partido dos Trabalhadores, o maior partido de esquerda do Brasil, e verificar de que maneira essa trajetória se mistura à trajetória da segunda onda do feminismo no país.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado no dia 10 de fevereiro de 1980⁶¹, em cerimônia ocorrida no Colégio Sion, na cidade de São Paulo. Foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. De formação heterogênea, é possível demarcar, porém, as três frentes básicas que lhe deram origem. São elas: o novo sindicalismo advindo do ABCD paulista⁶²; os intelectuais de esquerda⁶³ e a Igreja Católica progressista, em especial os quadros ligados à Teologia da Libertação⁶⁴. E apesar dessa heterogeneidade, nota-se a presença de mulheres vinculadas a todas essas frentes. Assim:

Enraizado, portanto, em movimentos sociais de grande relevância que, na cidade e no campo, constituíram-se em importantes pólos de enfrentamento a variados aspectos da estrutura de dominação social vigente no país, o Partido dos Trabalhadores também se tornou depositário das expectativas de uma grande parcela dos movimentos que, desde a década de 1960, haviam ganhado relevância em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, em torno de temas como a emancipação da mulher, o combate ao racismo, a liberdade de orientação sexual e a questão ambiental (...). Nenhum outro partido da esquerda brasileira logrou, nesse mesmo período, estabelecer vínculos tão sólidos com um espectro tão amplo de movimentos sociais relevantes. O PT tornou-se, não há dúvida, o partido mais

⁶⁰ ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia Política*, nº 24, p. 193-215, Curitiba, 2005, p. 210.

⁶¹ Antes mesmo do Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, houve a publicação, da Carta de Princípios do futuro partido, lançada em 1º de maio de 1979.

⁶² O ABCD paulista é uma região industrial do Estado de São Paulo, encabeçada pelos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Essa região foi o primeiro centro da indústria automobilística brasileira.

⁶³ As primeiras filiações oficiais do partido foram, justamente, as de intelectuais de esquerda proeminentes, como Sérgio Buarque de Holanda.

⁶⁴ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que procura analisar e combater a exclusão social através de um viés cristão. Ela surgiu na América Latina em um contexto de regimes autoritários e de grande pobreza e sob a influência, em certa medida, do pensamento marxista.

emblematicamente associado às lutas sociais travadas no Brasil ao longo dos últimos trinta anos⁶⁵.

Com o golpe de 1964, a base do sindicalismo brasileiro, que era o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi dissolvida e os sindicatos oficiais sofreram intervenção governamental. Mesmo o próprio CGT já possuía um caráter excessivamente tutelado, pois, reunia lideranças sindicais ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo uma herança da Era Vargas.

Contudo, já na década de 70, há o recrudescimento do movimento trabalhista organizado, expresso, sobretudo, nas greves ocorridas no ABCD paulista que era e ainda é um importante polo industrial do país. Essas greves aventaram a possibilidade da reorganização do movimento trabalhista, mas com uma forma mais livre e dissociado do controle estatal.

Originalmente, este novo movimento trabalhista buscou fazer política exclusivamente na esfera sindical. No entanto, a sobrevivência de um sindicalismo tutelado, especialmente o vinculado ao antigo PTB de Getúlio Vargas, bem como as ingerências de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), forçaram o movimento sindical do ABCD a adquirir uma identidade própria e lutar pela constituição de um partido político.

O PT surgiu, assim, rejeitando tanto as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial, como também procurando colocar em prática uma nova forma de socialismo democrático, tentando recusar modelos então em decadência, como os existentes nos regimes socialistas e comunistas implantados no mundo. Nesse sentido, o PT foi a confluência do sindicalismo basista da época com a intelectualidade de esquerda que romperá com o socialismo real e com o PCB.

Uma variedade de concepções políticas baseou a formação do PT, o que dificulta, também, a percepção de uma identidade política de esquerda. Isso se deve à diáspora da esquerda para o partido com o fim da hegemonia do PCB, que ficaria cada vez mais enfraquecido em razão das seguidas repressões e das derrotas políticas sofridas ao longo dos anos.

Assim, pode-se afirmar, partindo do argumento de Darlan Montenegro⁶⁶, que o PT surgiu da organização sindical espontânea de operários

⁶⁵ MONTENEGRO, Darlan Ferreira. **O Aveso do príncipe**: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores. Tese (Doutorado em Ciência Política Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, 226 f, p. 05.

paulistas no final da década de 1970, dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais. A ideologia espontânea das bases sindicais do partido e a ação pessoal de lideranças como Luiz Inácio “Lula” da Silva, sempre se caracterizaram em favor da ação sindical como fim em si mesma⁶⁷.

Poder-se-ia dizer, ainda, que, no PT, o trabalho ideológico-teórico, se distanciou das origens concretas do partido. Corrobora essa afirmação o fato de que o núcleo duro do partido é composto por sindicalistas com uma preocupação, acima de tudo, com os interesses dos trabalhadores assalariados organizados. Isso explicaria, inclusive, a facilidade com que o partido, uma vez no poder, adaptou-se à lógica da economia capitalista e a uma política econômica bastante ortodoxa, o que, bem antes do governo Lula, já ocorria em outras instâncias de governo do PT.

Nesse sentido, segue a fala de Darlan Montenegro:

Acredito que a ênfase na representação classista em detrimento da orientação político-programática (ou, antes, a elevação da representação de classe à categoria de *programa*) constitua não apenas *um* aspecto entre outros na formação do PT (e outros havia, às vezes apontando numa direção inversa àquela aqui explorada), mas um aspecto cuja marca foi impressa de forma indelével na história do partido, mesmo depois de muitas das posições políticas que lhe serviam como pressuposto haverem sido alteradas. Este elemento produziu conseqüências permanentes sobre a trajetória do PT, a dinâmica de funcionamento do partido, a relação das tendências internas entre si e com o partido e sobre as definições programáticas⁶⁸.

Para o mesmo autor, haveria, então, um paradigma anti-estratégico no partido, no sentido de se negar a própria função dirigente do partido. Nessa mesma linha, é possível argumentar, até mesmo, que foi essa ausência de uma orientação político-programática, bem como a ênfase dada à representação dos interesses das bases que formaram o PT, que permitiram ao movimento feminista inserir suas demandas e legitimá-las, em alguma medida, perante o partido. Assim:

Tal definição sugere estarmos diante de um movimento sindical de caráter essencialmente economicista, centrado na identidade de classe. E foi este movimento que, quando da formação do PT, impôs suas próprias

⁶⁶ MONTENEGRO, Darlan Ferreira. *Op. cit.*

⁶⁷ Em 1989, durante sua campanha presidencial, o próprio Lula chegou a declarar que o PT nunca havia se definido como um partido marxista. Nessa linha, Montenegro relembra que as referências do partido ao socialismo nunca foram muito claras.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 171.

características ao partido, tornando-o um instrumento da expressão dos particularismos dos diversos movimentos sociais⁶⁹.

Por outro lado, esse mesmo raciocínio explica porque houve um esmorecimento da radicalidade feminista dentro do PT, à medida que o partido foi se estabelecendo nas instâncias de poder. Exemplo evidente dessa constatação é o fato de que a defesa da descriminação do aborto, que já fazia parte da pauta oficial do Partido dos Trabalhadores por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, foi perdendo legitimidade dentro do partido ao longo dos anos⁷⁰.

As palavras abaixo, exaradas por uma socióloga e antiga militante petista, resumem, precisamente, toda essa idéia:

O PT é muito ligado à luta do movimento obreiro, do movimento operário. Essa foi a sua origem. Foi uma origem muito interessante porque foi uma origem que já se desligava das visões mais tradicionais da esquerda européia, uma visão que já trazia uma crítica ao socialismo real, à situação da União Européia. Mas ao mesmo tempo em que trazia isso, ele trazia de forma muito pouco clara, mais como uma aliança (...) necessária dos operários com os outros movimentos sociais, dentre eles com o movimento ambientalista e o movimento de mulheres, do que como uma concepção de mundo que incluía uma concepção ecologista e feminista. Ou seja, era mais uma questão política de alianças para a mudança do governo (...) do que uma visão enraizada num debate teórico mais profundo sobre a necessidade da unidade dos movimentos sociais que incluísse uma visão feminista e ambientalista. Na verdade, o partido se funda sobre uma visão desenvolvimentista (...) do país (...). E os movimentos de mulheres e os movimentos ambientalistas tiveram o papel de questionar um pouco essa visão hegemônica dentro do partido. Então, sempre tivemos uma posição um pouco secundarizada por isso, porque essa não era o que, nos antigos jargões da esquerda, se chamava a contradição principal, eram as contradições secundárias. (...) Já em 90, 92, estavam claras essas visões diferenciadas: uma visão mais desenvolvimentista, de criação de um modelo de desenvolvimento para que o país se industrializasse que criasse empregos, versus uma visão que queria pensar um modelo diferente, que pudesse ter uma relação com a natureza de maior harmonia e com os seres humanos, homens e mulheres também. Então, daí já vem um certo estranhamento, um certo distanciamento que não era tão visível porque todo mundo lutava por um mesmo objetivo político que era a

⁶⁹ *Ibidem*, p. 170.

⁷⁰ Convém destacar que, em 1987, apesar de pressões externas e internas, sobretudo em razão do compromisso do partido com setores da Igreja Católica, o projeto petista de Constituição defendia a descriminação do aborto e sua cobertura pela rede pública de saúde. Contudo, passado esse momento, a atuação do partido em relação à questão do aborto tem sido cada vez mais envergonhada. Recentemente, em setembro de 2009, após representação da Secretária Nacional de Mulheres do PT e forte pressão das feministas do partido, o PT decidiu punir os deputados federais Luiz Bassuma (PT/Bahia) e Henrique Afonso (PT/Acre) com suspensão de seus direitos partidários, por um ano e noventa dias, respectivamente, em razão dos mesmos terem assumido posições militantes e agressivas contra a descriminalização do aborto, posturas estas contrárias à diretriz adotada pelo PT no seu 3º Congresso Nacional. Destaca-se, todavia, que a posição dos referidos parlamentares (que decidiram se desligar do PT por contra própria) ensejaria a pena de expulsão, como aconteceu, outrora, com outros petistas que desrespeitaram a chamada "ética partidária".

democratização, a saída do processo de ditadura militar. Então, a partir da chegada ao governo é que essas coisas são vistas mais claramente e aparecem agora e criam alguns dos impasses mais importantes que se têm no momento no interior dos movimentos sociais, a base fundante do PT⁷¹.

De todo modo e apesar de todas as suas limitações, o PT surgiu com um projeto crítico à forma tradicional de organização partidária, inclusive dos típicos partidos de esquerda. Ele deveria ser um partido formado “de baixo para cima”. Essa orientação pode ser vista levando-se em conta o fato de o Partido dos Trabalhadores ser o único partido no Brasil com eleições diretas para todos os cargos da direção partidária, em todos os níveis - municipal, estadual e federal - através do processo de eleições diretas (PED), que ocorre a cada três anos⁷². Além disso, a própria abertura aos movimentos sociais e a pluralidade de tendências existentes no PT são indícios de uma maior democracia interna.

Eu acredito que o PT, tendo sido, do ponto de vista das instituições político-partidárias do país, a maior novidade surgida na história republicana, inclusive, no campo da esquerda, pela participação das bases na definição do seu programa, por ser a confluência daqueles movimentos de libertação, de reivindicação de diversos setores da sociedade, o PT foi o partido que acolheu, desde sua origem, a luta da mulher, a luta feminista⁷³.

⁷¹ Trecho da entrevista com “Mariana” (nome fictício). As entrevistas serão analisadas com maior rigor no último capítulo. De todo modo, pareceu pertinente adiantar a presente citação.

⁷² É necessário lembrar, no entanto, que em função da sua concentração cada vez maior em uma ação política pautada pelo calendário eleitoral, o PT acabou por girar, cada dia mais, em torno da figura individual de Lula e do grupo ideologicamente afinado com ele, o chamado “campo majoritário” que acabaria por se impor ao partido como facção dominante. Darlan Montenegro destaca, também, que: “Os núcleos petistas parecem ter sido pensados principalmente como um mecanismo de controle das bases sobre a direção (o único partido construído de baixo para cima). Mas é precisamente neste aspecto que reside uma das mais evidentes contradições entre um discurso democrático e uma prática potencialmente oligarquizante no processo de construção do PT, assim como uma grande limitação deste partido, quando cotejado com as tradições que ele criticava justamente em função de seu viés autoritário: os núcleos petistas foram, sempre, órgãos essencialmente consultivos; além disso, a participação em um núcleo não era indispensável para que os filiados desfrutassem de quaisquer direitos no interior do partido”. E ainda: “A vida orgânica no interior do partido mostrou-se crescentemente desprovida de importância para os militantes, a não ser no que toca às instâncias de direção, que concentram poder decisório de fato, bem como recursos para a ação política e arregimentação de simpatizantes para os diferentes agrupamentos. Ora, se o locus privilegiado da ação política não era o partido, mas sim os movimentos sociais, a vida orgânica da militância devia ser construída nestes últimos, onde, efetivamente, se observava uma atividade política permanente. No partido, ao contrário, a ação tornava-se crescentemente restrita à dinâmica dos encontros (e da disputa interna que ali se verificava) e, de forma sempre mais intensa, dos processos eleitorais, momento em que se observava aquilo que se tornou efetivamente conhecido do grande público como a ação militante dos petistas: as campanhas”. (*Ibidem*, p. 188-190)

⁷³ Trecho da entrevista com “Henrique”, deputado estadual do PT.

Por tudo isso, pode-se dizer que o PT é o mais importante símbolo político da esquerda brasileira. Mais do que isso, o PT se tornou também uma grande força eleitoral e um partido relevante dentro do cenário político do Brasil.

Diante da história de sua formação e da importância cada vez maior que vem assumindo, ao longo dos anos, faz-se mister verificar de que forma as questões de gênero vêm sendo trabalhadas dentro do partido. Ademais, apesar de toda a sua heterogeneidade em termos de fundamentação ideológica, e de haver, como já foi dito, um paradigma “anti-estratégico” na formação do partido, é certo que, as reivindicações das bases feministas fizeram parte dos projetos do PT já em suas origens. Cabe agora, então, avaliar a forma como tem se desenvolvido a relação do PT com o movimento de mulheres e, especialmente, com o movimento feminista.

2.3 O FEMINISMO NO PT

Desde a sua fundação, em 1980, o Partido dos Trabalhadores conta com uma organização feminista⁷⁴. Além disso, o Estatuto do PT traz a superação da desigualdade de gênero como um dos deveres basilares do partido. Existem passagens do mencionado Estatuto em que se explicita de forma inequívoca esse compromisso, como, por exemplo, no caso dos seguintes artigos:

Art. 1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãs e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Art. 14. São deveres do filiado:

II – combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores de deficiência física, aos idosos, assim como qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião;

Art. 22. Para a eleição dos delegados e das direções em todos os níveis deverão ser cumpridas as seguintes exigências:

⁷⁴ Embora sempre tenha havido uma organização feminista dentro do partido, a Secretaria Nacional de Mulheres só foi criada em 1996. Antes disso, ela era uma Subsecretaria que esteve vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares de sua criação, em 1987, até o ano de 1996.

V – no mínimo 30% (trinta por cento) dos integrantes das direções partidárias deverão ser mulheres⁷⁵.

Conforme já foi discutido, o feminismo atual é contemporâneo e partidário da luta contra a ditadura militar, da mesma forma que o PT. Muitas feministas estiveram, inclusive, ligadas às correntes socialistas. Também já foi abordado que a relação do feminismo com a esquerda nunca foi tranqüila. Nas palavras de Cíntia Sarti:

Vivia-se sob o fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitas mulheres e homens, independente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina⁷⁶.

De qualquer forma, desde sua fundação, o PT tem abraçado formalmente as bandeiras feministas e muitas militantes do movimento de mulheres vieram a constituir os quadros partido. Em julho de 1981, foi feito o primeiro documento mais amplo da Comissão de Mulheres do PT, com o objetivo de explicar e legitimar a causa feminista e a organização de mulheres dentro do partido.

O feminismo no PT se estruturou a partir da idéia de que era preciso que o partido se comprometesse com as bandeiras das mulheres, mas também que as mulheres do partido se vinculassem ao movimento feminista autônomo. Além disso, entendia-se ser necessária uma renovação e abertura dos ideários socialistas, uma vez que não deveria haver distinção entre o público e o privado no que se refere à questão da exploração dos indivíduos. Nesse sentido, diz Boaventura de Sousa Santos que

A especificidade da exploração do trabalho e da identidade feminina, não só no espaço da produção capitalista como também no espaço doméstico e na esfera pública em geral, constitui o contributo mais importante para a sociologia dos anos 80⁷⁷.

Como já foi dito, a concepção de organização partidária do PT respeitou a autonomia dos movimentos sociais. E isso foi possível até pelo fato do

⁷⁵BRASIL. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/textos/estatutopt.pdf> Acesso em: 23 de março de 2009.

⁷⁶ SARTI *apud* GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 15-32, 1998, p. 16.

⁷⁷ SANTOS *apud* GODINHO, *op. cit.*, p. 18.

PT ser um partido novo e marcado por uma grande heterogeneidade em sua formação. Por essa razão, respeitaram-se, também, muitas demandas feministas. Ou seja:

O PT já nasceu com uma forte influência feminista, que se refletiu nas campanhas e eleições. Grupos organizados de feministas atuaram desde o começo, para que o partido fosse construído em bases diferentes, também no que diz respeito às relações de gênero⁷⁸.

Contudo, na reflexão de Tatau Godinho, que além de socióloga é feminista e militante do PT, a questão da legitimidade da auto-organização das mulheres sempre foi controversa no partido.

À medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço. Foi no bojo dessa avaliação que se propôs uma política de ação afirmativa, que será discutida mais tarde⁷⁹.

Em 1982, já na sua primeira campanha eleitoral, o PT apresentou uma mulher candidata ao governo de Minas Gerais, Sandra Starling. Foi a primeira vez, inclusive, que uma mulher foi candidata a um governo estadual no Brasil. Nessas eleições o PT foi o partido com mais candidatas em números absolutos e relativos. Elegeu duas deputadas federais, Irma Passoni e Bete Mendes; uma deputada estadual no Rio, a feminista Lúcia Arruda⁸⁰; além de dezoito vereadoras. Segundo Ângela Borba, que foi outra feminista histórica do PT, esses dados, apesar de relevantes, não foram sequer documentados pelo partido, pois, em geral, os dados a respeito da atuação feminina costumam ser “esquecidos”.⁸¹

Nas eleições de 1985, o PT obteve, pela primeira vez, a prefeitura de uma capital do país, justamente com a eleição de uma mulher, Maria Luíza Fontenele, na cidade de Fortaleza, no Ceará.

⁷⁸ BORBA, Ângela. Legislando para mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 153-172, 1998, p. 164.

⁷⁹ GODINHO, Tatau. *Op. cit.*, p. 21.

⁸⁰ Lúcia Arruda, uma das seis deputadas eleitas no Estado do Rio de Janeiro, verificou, inclusive, a falta de banheiros femininos no plenário da Assembléia Legislativa do RJ e lutou para que o banheiro existente fosse dividido em dois. É preciso lembrar que esse prédio era o local onde funcionava a Câmara Federal, antes da mudança do Congresso para Brasília. Isso significa que, até então, as deputadas federais não tinham banheiro próprio.

⁸¹ BORBA, Ângela. *Op. cit.*

As eleições para a Constituinte, em 1986, por sua vez, tiveram uma grande importância para as mulheres, pois foi a oportunidade de incluir na Constituição do país muitos direitos para as mulheres.

Durante a Constituinte, as feministas fizeram uma intensa campanha para serem garantidos na nova Constituição diversos direitos para a mulher. Esse trabalho de pressão ficou conhecido como *lobby do batom*. E a bancada feminina, independentemente da filiação partidária, atuou de forma muito intensa e coesa.

Grandes e pequenos partidos, com enorme diversidade ideológica e programática, como o PMDB e o PMC⁸², ofereceram candidaturas femininas. E o PT também estava entre eles. No Rio, houve um total de quarenta e oito mulheres incluídas nas listas partidárias.

Dentro dos partidos o que se viu, na maioria das vezes, foi a instrumentalização das mulheres, ou seja, através das chamadas “dobradinhas” de candidatos a mandatos em níveis diferentes, fazer com que elas trabalhassem para eleger o candidato do sexo masculino e não se engajar as suas próprias campanhas.

O que sobressaiu foi o esforço muito pequeno dos partidos para eleger suas candidatas. O único que organizou um evento especial para este fim, a passeata “Fala Mulher”, foi justamente o PT. Mesmo assim, tal passeata não teve um condão político muito elevado. Nesse evento, que teve lugar na Avenida Rio Branco no centro do Rio de Janeiro, distribuíram-se flores às mulheres presentes.

Foram eleitas vinte e seis mulheres de dezesseis Estados do país para a Constituinte, a maior parte das regiões Norte e Nordeste e nenhuma da região Sul. Elas estavam espalhadas por legendas diversas, tanto de esquerda, quanto de direita. O PMDB elegeu a maior parte, seguido do PFL. O PT elegeu apenas duas mulheres. Contudo, o contingente feminino como um todo representava apenas um pouco mais de 5% da Câmara Federal.

Muitas dessas mulheres foram eleitas em razão do prestígio político dos maridos, ou de familiares, o que explica o fato de que a maior parte das eleitas viesse das regiões Norte e Nordeste do país. Outras, porém, como Benedita da

⁸² O Partido Municipalista Comunitário (PMC) foi uma legenda partidária de pouca expressão, fundada em 1984, que disputou as eleições de 1985, 1986 e 1988, sendo extinto logo em seguida.

Silva, do PT do Rio, e conhecida pelo slogan “Mulher, negra e favelada”, se elegeram em razão de seu prestígio pessoal⁸³, e com muitos votos.

O período da Constituinte foi fundamental para avaliar a capacidade do Partido dos Trabalhadores em atender às demandas feministas. O projeto de Constituição apresentado pelo partido foi marcado por diversas bandeiras feministas, como: a luta contra a discriminação de gênero, a defesa da livre orientação sexual, a descriminação do aborto, direito à seguridade social para donas-de-casa, trabalhadoras rurais e domésticas, o reconhecimento da paternidade e da maternidade como funções sociais, dentre outras.

Nesse momento, o que se viu no partido foi uma forte coesão na elaboração do projeto constitucional, assim como na atuação da bancada federal. Viu-se também uma radicalidade na defesa da ideologia oficial do PT, o que, contudo, não se verá nas décadas seguintes.

Em 1988, convém relembrar a eleição de Luíza Erundina, uma das fundadoras do PT, para governar a cidade de São Paulo, a maior metrópole brasileira e uma das maiores cidades do mundo. Uma grande excepcionalidade, pois, além de mulher, Erundina é nordestina e advém de uma família pobre do sertão paraibano.

No período após a Constituinte, o PT conquistou, além de prefeituras, alguns governos estaduais. Mas o fato é que nos governos administrados pelo PT não houve uma política voltada para as mulheres que pudesse ser considerada referência⁸⁴.

Diante de um cenário de descompasso entre a presença feminina no PT e sua representação em termos de liderança, começou a ser discutida no partido a adoção de cotas para mulheres, conforme já vinha acontecendo em outros países do mundo. Assim, a cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias (nacional, estaduais e municipais) foi aprovada no 1º Congresso do PT, realizado

⁸³ Os partidos de esquerda apresentam parlamentares advindas, em sua maioria, dos movimentos sociais, em oposição aos partidos de direita em que a maior parte das mulheres é eleita em função da tradição familiar. Esse debate, assim como uma abordagem detalhada do perfil e da atuação das parlamentares brasileiras estão presentes em: PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

⁸⁴ Embora tenha havido medidas como a criação de Coordenadorias da Mulher e de Assessorias dos Direitos da Mulher, a implantação de políticas públicas para as mulheres não teve peso político nos governos petistas em geral. Tal informação é corroborada pela própria Secretaria Nacional de Mulheres do PT. (Nesse sentido, ver: *As mulheres do PT*, em www.pt-pr.org.br/mulheres/docs/mulheres_do_pt.ppt).

entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991. Até esse momento, 90% das direções partidárias eram compostas por homens. As cotas também foram ampliadas para todas as situações em que há disputa de vagas no partido, como nas delegações dos encontros e congressos e nos cursos de formação.

Convém destacar que, quando as cotas foram aprovadas no PT, a discussão acerca da política de ação afirmativa para as mulheres era praticamente desconhecida no país, mesmo nos meios acadêmicos e nos movimentos de mulheres. Na verdade, antes mesmo do Congresso de 1991, já havia sido proposta essa discussão no 2º Encontro Nacional de Mulheres do PT em 1988, ocorrido na cidade de Vitória, mas a proposta não foi levada ao partido por ter sido derrotada por uma pequena margem de votos. Além disso, posteriormente, a CUT (Central única dos Trabalhadores) e outros partidos de destaque, como PDT e PV, passaram a reservar vagas em suas direções para mulheres.

Em 1990, o PT elegeu seu primeiro e único senador, Eduardo Suplicy, pelo Estado de São Paulo. Já em 1994, são eleitos quatro senadores, dentre os quais duas mulheres negras, de origem popular e ligadas aos movimentos sociais: Marina Silva⁸⁵, pelo Estado do Acre e Benedita da Silva pelo Estado do Rio de Janeiro.

Em 1998, são eleitos dois senadores petistas, sendo um deles uma mulher, a senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas. Já no ano 2000, o partido conquista novamente a prefeitura de São Paulo através de outra mulher, a ex-deputada federal Marta Suplicy.

As eleições de 2002 foram históricas para o partido, pois foi neste pleito que Lula, sindicalista e figura maior do partido, conseguiu, finalmente, se eleger Presidente da República. Ademais, nesse mesmo ano, o partido conseguiu eleger dez senadores, dentre os quais cinco eram mulheres. São elas: a já senadora Marina Silva, do Acre, Ideli Salvatti, do Estado de Santa Catarina, Ana Julia Carepa, do Pará, Serys Slhessarenko, do Mato Grosso e Fátima Cleide, do Estado de Rondônia.

É importante lembrar que, em 1989, quando da primeira candidatura de Lula à Presidência da República, ele assumiu o compromisso com as mulheres

⁸⁵ Marina Silva ficou no PT de 1985 até 2009, quando se filiou ao Partido Verde (PV). Ainda assim, é relevante mencionar que ela é pré-candidata do PV à Presidência da República, uma vez que sua trajetória política está, necessariamente, ligada ao PT.

petistas de abraçar as plataformas feministas⁸⁶. Nessa esteira, quando foi eleito, em 2002, e já no seu primeiro dia de seu governo, Lula criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), que tem status de Ministério e orçamento próprio⁸⁷.

Em 2006, o presidente Lula também sancionou a Lei 11.340, a chamada Lei “Maria da Penha”, originária de um projeto de iniciativa do próprio Poder Executivo. Tal Lei, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, era outra reivindicação histórica do movimento feminista.

E recentemente, já no ano de 2010, o partido lançou, durante o seu 4º. Congresso, ocorrido entre os dias 18 e 20 de fevereiro, a pré-candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff⁸⁸, para Presidência da República, feito inédito na história do país.

Percebe-se, então, que o PT sempre foi pioneiro em projetos relevantes no que diz respeito às relações de gênero, mesmo os mais polêmicos, como os referentes à união civil de pessoas do mesmo sexo e à descriminalização do aborto. Nessa linha cabe destacar que a chamada lei de cotas, que será discutida no capítulo seguinte, é consequência de uma realidade interna do partido e fruto de um projeto de lei da então deputada federal petista, Marta Suplicy⁸⁹.

Cabe agora analisar não apenas a forma como essa lei foi aplicada no Brasil, mas a própria maneira como as mulheres têm se inserido e atuado no mundo

⁸⁶ O material político da campanha de Lula trazia, inclusive, exposição detalhada sobre a necessidade de se superar a desigualdade de gênero.

⁸⁷ Sobre a SPM: “A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o governo federal, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes. A SPM trabalha com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres”. (Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/sobre/. Acesso em 10 de dezembro de 2009.)

⁸⁸ É oportuno destacar que a ministra Dilma Rousseff não se encaixa no típico perfil de mulher que costuma atuar na vida pública do país. Isso porque, em primeiro lugar, ela não é herdeira de uma tradição política masculina. Em segundo lugar, ela é uma ex-guerrilheira de esquerda e apresenta uma figura austera. Além disso, Dilma tem ocupado cargos importantes, geralmente em áreas restritas às mulheres, como na chefia de pastas como as de Fazenda e de Minas e Energia, seja nos âmbitos do governo municipal (na cidade de Porto Alegre), estadual (no Estado do Rio Grande do Sul) ou federal. Em entrevistas, ela mesma costuma se valer da seguinte ironia: “sou uma mulher dura cercada de homens meigos”.

⁸⁹ Como deputada, Marta Suplicy (PT/SP) também apresentou muitos outros projetos relevantes no que se refere à igualdade de gênero, inclusive no que se refere aos direitos dos homossexuais.

da política, destacando, sobretudo, as dificuldades que se colocam para isso, especialmente no Brasil.

CAPÍTULO 3- GÊNERO E POLÍTICA NO BRASIL

Em pleno século XXI, ainda é usual que homens e mulheres recebam tratamentos distintos. Longe de ser consequência das diferenças físicas que realmente existem entre os sexos, tais tratamentos referem-se muito mais ao discurso construído ao longo do tempo sobre os papéis que os seres humanos devem desempenhar conforme sua anatomia.

Essas diferenças, equacionadas como desigualdades, fazem com que as mulheres possuam uma cidadania defeituosa, designada pelas práticas sociais ou mesmo, em casos extremos, pela letra da lei.

Diz Joan Scott⁹⁰ que gênero é o saber socialmente construído que estabelece significado para as diferenças corporais e sobre as relações entre homens e mulheres, sendo, portanto, variável conforme a cultura, o grupo social e o momento histórico.

Todavia, como já foi explicado, a inferiorização feminina, em menor ou maior grau, vem se perpetuando ao longo do tempo e atua de maneira estruturante e fundamental em todas as sociedades.

É preciso lembrar que é exatamente em razão da diferença do corpo feminino que, historicamente, se procurou legitimar a dominação masculina. Desde a antiguidade, com Aristóteles⁹¹, se observa que o discurso da dominação se apresenta pelo corpo da mulher, que seria um corpo defeituoso. Ocorre que, o corpo

⁹⁰ SCOTT, Joan Wallach. *Prefacy of Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n.3, 1994, p.13.

⁹¹ HÉRITIER, Françoise. **Masculino/Feminino: o pensamento da diferença**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p.181-189.

em si é um dado natural, mas as noções que se estabelecem sobre ele, boas ou ruins, são socialmente construídas, variando conforme o tempo e o espaço⁹². Assim:

A relação de dominação (...) exerce-se essencialmente através da violência simbólica, quer dizer, através da imposição de princípios de visão e de divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino. Quando é percebido através de tais categorias, e pelas próprias mulheres, o corpo feminino (que como ser, segundo Aristóteles, poderia, dizer-se de múltiplas maneiras) confere uma justificação de aparência natural à visão da mulher e à divisão do trabalho entre os sexos (que é, na realidade, o seu fundamento)⁹³.

E ainda:

Nas sociedades ocidentais, sob a influência do desenvolvimento das ciências “naturais” e da medicina, ligou-se, a partir do século XVIII, a identidade sexual ao sexo biológico e, especialmente, as mulheres foram ancoradas aos seus corpos, entregando-os ao destino de uma feminilidade natural⁹⁴.

O que acontece é que, a partir da diferença sexual, se estabelecem diferentes modelos de educação próprios a cada sexo e aqueles adequados às meninas costumam excluir características como assertividade, dinamismo, força, características estas que, tradicionalmente, são cobradas na vida pública. As mulheres, em geral, são criadas para assumirem apenas suas funções na vida privada. A esse respeito, Elena Belotti⁹⁵ disserta detalhadamente em seu livro *Educar para a submissão*. Nele, a autora mostra como a criança é condicionada, nem sempre de forma sutil, desde o nascimento, ou até mesmo antes dele, para desempenhar um papel que é definido conforme o seu sexo e o peso maléfico desse direcionamento forçado não apenas para as meninas, mas também para os garotos⁹⁶.

E é em razão, justamente, de todo esse histórico que:

⁹² A respeito da construção social do próprio corpo, vale mencionar o texto “A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em ‘antas’”. Tal artigo, escrito por um professor de educação física, discorre sobre como as diferenças de hábitos corporais entre homens e mulheres acarretam deficiência motora da maioria das mulheres. (DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em “antas”. In: ROMERO, Elaine. **Corpo, mulher e sociedade**. Rio de Janeiro: Papyrus, p.79-91, 1995.)

⁹³ BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a *história das mulheres*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). **As Mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, p. 57-60, 1993, p.58.

⁹⁴ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 140.

⁹⁵ BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a Submissão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

⁹⁶ Conforme mostra Pierre Bourdieu, em “A dominação masculina”, os homens também são vítimas da representação dominante, uma vez eles precisam provar a todo tempo seu caráter viril e provedor.

O acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega⁹⁷, primeiro modelo da democracia, excluía-as radicalmente. No mundo contemporâneo, a parte das mulheres nas instâncias representativas está longe de ser igual em todos os países. Elas chegam com frequência ao poder executivo como substitutas, prosseguindo uma tradição familiar (é o caso da Índia e do Paquistão) ou em caso de crise, que ativa o mito da mulher salvadora⁹⁸.

Por tudo isso, vê-se que existem muitas questões espinhosas no que se refere à relação da mulher com o espaço público. Faz-se, agora, necessário refletir mais pormenorizadamente sobre a forma como as mulheres têm se inserido na vida política, a despeito das dificuldades existentes nesse processo.

3.1 MULHER E POLÍTICA COMBINAM?

Em 2005, em comemoração aos dez anos da Conferência Mundial de Pequim sobre as mulheres, foi produzido, pelo *World Economic Forum*, um vasto e rigoroso estudo⁹⁹ acerca da equidade de gênero no mundo. A pesquisa foi realizada em cinquenta e oito países¹⁰⁰, incluindo o Brasil e abrangeu países considerados emergentes, assim como países tidos como os mais desenvolvidos do mundo.

A partir de dados disponíveis ao público seja por meio das estatísticas oficiais, seja através de dados de organizações internacionais, ou de dados exclusivos da pesquisa de opinião do *World Economic Forum*, o mencionado estudo buscou mensurar e estabelecer um ranking sobre a situação feminina em diferentes partes do mundo. Os critérios de mensuração utilizados foram os seguintes: participação econômica; oportunidade econômica¹⁰¹; empoderamento político; avanço educacional e saúde e bem-estar.

No mencionado ranking, o Brasil ocupa apenas o 51º lugar, atrás de países como Malásia (40º) e Zimbábue (42º), bem como dos igualmente latino-

⁹⁷ Pitágoras dizia: "Uma mulher em público está sempre deslocada".

⁹⁸ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 118.

⁹⁹ World Economic Forum. **Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero.** UNIFEM, 2005. Disponível em: http://www.unifem.org/attachments/products/Empoderamento_das_Mulheres2_1.pdf Acesso em: 08 de dezembro de 2009.

¹⁰⁰ A escolha dos países foi baseada não apenas em termos de representatividade, mas, sobretudo, em razão da existência de dados confiáveis sobre os mesmos.

¹⁰¹ A participação econômica diz respeito à presença feminina no mercado de trabalho, ao passo que a oportunidade econômica se refere à qualidade do envolvimento econômico das mulheres.

americanos Argentina (35º) e Colômbia (30º) e na frente somente de países extremamente conservadores, como Paquistão (56º) e (Egito 58º).

Os países nórdicos são os que ocupam os primeiros lugares desse ranking. Contudo, até a Suécia, o primeiro lugar, ainda está longe da real igualdade de gênero. Os dados, mesmo no chamando “primeiro mundo”, são alarmantes. Nos EUA, por exemplo, o 17º país da lista, 90% dos casos de AIDS entre menores de 20 anos é de pessoas do sexo feminino.

Muitas das economias do Leste Europeu ocupam boas posições no ranking. Isso se deveu ao fato de que a ideologia socialista, que marcou a história desses países, estimulou a idéia da mulher trabalhadora. Ainda assim, em outras esferas, como saúde, bem-estar e empoderamento político, há uma enorme discrepância entre homens e mulheres nesses países.

O que se concluiu nessa pesquisa é que, a despeito de muitos avanços, nenhum país, em todo o mundo, foi capaz de superar as disparidades de gênero. Além disso, mostrou-se que o grande “calcanhar de Aquiles” em relação à igualdade de gênero é, sem dúvida, a dimensão do empoderamento político. Outra questão relevante, também corroborada por outras pesquisas¹⁰², reside no fato de que, no Brasil, a presença de mulheres na política é uma das mais baixas do mundo.

Pode-se, dizer, assim, que dentre as barreiras superadas pelas mulheres ao longo da história, aquela que se mostra mais resistente é, justamente, a que circunda a arena política. E a igualdade de gênero só poderá ser alcançada quando existir, não apenas no âmbito legal, mas também na prática, uma participação política equivalente para homens e mulheres.

Michelle Perrot discorre sobre essa questão, ao ressaltar que as mulheres não têm “Poder”, em sua conotação política, mas apenas “poderes”, difusos e periféricos, no sentido de “influências”¹⁰³. Esses pequenos poderes, todavia, não curam, de maneira alguma, a fratura de sua cidadania e não compensam a falta do poder político. Segundo a mesma autora, as relações sociais

¹⁰² PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p.66.

¹⁰³ As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história**: mulheres, operários, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, p.167-184, 1988.

de sexo são, antes de tudo, relações de poder, motivo pelo qual o empoderamento da mulher é sempre ameaçador¹⁰⁴.

O lugar feminino no espaço público sempre foi problemático, pois a mulher tem sido vista como um ser extremamente sensível e carente de racionalidade. Nesse sentido, é geralmente cobrado da mulher apenas o desempenho de seus papéis ditos “naturais”, quais sejam: o casamento e a maternidade. Tudo isso, obviamente, na esfera privada.

É interessante notar que esse tipo de representação é adaptado, inclusive, ao campo da própria vida política, já que os cargos públicos a que elas costumam ter acesso estão ligados às agendas sociais mais apropriadas à sua “condição” feminina, como a promoção social e a educação. Vê-se, então, que, mesmo na esfera pública, persiste a divisão sexual do trabalho.

O pensamento androcêntrico argumenta que a grande força feminina residiria, sobretudo, na maternidade, razão pela qual mesmo as mulheres que visam a importantes cargos eletivos precisam, antes de tudo, provar que não renunciaram ao seu “dever sagrado de mulher”, o que, aliás, se mostra um desafio quase impossível, devido às exigências da vida política.

É por isso que

O estatuto da mulher no Poder muda certamente, mas não profundamente. É “melhor” ser deputada-casada-mãe do que deputada-mãe-solteira. É melhor ser deputada ou senadora, branca, de “boa família”, com boa genealogia do que ser negra, de origem pobre, etc. “Frágil” em sua estrutura, a mulher vai compensar sua fraqueza, não ao ser eleita senadora, mas ao gerar, ao tornar-se mãe. A mulher, como Poder, continua sendo o “sexo fraco” e tendo que pagar, por meio da maternidade, a sua “fraqueza”: a força da mulher consiste – segundo um discurso recuperador e, no mínimo, ambíguo – em sua fragilidade ontológica, “natural”. Daí a apologia do “fraco”¹⁰⁵.

Os exemplos de liderança política feminina de maior destaque no mundo contemporâneo, como no caso da Índia e do Paquistão, costumam ser do tipo de status derivado de um homem, morto, geralmente, de forma violenta. Tem-se

¹⁰⁴ A autora fala ainda que, historicamente, o poder feminino tem sido visto como algo mau, desde o exemplo do Gênese, com a culpa de Eva pela perda do Paraíso, passando pela teoria lombrosiana sobre a criminalidade, com a mulher, como “criminosa nata”, instigando comportamentos delituosos. Enfatiza também o falacioso mito do matriarcado (a Antropologia atual reconhece que nunca houve sociedades matriarcais, apenas matrilineares) em que a mulher teria estado na origem do direito o que resultou em uma era de caos só superada em razão da “evolução” para um direito patriarcal.

¹⁰⁵ LINS, Daniel. O Sexo do Poder. In: _____. **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, p. 97-128, 1998, p. 123.

também o caso de Margaret Thatcher, a “dama de ferro” inglesa, que expõe mais declaradamente o mito da mulher salvadora, tão perigoso quanto o contrário, o da mulher demoníaca, pois, baseia-se na idéia simétrica da naturalidade do feminino. E mesmo essas mulheres que galgaram degraus políticos não renunciaram ao seu “dever” familiar¹⁰⁶.

Apesar de terem conquistado os direitos políticos, após uma longa luta, o que se vê é que as mulheres ainda são minoria absoluta quando se trata da atuação política¹⁰⁷. Segue-se, assim, que:

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado¹⁰⁸.

E mais:

Imagine todos aqueles olhares que se dirigem à mulher que ousa subir à tribuna. Tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu *look*, todo seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar¹⁰⁹.

Convém lembrar que apesar das dificuldades, percebe-se o crescimento do acesso das mulheres ao domínio público. Tal acesso, contudo, não se deveu apenas à modernização social, que permitiu avanços como o direito à contracepção ou à inserção no mercado de trabalho formal, mas também às interações, organizadas ou não, das próprias mulheres. Na verdade, a presença

¹⁰⁶ “Tanto Margaret Thatcher quanto Indira Gandhi foram louvadas pelo fato de serem mães e exercerem o Poder. Consideradas fálicas por alguns, outros faziam apologia das mulheres imbuídas da ‘garra masculina’, mas sem renunciar ao ‘dever sagrado’ de procriar, reproduzir. Benhazir Bhuto foi ‘obrigada’ a se casar e a engravidar para aceder ‘de forma mais natural’, ao posto de Primeiro-Ministro do Paquistão, país mulçumano por excelência” (*Ibidem*, p. 125).

¹⁰⁷ As mulheres, embora sejam mais de 51% da população brasileira, ocupam menos de 10% das cadeiras do Congresso Nacional. Além disso, elas são provedoras em mais de 75% dos lares brasileiros, embora em 95% dos mesmos, elas ainda sejam as responsáveis pelas tarefas domésticas. Tudo isso sem se esquecer ainda são alvo de uma violência moral que as desqualifica pelo seu sexo e até mesmo de violência física, sendo esta majoritariamente doméstica. (MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Cidadania no feminino*. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 495-515, 2003).

¹⁰⁸ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p.129-130.

¹⁰⁹ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p.189.

feminina nos movimentos comunitários, por exemplo, especialmente naqueles que envolvem a população mais pobre sempre é muito forte¹¹⁰.

Todavia, os movimentos sociais, mesmo sendo alternativas de participação mais direta, não deixam, também, de ser canais de representação secundários e não conseguem rivalizar com os partidos políticos. Até porque, no Brasil, as candidaturas dependem, legalmente, da chancela partidária.

Muito embora os partidos até busquem candidatos nos movimentos sociais, o que acabou levando certas mulheres, mesmo em condições precárias, a participar das listas partidárias, sobretudo nas eleições municipais, essa relação ainda é muito difícil.

Além disso, conforme destaca Maria Markus:

A exclusão do domínio público (mesmo que “apenas” em princípio) e a exclusiva atribuição ao “privado” sempre implica privação; privação de acesso aos recursos públicos, de influência em decisões públicas, de participação na distribuição do reconhecimento público ou, como disse Hannah Arendt, acima de tudo privação de ser visto e ser ouvido¹¹¹.

Destaca-se, nesse sentido, a pesquisa realizada pela cientista política Patrícia Rangel com congressistas brasileiros que mostrou que, em geral, os congressistas homens não tendem a apoiar reformas políticas que possibilitem o ingresso efetivo de mulheres no Congresso, mas apenas medidas de caráter simbólico que conservam-se no campo das estratégias discursivas¹¹².

Por tudo isso, fica clara a necessidade de se repensar a condição da mulher no mundo político, sobretudo no que se refere aos partidos políticos, uma vez que, como bem lembra Céli Pinto¹¹³, são os partidos que costumam reivindicar o monopólio do canal de relação entre a sociedade civil e o Estado.

Nessa linha, é preciso avaliar também a política de cotas no Brasil e verificar se, pelo menos, os partidos de esquerda, ou, em particular, o PT pugna por uma representação igualitária de gênero. Isso porque

¹¹⁰ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Op. cit.*, p. 513.

¹¹¹ MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão ou subversão do princípio de realização. In: BERNHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, p. 107-120, 1987, p.115.

¹¹² RANGEL, Patrícia. **O que os parlamentares pensam sobre as mulheres na política**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=226> Acesso em 23 de janeiro de 2010.

¹¹³ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: Fundação Carlos Chagas, p. 127-150, 1992, p. 140.

A Ciência Política (...) tem à sua disposição um complexo objeto para a análise: a mulher, quando visível, emergindo como novo sujeito político e provocando novas relações de poder; e, quando invisível, apresentando-se como objeto do estudo do silêncio do discurso político¹¹⁴.

Antes, porém, de se abordar propriamente a lei de cotas, é preciso passar pela discussão acerca de uma questão anterior, qual seja, a relação entre igualdade e diferença dos sexos que tem baseado as práticas inclusivas e excludentes para com as mulheres, nos Estados liberais-democráticos.

3.2 IGUAIS OU DIFERENTES?

As democracias representativas têm, reiteradamente, demonstrado seus limites no que se refere à inclusão de minorias. De acordo com o que já foi debatido, historicamente, essa omissão teve legitimidade por, supostamente, se basear em características naturais e, por conseguinte, imutáveis. Além disso, as democracias ocidentais trataram de demarcar os espaços próprios a homens e mulheres, o que prejudicou sobremaneira a cidadania feminina.

Como já foi visto,

As revoluções burguesas dos séculos 17 e 18, inspiradas pelo ideário liberal, conciliaram, sem maiores hesitações, a afirmação de direitos humanos universais e a interdição do acesso das mulheres à esfera pública. Argumentos jurídicos e/ou naturais legitimavam o tratamento diferenciado, bloqueando a percepção da existência de uma injustiça¹¹⁵.

Pode-se dizer, então, que:

...o universalismo liberal foi amplamente negligente na prática dos regimes liberais burgueses, classistas e fortemente não igualitários; entretanto, foi justamente o universalismo ideal, confrontado com os privilégios e as discriminações, de fato, que gerou teoricamente a exigência da sua execução, as condições para uma crítica global que levaram depois à ampliação dos direitos da cidadania¹¹⁶.

¹¹⁴ ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rosie Marie e PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.) **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p. 82-96, 2001, p. 149.

¹¹⁵ MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, vol. 09, nº. 01, p.253-267, Florianópolis, 2001, p. 254. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

¹¹⁶ GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero: o problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Ângela (orgs.). **O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da UNESP, p. 235-261, 1995, p. 238.

É por isso que o feminismo reivindicou uma dimensão política para a esfera privada, especificamente, para a esfera doméstica. A esfera privada liberal se caracteriza, justamente, como o lugar das diferenças individuais, ao passo que a esfera pública considera todos os cidadãos iguais em direitos e deveres. Assim, o Estado se coloca como neutro em relação às diferenças sociais e como imparcial perante as pretensões de competição na arena pública. O princípio da neutralidade e imparcialidade fez com que a diferença sexual deixasse de ser fator de exclusão feminina, o que permitiu o acesso feminino à cidadania, mas esse acesso se deu na qualidade de indivíduos iguais aos do sexo masculino e não enquanto mulheres.

Criou-se, assim, um paradoxo, comum às minorias políticas em um cenário liberal, em que as mulheres possuem uma identidade coletiva negada no âmbito público (no qual são apenas “indivíduos”), mas reforçada na vida cotidiana (na qual prevalece um tratamento não igualitário).

A neutralidade liberal não é, portanto, genuinamente neutra: para alguns cidadãos, brancos, masculinos e cristãos, o acesso à cidadania não exige que se coloque entre parênteses sua identidade específica, justamente porque os requisitos da cidadania são estabelecidos sobre suas características. Para as mulheres, o preço do reconhecimento da cidadania foi a eliminação da diferença de gênero, ou seja, da sua identidade coletiva na esfera pública. Isso coloca as mulheres na curiosa posição esquizofrênica pela qual, na vida cotidiana e nas relações sociais, elas são identificadas principalmente com base no seu sexo, segundo os estereótipos e os preconceitos próprios do sistema de gênero atualmente em vigor, e com base em tal identificação, imposta, são objeto de inúmeras práticas de opressão e exclusão; na vida política, ao contrário, essa identidade é ficticiamente negada e substituída pelo ideal “neutro” do cidadão, ao qual, sendo o cidadão definido segundo um modelo masculino, elas jamais conseguirão adequar-se perfeitamente¹¹⁷.

A crítica feminista mostra que, na verdade, a incongruência entre prática e teoria liberal não é casual como pode parecer, mas “vem a ser a construção social apropriada para uma sociedade patriarcal”¹¹⁸.

Nesse viés, Carole Pateman apresenta uma interessante discussão em seu livro “O Contrato Sexual”. Nele, a autora explica que a história, real ou hipotética, da formação da sociedade civil tem sido contada por meio de um contrato original. Contudo, os contratualistas, até mesmo os contemporâneos, não teriam examinado toda a história. Isto porque a história do contrato sexual também teria

¹¹⁷ GALEOTTI, Anna Elisabetta. *Op. cit.*, p. 240.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 239.

que ser contada, pois está relacionada à própria gênese do direito político, um direito político nos moldes patriarcais, já que a sociedade civil que é criada pelo contrato original é uma ordem social patriarcal. Nessa sociedade, imperaria a dominação dos homens sobre as mulheres. Tal constatação pode parecer paradoxal, uma vez que a história do contrato original é uma história, em tese, de liberdade, enquanto a do contrato sexual é uma história de dominação (liberdade para os homens e sujeição para as mulheres). Vê-se, assim, que a liberdade contratualista não é universal, ela se refere apenas aos homens. O pacto original seria, então, tanto um contrato social quanto um contrato sexual¹¹⁹.

A autora mostra, assim, que as análises clássicas da história do contrato social não mencionam que as mulheres estão excluídas dele, pois se baseiam em um indivíduo supostamente universal. Ademais, e na esteira do que já foi explicado, tem-se o fim apenas do patriarcado como sistema político no sentido clássico, ou seja, calcado no governo do pai, mas funda-se um novo patriarcado, que Pateman chama de patriarcado moderno e que se baseia na igualdade liberal fraterna. Assim, a sociedade moderna é estruturada pelos vínculos convencionados e universais do contrato que apenas parece abranger a todos.

De qualquer forma, atualmente, o discurso acerca da exclusão feminina vem perdendo legitimidade. Ocorre que, não existe consenso a respeito de qual premissa deve embasar a luta pela igualdade de gênero. Ou seja:

Idéias e práticas feministas nunca foram homogêneas. Contudo, as feministas têm sido unânimes na convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, na rejeição de idéias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade de submissão feminina – e na crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos¹²⁰.

Em síntese, as teorias feministas afirmam que ao não levar em conta a diferença de gênero, a teoria liberal torna-se responsável pela cidadania fraturada das mulheres. Mas as posições feministas são muito distintas no que se refere às conclusões que daí advêm.

Do encimado, depreendem-se duas linhas básicas de pensamento: de um lado, coloca-se a crença igualitarista (baseada na igualdade dos seres humanos

¹¹⁹ PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹²⁰ PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 265-309, 2003, p. 286.

como um todo) e, de outro, a crença dualista (baseada na diferença cultural entre homens e mulheres)¹²¹. Por essa mesma razão sempre houve muita divergência sobre tratar, ou não, homens e mulheres da mesma forma e sobre a criação de instrumentos de inclusão, como as políticas de ação afirmativa.

Assim, se a defesa da proteção dos direitos das mulheres se sustentar na afirmação da igualdade fundamental entre os sexos é preciso lembrar que se essa igualdade for considerada absoluta, a composição da representação política deve ser indiferente, não sendo necessários mecanismos como as cotas para incluir as mulheres, mas apenas deixar funcionar a própria lógica das instituições liberais. Por outro lado, as feministas que defendem a valorização da diferença entendem ser oposta a forma de pugnar por mecanismos que protejam a paridade política.

No que se refere às correntes que pugnam pelo argumento da diferença, Luis Felipe Miguel aponta três linhas básicas de raciocínio na defesa da paridade política: a afirmação de uma diferença moral entre homens e mulheres, a de uma diferença de interesses e a afirmação de uma diferença estrutural entre os sexos¹²².

A primeira, em linhas gerais, liga-se com uma suposta política de desvelo com o outro por parte das mulheres. Já as duas outras se referem, a primeira, aos interesses específicos que as mulheres possuiriam e, a segunda, a uma posição do sexo feminino na estrutura social, motivos pelos quais as mulheres seriam melhor representadas, em ambos os casos, por elas mesmas. O problema é que as vertentes da diferença moral e da diferença de interesses podem ser consideradas muito essencialistas, na medida em que consideram que há uma especificidade na representação política feminina e que as mulheres possuem sempre interesses idênticos, respectivamente.

Em todos esses casos, porém, é preciso ter cuidado, pois, como adverte o próprio Miguel, a tentativa de conciliação entre os valores, à princípio,

¹²¹ Para Joan Scott a história do feminismo possui em si um paradoxo insolúvel entre as feministas que declaram a igualdade entre homens e mulheres e as que defendem a igualdade respeitando a diferença entre os sexos. No sexto capítulo de seu livro "A cidadã paradoxal", Scott discorre sobre essas duas vertentes. A primeira considera que existe um indivíduo em abstrato. Já a segunda considera que o indivíduo é definido pela diferença sexual. Embora a própria autora não se posicione, ela enfatiza a necessidade de se discutir a questão, pois não se pode, ao mesmo tempo, explicitar a masculinidade excludente do "indivíduo" do liberalismo e buscar a igualdade entre homens e mulheres sob o manto da cidadania liberal. (SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002).

¹²² MIGUEL, Luis Felipe. *Op. cit.*, p.257.

divergentes da igualdade e da diferença exige contorcionismos teóricos e retóricos que podem dar margem a equívocos em termos de prática política.

Por outro lado, defende Joan Scott que

De fato, meu argumento será o de que não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos¹²³.

Em meio a toda essa discussão a defesa de uma diferença estrutural em Miguel parece oferecer um caminho menos árduo para a resolução da difícil equação igualdade¹²⁴ X especificidade, conforme sugere Scott.

Nessa mesma linha, esclarece Maria Victoria Benevides que igualdade não significa uniformidade. As diferenças existem e isso não é necessariamente ruim. Ao contrário. O que não se pode achar é que diferença seja igual à desigualdade, uma vez que esta última é socialmente construída. Acrescenta, ainda, a autora que “a igualdade é sempre uma dimensão social, não individual”¹²⁵ e que ela só ocorre entre grupos sociais, ou no interior de um deles. É por isso que para Benevides, há quatro dimensões da identidade democrática. São elas: a igualdade perante a lei; a igualdade de participação política; a igualdade de condições socioeconômicas básicas e, por fim, justamente, a igualdade no direito de preservar a diferença, mantendo a identidade, mas garantindo um tratamento específico para essas diferenças.

Nesse debate emerge, então, o problema da política de cotas e de sua legitimidade, ou não, em face dessa complicada relação entre igualdade e diferença no Estado liberal-democrático. Vê-se, então, que:

¹²³ O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, nº. 01, Florianópolis 2005, p. 11-30, p. 12.

¹²⁴ Questiona-se, até mesmo, a utilização desse termo. Assim: “Elizabeth Kingdom (1991) é uma das autoras que discute as limitações e os inconvenientes da utilização do conceito de ‘igualdade’ quando se discute as questões dos direitos do homem e da mulher, uma vez que há inúmeros aspectos distintivos que devem ser considerados. Além disso, as profundas modificações ocorridas nas relações entre homens e mulheres na segunda metade do século XX, exigem uma reavaliação do que significa essa igualdade e qual é o conteúdo dos novos direitos e das novas legalidades” (TABAK, Fanny. **Mulheres públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, p.173).

¹²⁵ BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 137-152, 1998, p. 141.

O que está em jogo é a possibilidade de realmente se alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas. Medidas especiais, como a política de quotas, são necessárias porque a diferença estrutural se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. Vale lembrar a conclusão a que Pierre Bourdieu chega, ao estudar a auto-exclusão, na forma de apatia e desinteresse, daqueles que exercem menos influência política, nomeadamente as mulheres e as classes trabalhadoras: “a indiferença é apenas uma manifestação da impotência”. Assim, a desigualdade estrutural, que aloca em proporções diferentes, segundo os grupos sociais, a capacidade de intervir no campo político é “naturalizada” pela adequação dos agentes ao comportamento que lhes é destinado¹²⁶.

E mais:

A ação afirmativa é uma tentativa de romper este círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político — ou, dito de outra forma, para o “empoderamento” (*empowerment*) dos segmentos sociais marginalizados. Em suma, ela se sustenta com a constatação da desigualdade presente na sociedade, sem necessitar de qualquer argumento essencialista ou da crença na “objetividade” de interesses comuns ao grupo. Neste sentido, as vozes das mulheres na política são, sim, “vozes diferentes”. Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas. A presença das vozes das mulheres — e de outros grupos excluídos politicamente — no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de “autonomia”, isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios, as normas que regerão as suas vidas. É desta forma que se entende que, no final das contas, as políticas de quotas estão comprometidas com o valor ético da igualdade, ao buscarem, em suma, a *participação igual na autonomia*¹²⁷.

O que grande parte da literatura parece defender é que, como quaisquer políticas, as ações afirmativas não são perfeitas. Entretanto, elas procuram solucionar o ingrato paradoxo de se exigir que uma mulher possua direitos apenas na qualidade de um indivíduo abstrato, mas legitimar sua exclusão social, com base em sua identidade de grupo. Nesse sentido:

A ação afirmativa tem como premissa o indivíduo abstrato e a ficção de sua universalidade. Ela tentou preencher a lacuna entre o legal e o social, os direitos dos indivíduos e os limites postos sobre eles por causa de sua suposta pertença a um grupo. Mas, para acabar com o problema da exclusão, a inclusão teve de ser destinada aos indivíduos como membros desses grupos – uma posição complicada. A palavra “afirmativa” pretendia reconhecer e corrigir o problema: para se reconhecer o indivíduo, deve-se

¹²⁶ MIGUEL, Luís Felipe. *Op. cit.*, p. 266.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 266.

tomá-lo como membro de grupos; para reverter a discriminação, deve-se praticá-la (mas com uma diferença – uma finalidade positiva)¹²⁸.

Após toda essa argumentação, passa-se, agora, à exposição acerca da política de cotas em si e à análise da implementação dessa ação afirmativa para mulheres na política brasileira, tendo como base sua chances reais de atingir o fim a que se destina.

3.3 A LEI DE COTAS

Conforme o já exposto no capítulo anterior, foi no PT que o debate a respeito das políticas afirmativas ganhou corpo e foi nesse mesmo partido que se estabeleceu, pioneiramente, a cota de 30% de mulheres nas direções partidárias, ainda no ano de 1991.

Essa iniciativa foi resultado da luta das feministas do PT, muitas das quais provenientes de meios acadêmicos e intelectuais, que verificavam que, mesmo em países em que a trajetória feminista era mais forte, o quadro de participação política das mulheres só foi melhorado com a adoção das políticas afirmativas.

Na verdade, as políticas de ação afirmativa se fundamentam em uma concepção de política e democracia de gênero em que as mulheres, como gênero, são o alvo. Buscam alterar as relações de poder entre homens e mulheres, reforçadas pela convicção de que sua presença coletiva, e não como exceções, é elemento essencial, embora não suficiente, para se alterar as relações de gênero¹²⁹.

E ainda:

Partindo-se do pressuposto de que diante da desigualdade social existente entre homens e mulheres é necessário estabelecer uma política consciente para sua superação, em contraposição a uma visão de igualdade formal estritamente fundada na definição de direitos e deveres iguais, independente das condições sociais dos indivíduos, as políticas de ação afirmativa significam uma decisão consciente e explícita de intervir nas desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres¹³⁰.

¹²⁸ SCOTT, Joan Wallach. *Op. cit.*, p. 24.

¹²⁹ GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 15-32, 1998, p. 30.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 28-29.

Assim, em 1995, através de um projeto de lei da então deputada federal do PT, Marta Suplicy, foi aprovada a primeira lei de cotas, a Lei 9100/95, para promoção da igualdade de gênero. Seu objetivo era reduzir a sub-representação política das mulheres nas Câmaras Municipais, estabelecendo um mínimo de 20% de candidatas nas listas eleitorais do ano de 1996.

Embora tal lei tenha sido aprovada, os partidos políticos conseguiram que o mínimo de 20% não fosse definido como obrigatório na legislação. Além disso, o número de vagas na lista eleitoral foi ampliado, passando de 100% para 120% o total de cadeiras em disputa, o que fez com que o número de vagas disponíveis aos homens candidatos não diminuísse.

Já em 1997, entrou em vigor uma nova legislação eleitoral, a Lei 9.504/97, que estabeleceu, em seu artigo 10, § 3º, que os partidos devem destinar uma percentagem mínima de trinta por cento e máxima de setenta por cento de suas candidaturas para cada sexo¹³¹. Destaca-se, porém, que tal qual na antiga legislação, não houve sanção prevista para os partidos políticos que não preenchessem as cotas, não podendo apenas haver o preenchimento dessas vagas com candidatos de outro sexo, mas sendo possível deixá-las em aberto. Ademais, o número de candidatos foi ampliado em 50%, o que significou que cada partido pôde lançar candidaturas para 150% das cadeiras que se encontravam em disputa.

É preciso refletir, assim, sobre a maneira como as cotas foram implantadas e sua possibilidade de real empoderamento para as mulheres. No Brasil, as cotas têm sido vistas mais como uma formalidade do que como uma efetiva estratégia de inserção. Foi por esse motivo, inclusive, que não se viu um debate social amplo e profundo sobre o tema quando da mudança da legislação.

De qualquer forma, vale lembrar, também, que muitas pessoas argumentam que a lei de cotas, mesmo que não gere grande crescimento da representação feminina, pelo menos, provoca mais discussão a respeito da importância da presença feminina na política.

¹³¹ A mencionada lei foi aprovada no final de 1997 e em razão da proximidade com as eleições, foi determinada uma percentagem transitória de 25% para o pleito de 1998.

Segundo a maior parte dos autores¹³², porém, as cotas podem, de fato, ser instrumento para a inserção mais igualitária de mulheres na política, mas para isso é preciso que estejam conjugadas certas condições.

Nesse sentido, cabe destacar o exemplo da Argentina, o primeiro país do MERCOSUL a implementar as cotas e que caminha cada vez mais para uma paridade de gênero em matéria de representação política. Desde 1991 que esse país tem uma cota mínima de 30% de mulheres nas candidaturas a cargos eletivos, mas com possibilidade efetiva de êxito. Até porque lá esse é um requisito obrigatório e garantido constitucionalmente¹³³.

A lei de cotas na Argentina aumentou, sobremaneira, a representação feminina na política. A presença das mulheres no Parlamento que era de 5,3% passou para 40%, aproximadamente¹³⁴. Hoje, a Argentina já se encontra entre os países com a maior presença de mulheres no Legislativo em todo o mundo.

Isso é possível em razão de alguns fatores. Como o sistema eleitoral argentino é o de listas fechadas, existem as seguintes regras a serem cumpridas: nas listas para a primeira eleição, ou em que não há renovação de candidatos não importa que o nome da mulher venha em primeiro lugar, contanto que haja uma mulher a cada dois homens. Nas listas em que haja renovação de candidatos, se a renovação é de um único candidato, não importa se é homem ou mulher, se a renovação é de dois cargos, pelo menos um deles deve ser de mulher. E deve haver pelo menos uma mulher em cada grupo de três candidatos.

É necessário, então, avaliar os fatores relacionados ao sistema eleitoral que influem nas chances de elegibilidade feminina¹³⁵, ainda que eles não sejam determinantes, lembrando-se sempre de que

O desafio de compreendermos as trajetórias e ganhos das mulheres, não apenas em relação às formas de acesso e recrutamento eleitoral na política

¹³² ALVES, José Eustáquio Diniz e ARAÚJO, Clara. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Revista Dados**, vol. 50, nº. 03, p. 535-577, Rio de Janeiro, 2007.

¹³³ Em 1994, com a reforma da Constituição Nacional da Argentina, foi estabelecido, no art. 37, o seguinte “a igualdade real de oportunidades entre homens e mulheres para o acesso a cargos eletivos e partidários será garantida mediante ações positivas no regimento dos partidos políticos e no sistema eleitoral”.

¹³⁴ TABAK, Fanny. *Op. cit.*

¹³⁵ Os fatores mencionados aqui são aqueles costumeiramente arrolados pela cientista política Clara Araújo em seus diversos trabalhos. Tal recorte tem em vista a detalhada revisão bibliográfica feita pela autora em seus estudos, bem como as variadas pesquisas já realizadas pela mesma no Brasil.

institucional, requer o enfrentamento de análises multicausais, qualitativas e quantitativas¹³⁶.

Por conseguinte, as explicações que atribuem o problema da não efetividade das cotas apenas ao preconceito, dos partidos ou dos homens, não são suficientes para explicar que mesmo em alguns países latino-americanos considerados mais sexistas e conservadores do que o Brasil, a participação política feminina seja mais efetiva.

É praticamente consenso na literatura que os sistemas proporcionais são os que mais facilitam as eleições femininas, seguidos dos sistemas mistos e, por fim, os majoritários¹³⁷. Dentro do sistema proporcional, fala-se que os distritos de alta magnitude, por terem mais candidatos e mais proporcionalidade, são mais abertos a candidatos *outsiders*¹³⁸.

A maior parte da literatura considera também que os sistemas pluripartidários e com estabilidade eleitoral apresentam mais eleitas. Partidos médios e pequenos que querem se legitimar diante dos eleitores possibilitam que as mulheres sejam mais absorvidas como candidatas¹³⁹. Além disso, os partidos de esquerda tendem a estimular mais a participação feminina. Pode-se dizer, em acréscimo, que partidos com uma organização interna clara e atuação intensa e formalizada facilitam mais a participação de mulheres.

A questão das listas, abertas ou fechadas, também é muito discutida. Não existe um consenso, embora se venha aceitando que as listas fechadas são mais favoráveis à inclusão feminina. Contudo, mesmo num sistema de lista fechada, o sucesso feminino vai depender de alternância por sexo, com as devidas obrigações legais, como ocorre na Argentina. Por aqui, a lista é aberta.

Por fim, destaca-se também a necessidade de haver um financiamento público e democrático das campanhas, o que permitiria uma igualdade de concorrência entre homens e mulheres em termos materiais.

¹³⁶ ALVES, José Eustáquio Diniz e ARAÚJO, Clara. *Op. cit.*, p. 536-537.

¹³⁷ Existem dois sistemas eleitorais no Brasil: o majoritário, para a eleição de Chefes do Executivo e senadores da República e o proporcional, para a eleição de deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

¹³⁸ Os resultados eleitorais do Brasil têm mostrado, todavia, que nos grandes distritos eleitorais não vêm sendo eleitas mais mulheres.

¹³⁹ No Brasil, porém, os maiores partidos foram os que elegeram mais mulheres, mesmo diante de muitas candidaturas femininas em partidos pequenos. Tal constatação pode ser explicada pelo fato de que os partidos pequenos precisam concentrar os esforços de campanha em torno de alguns poucos candidatos com maior competitividade eleitoral e estes são, em geral, homens.

A partir desses fatores ficam evidentes as dificuldades que existem no país para o sucesso das cotas. O Brasil adota o sistema proporcional e o multipartidarismo. Aqui, todavia, as listas são abertas; os partidos de uma maneira geral não têm grande organização interna e as campanhas costumam ser financiadas, majoritariamente, por doações privadas. Em adição, há o problema já mencionado da ausência de punição para os partidos que não preenchem as cotas.

No que se refere ao problema do financiamento, é relevante que se diga que este tem sido um problema recorrente para as candidaturas femininas que costumam se sustentar de forma quase amadora. Além disso, os partidos também não têm destinado tempo de propaganda igualitário para candidatos e candidatas. Nesse sentido vale lembrar que tramita na Câmara Federal, desde 2002, o projeto de lei de autoria da deputada federal Luiza Erundina, atualmente no PSB¹⁴⁰, para garantir 30% das verbas do fundo partidário e da propaganda política no rádio e na TV - fora do período eleitoral - para incentivar a participação feminina. Todavia, no cenário atual, a reforma partidária caminha para ser aprovada com uma grande redução nesse percentual.

Existem, ainda, outras variáveis que têm relevância nas chances de elegibilidade feminina. Podem-se destacar a reeleição, a escolaridade e o estado civil¹⁴¹.

O fator reeleição é a variável mais importante, uma vez que o fato de ocupar um cargo político facilita, sobremaneira, a permanência no mesmo. Contudo, para as mulheres, esse fator costuma ser prejudicial, uma vez que elas tentam entrar no universo da política composto, majoritariamente, por homens e a permanência destes em seus cargos dificulta essa tentativa. E mesmo quando conseguem se eleger, as mulheres têm mais dificuldade para se reeleger do que os homens.

Uma alta escolaridade tem sido apontada como fator relevante para que uma pessoa seja eleita. Quanto mais elevado o cargo, maior a escolaridade demandada. Assim, as pessoas que possuem ensino superior são as que mais se elegem no âmbito parlamentar. Nesse viés, nota-se que os índices de escolaridade feminina no Brasil têm sido superiores aos masculinos, inclusive no âmbito do ensino

¹⁴⁰ Como foi visto no capítulo anterior, Luiza Erundina tem uma trajetória importante dentro do Partido dos Trabalhadores.

¹⁴¹ *Ibidem*.

superior. Ainda assim, porém, elas são a minoria nos cargos de poder, especialmente nos mais altos.

O casamento também gera mais chances de eleição. Em geral, há mais homens do que mulheres casadas nos cargos eletivos. As mulheres que ocupam esses cargos costumam ser solteiras e divorciadas do que homens. Isso pode ser explicado pelo fato de que, por mais que se exija, atualmente, um compromisso duplo por parte das mulheres, com o lar e com o trabalho, a carreira política costuma demandar um comprometimento maior, razão pela qual é menos comum a presença de mulheres casadas (sobretudo, as mais jovens, o que, em geral, significa a existência de filhos pequenos) o que diminui as chances femininas na arena política.

No Brasil, as pesquisas têm mostrado que os maiores partidos foram os que elegeram mais mulheres. Assim, o DEM, o PT, o PMDB e o PSDB apresentam mais chances de elegerem mulheres. E dentre esses quatro grandes partidos, a maior chance de eleição para mulheres é através do PT¹⁴². Este dado reforçaria a tese de que o Partido dos Trabalhadores é um partido engajado com essa minoria política ou apenas significaria que, em meio a um cenário de forte exclusão feminina, o PT está acima da média? Fica a pergunta para o próximo capítulo.

É necessário destacar que, atualmente, a discussão entre muitas feministas gira mais em torno da questão da paridade política do que da simples criação de cotas. Em alguns países, como na França e na Dinamarca, a paridade entre os sexos para as candidaturas aos cargos públicos já é uma realidade. Em outros, como Egito e Angola, já há, inclusive, paridade na reserva de assentos no Parlamento. Já no Brasil, tramita, por exemplo, na Câmara Federal, o projeto de lei nº. 2355 de autoria da deputada Rita Camata (PMDB/ES) que destina metade das vagas dos Parlamentos Federal, Estaduais e Municipais para cada sexo. Tal projeto, contudo, não parece ter muita chance de se converter em lei, pelo que se tem observado até aqui.

Apesar de tudo o que já foi dito sobre as iniciativas petistas no campo das relações de gênero, faz-se mister destacar que, segundo levantamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a partir de dados do Tribunal

¹⁴² *Ibidem.*

Superior Eleitoral¹⁴³, nenhum partido tem cumprido a lei de cotas no país, fato que se repetiu mesmo nas eleições de 2008. Isso significa, pelo menos em um exame preliminar, que a despeito da política oficial do PT, na prática, o partido não é tão inclusivo como pode parecer. Por essa razão, é preciso verificar esse aparente descompasso e nada melhor do que avaliar as falas dos próprios petistas para tentar entender a questão. É a esse desafio que o capítulo seguinte se propõe.

¹⁴³ Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados>. Acesso em: 12 de janeiro de 2010.

CAPÍTULO 4- A DISCUSSÃO DE GÊNERO DENTRO DO PT/RJ

Tem-se discutido bastante até aqui sobre a forma como o Partido dos Trabalhadores, um partido que se propõe, teoricamente, a buscar a igualdade em termos de gênero, tem inserido as mulheres em seus quadros e na política em geral.

A despeito de quaisquer dados oficiais ou da teoria referente ao tema, pareceu pertinente avaliar as próprias falas dos membros do PT do Rio de Janeiro, para que se possa contrapor o discurso do partido e, assim, chegar a informações mais conclusivas

Neste capítulo será feita, então, a análise das entrevistas realizadas com integrantes do PT/RJ ligados, ou não, à luta pelos direitos da mulher.

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho pode ser definido como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que se trata de um estudo de caso. Esse tipo de pesquisa costuma ter dois objetivos básicos: compreender a organização social que está sendo estudada de maneira ampla, bem como produzir enunciados teóricos mais gerais sobre certos aspectos da estrutura social, a partir da análise de um caso específico¹⁴⁴. Nesse sentido, buscou-se, primeiro, entender a história do PT e sua forma de atuação tanto político, como partidária. E, a partir daí, estabelecer algumas conclusões sobre a situação feminina nesse partido que possam ajudar na interpretação da participação feminina no âmbito político como um todo.

¹⁴⁴ BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999, p.117-133.

Por essa razão, pareceu importante a realização de uma pesquisa de campo, especificamente através de entrevistas com os atores inseridos nesse cenário. O objetivo das entrevistas foi, justamente, compreender de forma mais elucidativa como se processa a questão de gênero dentro do Partido dos Trabalhadores, nomeadamente, no Rio de Janeiro, um Estado proeminente no âmbito nacional e marcado por uma trajetória feminista relevante. Isso porque parece certo que as entrevistas permitem ao pesquisador formar impressões que os livros não podem fornecer¹⁴⁵.

Não custa reforçar, todavia, que a pesquisa bibliográfica também tem um papel de crucial relevância nesse processo. Até porque, sem ela, não é possível instrumentalizar os dados coletados, com o escopo de inseri-los em um contexto teórico mais amplo, conforme demanda a produção do conhecimento científico.

Para a realização das entrevistas foram escolhidos, então, alguns membros do PT/RJ que pudessem, em alguma medida, representar a visão geral do partido sobre a questão de gênero. Assim, foram entrevistados todos os membros do PT/RJ que ocupam cargos eletivos relativos à esfera estadual, integrantes ligados à hierarquia partidária no Estado, bem como membros que têm relação com a militância feminista no PT. Portanto, no período compreendido entre maio e agosto de 2009, foram realizadas entrevistas com as seguintes pessoas: os quatro deputados estaduais do PT à época da pesquisa: Alessandro Molon, Gilberto Palmares, Inês Pandeló e Rodrigo Neves. Os cinco deputados federais do partido que estavam em exercício¹⁴⁶: Antonio Carlos Biscaia, Carlos Santana, Cida Diogo, Chico D'Angelo e Luiz Sergio. O Presidente do Diretório Estadual¹⁴⁷, Alberto Cantalice; a Secretária de Mulheres do PT/RJ, Cristina Dorigo. A Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, professora Nilcéa Freire. A Secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva. A ex-Secretária Estadual de Mulheres e assessora parlamentar, Leila Cristina Tavares. A também assessora parlamentar e ex-vereadora de Niterói, Ângela Fernandes. A professora e vereadora campista, Odisséia Pinto de Carvalho.

¹⁴⁵ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 21.

¹⁴⁶ O Deputado Federal Edson Santos estava licenciado desde o dia 20 de fevereiro de 2008, uma vez que assumira a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Além dele, o também Deputado Federal Jorge Bittar encontrava-se licenciado, já que assumira, no dia 1º de janeiro de 2009, o cargo de Secretário Municipal de Habitação do Rio de Janeiro

¹⁴⁷ Durante a realização da pesquisa de campo estava em curso a campanha para a eleição do novo Diretório Estadual do PT. O novo presidente eleito foi o Deputado Federal Luiz Sergio.

A economista e professora Hildete Pereira de Melo. A bancária aposentada e sindicalista Fernanda Carisio e a socióloga Graciela Rodriguez. No total, foram realizadas dezenove entrevistas¹⁴⁸.

Por questões de ética, os nomes desses entrevistados foram substituídos por pseudônimos, quando da transcrição de suas falas. Estes pseudônimos, porém, seguem o gênero dos entrevistados que substituem. Além disso, foram mantidas as funções ou certas caracterizações dos entrevistados com o objetivo de situar melhor as suas falas no contexto.

Destaca-se, ainda, que as entrevistas foram gravadas¹⁴⁹ e conduzidas de forma semi-estruturada, a partir de um roteiro indicativo que se encontra no apêndice¹⁵⁰. O objetivo dessa forma de abordagem mais aberta foi tentar permitir aos entrevistados um posicionamento mais livre sobre o tema, de forma a revelar mais sobre as relações de gênero. Tal abertura, todavia, não atrapalhou a apreciação dos dados, tendo em vista que não foram muitos os entrevistados.

4.2 O QUE DIZEM OS HOMENS E AS MULHERES PETISTAS?

Em primeiro lugar, é necessário dizer que, de uma maneira geral, os integrantes do PT do Rio de Janeiro se mostraram muito abertos à realização desta pesquisa e dispostos a fazer até mesmo uma reflexão autocrítica sobre o partido. Não houve impedimentos de cunho burocrático, ou formalidades excessivas, mesmo em se tratando dos entrevistados que ocupam importantes cargos eletivos.

Em especial, é preciso sublinhar a ajuda oferecida pela Secretaria de Mulheres do PT/RJ, sobretudo, através do empenho de sua Secretária, Cristina Dorigo. Nesse sentido, ficou evidente a tentativa da Secretaria de reavivar a militância feminista dentro do PT e recuperar a história das mulheres dentro do partido.

¹⁴⁸ A previsão inicial era de que fossem realizadas vinte entrevistas, pois também seria ouvida a Secretária Nacional de Mulheres do PT, Laisy Molière. Todavia, após diversas tentativas frustradas de entrevista com a mesma, seu nome foi retirado do rol dos entrevistados.

¹⁴⁹ Com exceção das entrevistas realizadas com a Ministra Nilcéa Freire e com a Secretária Benedita da Silva. Estas entrevistas foram feitas por meio do envio de perguntas por escrito, assim como as referentes respostas. Isso aconteceu porque a agenda muito atribulada da primeira e os problemas de saúde da segunda acabaram não permitindo a realização das entrevistas gravadas.

¹⁵⁰ Vale mencionar que a duração média das entrevistas com os homens foi de dez minutos, ao passo que muitas das entrevistas com as mulheres passaram de trinta minutos.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, todos os petistas, homens e mulheres, reconhecem a luta pelos direitos da mulher como um assunto legítimo. Porém, as falas masculinas costumaram ser mais omissas no que se refere às discrepâncias de gênero observadas na realidade fática.

A primeira questão que esteve presente em todas as entrevistas foi referente ao entendimento do entrevistado acerca do tema feminismo. Apesar das muitas acepções que podem ser dadas ao termo, a inclusão dessa pergunta deveu-se ao fato de que, mesmo nos setores mais esclarecidos da sociedade, ainda permanece o hediondo equívoco de entender feminismo e machismo como antônimos. Nesse sentido, muitos petistas parecem ter uma visão minimamente esclarecida sobre o feminismo, conforme o que se extrai das falas abaixo:

Feminismo é a organização das mulheres, ao longo da história, por direitos das mulheres na sociedade. Aqui no Brasil, principalmente, após 75, antes tinha as sufragistas, que não era muito considerado, mas a nova onda a partir de 75, que começou uma organização maior sobre ocupação de espaços e direitos das mulheres. (Júlia – deputada)

Feminismo é a luta das mulheres pela conquista da cidadania plena, que vai desde o trabalho ao âmbito da família. Então, o feminismo seria esse movimento que desde o século XIX as mulheres começaram com a luta pelo direito ao voto, pela cidadania política. E depois, ao longo do século XX, ele vai englobar todos os outros direitos: direito à saúde, à educação, à igualdade plena na sociedade civil, à construção de mulheres e homens iguais socialmente. (Marília – professora)

Feminismo para mim, ele é um conjunto de ações que tem que ser feitas no processo da libertação das mulheres. É claro que cada país, cada realidade, cada cultura, tem a sua forma de luta e organização. Então, eu entendo feminismo como isso. É um processo de luta, do reconhecimento da mulher enquanto ser e que tem a mesma igualdade que qualquer outro sexo e que tenha direitos de tudo, moradia, direito de gozar também, direito de tudo isso, de se conhecer. E no Brasil, um país extremamente machista, a gente sabe que a luta do feminismo no Brasil tem muito isso, mas ao mesmo tempo é uma luta que tem que ter aliados. Eu, enquanto homem, me sinto um aliado das feministas. (Marcos – deputado)

De todo modo, também houve respostas que demonstram total falta de conhecimento sobre a questão:

Perguntinha capciosa, porque a gente já discutia na década de 70, 80, o que que é feminismo e o que é que é ser feminista. Eu vejo muita coisa em comum. Eu vejo o feminismo, como é que eu posso te dizer, quem é feminina e defende o feminismo, ou seja defende as posturas das mulheres. Tem muito homem que defende a postura da mulher, a postura feminina. Eu vejo...está tão incorporado já, né? Porque houve uma época muito distante: a luta das mulheres pelo feminismo e a luta das mulheres para que se tornassem mais femininas. Eu não sei se isso ficou bem entendido. Eu

acho que uma coisa agora, nesse século, tão unida. Eu não vejo diferença não, tem muita mulher que vê, eu não vejo diferença não. (Helena – assessora parlamentar)

Nesta passagem, a entrevistada, que se diz feminista e que tem uma ligação histórica com o movimento de mulheres do PT, cai em uma discussão de senso comum rasteiro ao comparar o feminismo com a feminilidade. “Helena” parece não entender que o feminismo é uma luta para a conquista de direitos civis, sociais e políticos e não a simples reivindicação do direito de ser “feminina”. Até porque como já esclareceu Pierre Bourdieu¹⁵¹ são as próprias redes da dominação masculina que definem o que é ser “feminina” e essa definição costuma ser impregnada de qualidades de baixo valor social.

Por outro lado, é interessante notar que em duas falas a definição de feminismo foi colocada em termos mais amplos, como uma luta pela transformação social em geral e pelo combate às várias formas de dominação. Assim:

Entendo o feminismo como movimento libertário que não reconhece a antítese entre luta específica e geral das mulheres, já que rotulam como específico as reivindicações de grupos estigmatizados como, por exemplo, mulheres, negros e homossexuais. Na minha perspectiva, o feminismo deve ser entendido como o movimento social que busca a transformação a partir da compreensão da perspectiva de totalidade na luta contra a ordem discriminatória. O Feminismo, assim, é a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são determinados pela natureza e, portanto são passíveis de transformação”. (Josefina – fundadora do PT)

É uma visão de mundo, uma perspectiva de olhar o mundo para transformá-lo. Para transformar não só a vida das mulheres, que têm tido um papel historicamente secundarizado, de submissão a uma lógica dominante, mas também de transformação da sociedade como um todo. Porque também é uma perspectiva de transformação dos homens, da sociedade toda (...). Ele tem ampliado sua visão até perspectivas mais recentes que não somente pretendem a modificação da sociedade como um todo, mas também da sociedade com a natureza e com o mundo. (Mariana – militante feminista)

Perguntados sobre se achavam que as mulheres teriam as mesmas condições subjetivas do que os homens de atuar na vida pública, todos os entrevistados responderam que sim, vide alguns exemplos:

Sem dúvida nenhuma (...). E hoje você consegue perceber nitidamente que as mulheres são capazes de ocupar espaços de poder. Elas hoje estão em direções de sindicatos, em direções de empresas. Elas estão hoje à frente mesmo, mostrando a sua capacidade de atuar. Então, isso para mim é o principal que mostra que nós mulheres temos as mesmas condições que os homens para estarmos desempenhando todas as funções que são

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

determinadas. Hoje nós temos mulheres taxistas, hoje nós temos mulheres motoristas de caminhão, nós temos mulheres motoristas de ônibus (...). Apesar de a gente perceber que mesmo a mulher tendo um nível de escolaridade aumentado, de ter essa inserção no mercado de trabalho, ainda não há uma igualdade salarial. Isso é uma conquista que a gente ainda precisa ter. (Yolanda – membro do Diretório Estadual)

Com certeza. A história tem provado isso. Em todos os setores da vida pública você encontra mulheres no mesmo pé de igualdade, às vezes com desenvolvimento superior aos homens em várias áreas. Não é à toa que hoje, em vários países do mundo, você começa a superar aquela história de que política seja só coisa de homem. O Chile hoje é presidido por uma mulher. Argentina, independente de você entrar no mérito se concorda, ou não, com a atuação, é presidido por uma mulher. O Governo Federal do presidente Lula tem como um dos quadros mais destacados do ponto de vista gerencial, administrativo, a Ministra Dilma Roussef. (Renato – deputado)

Acho, claro, eu não tenho dúvida nenhuma. A capacidade tanto das mulheres quanto dos homens em administrar a coisa pública está aí comprovada com exemplos e mais exemplos a capacidade. Não existe diferença só porque um é homem e outro é mulher. É igual. (Mara – deputada)

Os entrevistados também foram unânimes em afirmar que a participação da mulher na política é algo importante. Alguns, porém, notadamente os homens, embora no afã de valorizar o sexo feminino, ostentaram argumentos que reforçam os estereótipos femininos de cunho essencialista, o que, em outros contextos, acaba legitimando a dominação. Nesta linha, a exaltação da “sensibilidade” feminina foi recorrente. Essa “sensibilidade”, inclusive, habilitaria as mulheres para atuação nas áreas ligadas aos cuidados, o que não deixa de ser uma transferência do ideal maternal para o campo da política. Dessa forma, a mulher acaba levando para as funções públicas que ocupa os valores exigidos socialmente do seu gênero, como a dignidade, a humildade ou a obediência. É esse mesmo peso cultural que faz com que elas geralmente estejam circunscritas, nesse ambiente, às áreas da educação, da saúde e da promoção social, já que estas têm a ver com sua “condição” feminina. Assim:

Acho que a história política dos países e aqui no Brasil também, particularmente, mostra que a mulher tem total condições de uma atuação plena na vida pública por vários motivos, até porque tem, às vezes, um pouco mais de sensibilidade em várias questões do que o homem (...). Em determinados aspectos da vida pública a mulher até, ela tem, até pela história dela mesmo, uma contribuição maior que a do homem a ser dada. Por exemplo, aqui na cidade o trabalho que foi feito por uma secretária do prefeito no programa relativo a idosos, foi um trabalho fantástico, de uma pessoa qualificada (...) não que um homem não poderia desempenhar, mas eu acho que pela sua sensibilidade, pela sua característica, pela sua

competência, desempenhou de uma maneira brilhante o programa do idoso aqui da cidade. E assim em outros exemplos que a gente tem no país a fora aí, e dão prova de que em determinadas questões, até a mulher tem, pela sua trajetória de vida mesmo, condições de ter um desempenho melhor. (João – deputado)

Eu diria até, sem escorregar para a demagogia, que a mulher, ela tem até uma dimensão que o mundo masculino não tem com tanta força que é a dimensão do cuidado. E a vida pública e a política, quando exercida em seu sentido mais elevado, é, na verdade, o cuidado com o bem comum. Então, eu diria até que a mulher, em certo aspecto, tem até melhores condições, por ter essa dimensão do cuidado, de exercer a atividade política e a vida pública. (Henrique – deputado)

Historicamente, o corpo feminino tem sido visto como um corpo de serviço, pronto para cuidar, seja dos idosos, das crianças, ou dos doentes. O que as falas acima demonstram é que essa noção permanece viva, adaptada às contingências da política. E esse tipo de discurso sempre culmina na defesa do ideário da complementaridade, o que obsta um tratamento verdadeiramente igualitário entre homens e mulheres. A idéia de complementaridade mascara, na verdade, uma hierarquização de gênero. Tal idéia tem sido usada, tradicionalmente, para justificar a divisão sexual do espaço e do trabalho e agora, mais modernamente, para legitimar a divisão sexual da arena política, o que, mesmo que de forma inconsciente¹⁵², acabou sendo endossado por parte dos entrevistados do partido. Assim:

Eu acho que homens e mulheres têm visões diferentes e complementares sobre a realidade. Então, as preocupações sociais, ambientais, políticas que as mulheres podem trazer para o PT são diferentes daquelas que os homens podem trazer, eu acho que há uma complementaridade nisso, uma riqueza própria que só as mulheres podem trazer pro PT. (Bernardo – deputado)

Alguns petistas, inclusive mulheres, mesmo não sabendo informar por qual razão, disseram que o sexo feminino tem até mais capacidade do que os homens por ser mais competente e honesto. Todavia, esta idealização também não é interessante, uma vez que ela usa a mesma lógica da hierarquização de gênero e recai sobre a tendência da biologização do social.

Elas são mais dedicadas e mais preparadas. Isso sem dúvida alguma (...), isso é inquestionável. E digo isso não é porque seja político. Eu disse isso

¹⁵² Conforme explica Pierre Bourdieu, a violência simbólica, aquela que mantém os códigos das relações de poder entre os sexos, não se opera na ordem das intenções conscientes. Daí porque embora tenha efeitos concretos, ela é de difícil percepção. (BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*).

outro dia num encontro de mulheres e disse aquilo que eu percebo também. Elas têm uma qualidade de caráter que suplanta o homem que é a honestidade e elas têm firmeza quando elas não alegam a sua antiga fragilidade, pretensa fragilidade. Então, eu tenho exemplos na minha vida profissional que na hora H as mulheres é que assumiram e tomaram posições das mais corretas possíveis (...). Então, eu percebo isso (...). É alguma coisa na formação. Você percebe isso (...), elas são, por formação, mais honestas (...). Então, eu acho que isso tem que ser objeto de uma pesquisa. Mas eu tenho essa convicção de que é algum componente da formação. (José Roberto – deputado)

Temos mulheres, inclusive, hoje trabalhando na construção civil, essa é uma grande (...) nós estamos desenvolvendo um trabalho com relação a mulheres em construção porque percebemos, inclusive, que as mulheres são mais detalhistas, não deixam cair pingo de tinta no chão elas são realmente, na hora de fazer a coisa, ela é mais detalhista. (Yolanda – membro do Diretório Estadual)

Lógico que acredito que homens e mulheres têm o mesmo potencial para atuar na vida política. Aliás, com o pouco tempo de experiência que nós mulheres temos neste campo, já foi demonstrado inclusive em pesquisas, que somos mais produtivas (vide o número de projetos apresentados) assim como temos o menor número de mulheres envolvidas com corrupção no Brasil. (Josefina – fundadora do PT)

Mulher tem uma capacidade maior de uma coisa: é menos corrupta (...). Eu acho que a mulher faz política com mais seriedade nessa parte (...). É a política mais pura. Isso é uma visão minha, não sei se serve como verdadeiro (...). O porquê não sei. Acho que tem que ser feito um estudo sociológico sobre isso. (Helena – assessora parlamentar)

A defesa de uma diferença moral entre homens e mulheres e a crença em uma política de desvelo feminino são reducionistas e perigosas¹⁵³. Nesse sentido, afirmar que a mulher é “melhor” do o homem não altera, de fato, seu status social, sendo apenas uma inversão de poder na esfera discursiva ou uma exaltação da “fraqueza” feminina¹⁵⁴.

Outros entrevistados ainda destacaram que as características inerentes ao sexo feminino são avessas aos moldes que a política vem assumindo, em especial, no que se refere à desonestidade e a corrupção.

Na política, nós estamos assistindo a um processo de muita criminalização da atividade política, isso tem desestimulado muita gente séria e honesta a participar do processo político. E eu acho que a mulher, sendo mais sensível, e aquela que ainda está com uma participação pequena, eu acho que tende a ser mais sensível ainda nessa sua relutância em participar do

¹⁵³ MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 09, nº. 01, p.253-267, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

¹⁵⁴ LINS, Daniel. O Sexo do Poder. In: _____. **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, p. 97-128, 1998.

processo político. Porque o momento, ele não é muito estimulador à participação. (Pedro Paulo – deputado)

Eu acho que o componente daquilo que eu considero na formação, da correção, prejudica. Prejudica a todos que têm uma linha de correção. Você não vai fazer acordo, não faz. E hoje cada vez mais a política está contaminada por métodos escusos e a mulher, acho que ela reage muito a isso. Eu acho que ela se prejudica por isso e não pelo fato de ser mulher. (José Roberto – deputado)

Para Michelle Perrot, essa “mitificação” do feminino também é traiçoeira, pois “pode-se admirar uma mulher sem elegê-la” e ainda: “reificar, deificar a mulher é uma maneira de colocá-la ‘em seu lugar’, sobre os altares, isto é, à parte e em parte nenhuma”¹⁵⁵.

De todo modo, também houve um reconhecimento geral de que as condições objetivas de homens e mulheres, para participar da vida pública, não são as mesmas, dessa forma:

Eu não tenho a menor dúvida que as mulheres têm tanta capacidade quanto os homens para participar da vida pública, mas a realidade é mais difícil para as mulheres do que para os homens. Eu acho que as mulheres enfrentam dificuldades objetivas, ou seja, na realidade, não interiores, mas na realidade, que dificultam o seu acesso a cargos na vida pública e também na vida privada. Quer dizer, eu acho que as mulheres ainda lutam para garantir direitos iguais no mercado de trabalho, salários iguais, possibilidades iguais de ascensão. (Bernardo – deputado)

As condições são completamente adversas. Primeiro que o homem pode e tem condições de se dedicar completamente àquela função porque ele não acumula e as mulheres (...) elas sempre acumulam alguma coisa (...). Ela sempre está dividindo a vida pública dela com a vida privada. E o homem tira isso de letra (...) porque tem uma mulher tomando conta da vida privada dele. (Francisca – membro do Diretório Estadual)

Nessa vertente, a maior dificuldade destacada foi a dupla jornada feminina e seu “compromisso” doméstico, ainda não compartilhado com os homens. Essa realidade faz da atividade partidária uma jornada tripla para as mulheres. Nas campanhas eleitorais, em especial, essa atividade se converte em um peso muitas vezes insuportável para as militantes que trabalham e têm família. Fica evidente, então, a vantagem masculina.

A maior divergência entre as respostas dadas pelos homens e mulheres petistas disse respeito à forma como homens e mulheres são tratados no interior do partido. Enquanto os entrevistados do sexo masculino, em sua maioria,

¹⁵⁵ PERROT, Michelle. De Marianne a Lulu: as imagens da mulher. In: SANT’ANNA, Denise (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, p. 163-183, 1995, p. 181- 182.

acreditam que no PT não há tratamento diferenciado em termos de sexo, todas as mulheres entrevistadas percebem que há, sim, uma distinção nas condições usufruídas pelos militantes de diferentes sexos¹⁵⁶. As falas a seguir demonstram claramente a mencionada divergência:

Eu diria que não, não só no PT, como nos outros partidos também. Porque quando você tem um grupo que ele é uma grande maioria, por mais que você respeite, as questões acabam não sendo bem estimuladas. Mesmo no PT a participação das mulheres, com todo o estímulo, ela ainda é pequena. Porque eu acho que a nossa sociedade ela é muito machista e ela não é muito machista só na política, ela é machista, não é? (...). Então, o modelo que nós temos é um modelo, no meu entender, um modelo que ele é muito machista. As brincadeiras são muito machistas. Então, há sempre uma tendência a se reproduzir isso que é a cultura porque a cultura está impregnada nas pessoas e também não se muda tão rapidamente, mas o importante é que as mulheres estão brigando e brigando bem. (Pedro Paulo – deputado)

Olha aqui é o seguinte, eu acho até que as mulheres são melhores tratadas do que os homens. Aqui. Até porque, porque nós temos uma tradição de luta em defesa dos direitos das mulheres e a gente vê aqui a mulher não como minoria, mas como maioria porque, na verdade, eu até estava lendo um dia desses uma matéria, não no PT, num jornal desses grandes que a gente tem que batalhar pelos direitos das minorias e fala em mulher. Mulher não é minoria em lugar nenhum e até maioria. Então, portanto, não tem que ser tratada nesse prisma, tem ser tratado com a devida importância que tem. Todos temos essa importância, mas se você tem um tema que, inclusive, ele perpassa a maioria da sociedade, ele tem que ser visto diferente. Aqui é diferente. Aqui a questão da mulher é vista com uma seriedade maior do que no conjunto da sociedade. Com toda a certeza (...). não tem discriminação. Aqui, inclusive, é proibido. Aqui no PT se você discriminar qualquer tipo de orientação sexual, religiosa, política, pessoal, social, aqui é passível de punição. Porque isso aqui é uma entidade democrática. Cada um tem direito de ser o que quiser. Eu não posso dizer para você o que você tem que ser, e nem você dizer pra mim. Você tem que ser o que você é e tocar a vida como você achar que deve tocar. Então, aqui não tem discriminação de nenhuma natureza. (Felipe – membro do Diretório Estadual)

Não. Não vou tapar o sol com a peneira. O PT procura combater preconceitos, vários tipos de preconceito, inclusive o que a gente está conversando aqui, de gênero. Mas mesmo o PT não é isento. Eu acho que o machismo existe, inclusive, dentro do PT. (Renato – deputado)

Eu acho que sim. Acho que o PT é um partido que, até pela sua história, tradição, de ter as questões relativas à mulher, desde sua fundação, lidadas de uma maneira muito peculiar, muito própria, eu acho que dentro do PT essa questão se dá dessa forma sim. (João – deputado)

O PT tem essa qualidade (de inserir melhor as mulheres) porque temos mulheres que reivindicam seus espaços, não que os homens nos tratem de forma igual. Não é, porque isso é uma reprodução do estereótipo que existe em nossa sociedade. (Yolanda – membro do Diretório Estadual)

¹⁵⁶ Tal percepção corrobora o argumento debatido no capítulo anterior acerca da existência de uma diferença estrutural entre os sexos.

Não freqüento assiduamente as instâncias e os fóruns de discussão do PT. Mas, ainda que de longe, posso perceber que, como na sociedade em geral, o PT reproduz determinadas práticas. Nunca vi um dirigente levantar de sua cadeira para fazer um café ou mesmo secretariar uma reunião. São as mulheres que fazem isso. É claro que isso não significa que o partido acredite que cabe necessariamente às mulheres o cumprimento desta tarefa, mas significa também – e penso que este é um problema para as petistas – que o questionamento sobre os papéis sociais de homens e mulheres ainda não está suficientemente consolidado no partido. (Valéria – professora)

A petista “Valéria”, ao dizer que nunca viu um dirigente homem se levantar para fazer um café ou mesmo secretariar uma reunião, evidencia que a máxima popular de que “lugar de mulher é na cozinha” acaba sendo reproduzida no cotidiano partidário. Se esta última fala mostra grande lucidez em relação ao problema, a fala do petista “Felipe” merece especial comentário pela total falta de clareza com que aborda o tema. Primeiro, porque ele assume que o fato da discriminação de gênero ser “proibida” pelo partido, (como, aliás, também o é pelas leis brasileiras) é suficiente para que ela não exista na prática. Segundo, porque, como será reforçado na sua fala abaixo, ele não tem nem mesmo a dimensão do que significa minoria em termos políticos e isso mesmo ocupando uma posição de destaque no auto-proclamado partido das minorias!

É interessante, então, notar que alguns entrevistados reconhecem que as mulheres petistas possam enfrentar discriminação, mas atribuem o problema ao fato de elas serem minoria no partido, o que expressa a falta de clareza dos mesmos em entender como se processa a própria lógica da dominação.

Como não são maioria não vai tratar do mesmo modo. Eu acho que se há um tratamento discriminatório, ele não é em razão de gênero no PT, diga-se por uma questão de justiça. Tratamento discriminatório todos nós sofremos, quem não é daquela cúpula, do campo majoritário que controla o partido. Quem é um pouco rebelde, como é o meu caso, não tem espaço nenhum (...) então aquelas que mantêm uma postura de firmeza elas sofrem discriminação, mas não pelo gênero. (...) Eu não vejo nenhum tipo de discriminação. Eu ainda continuo dizendo que no PT essa questão de gênero não existe¹⁵⁷. (José Roberto – deputado)

Porque aqui é mais, como eu te digo, como a participação feminina é menor, a quantidade de candidatas mulheres é menor, a quantidade de eleitas mulheres é menor. (Felipe – membro do Diretório Estadual)

¹⁵⁷ O petista “José Roberto” se declarou engajado, desde o começo de sua trajetória política, com as lutas feministas. Ainda assim, ele não consegue perceber a existência, mesmo que sutil, da discriminação de gênero dentro do partido.

É preciso lembrar, porém, que foi consenso geral a noção de que no PT as mulheres possuem mais participação do que nos demais partidos brasileiros, assim como a consciência de que a militância feminista teve um peso relevante na história da formação do partido, bem como na própria história do movimento feminista no Brasil.

Eu acho uma participação intensa, acima da média dos partidos brasileiros. Eu acho que é um dos partidos em que há mais participação feminina e um partido onde houve também uma luta pioneira para a garantia de direitos das mulheres, reserva de vagas para as mulheres. Isso sempre houve no PT. Essa luta por isso no PT sempre existiu. Então, eu acho que é um dos partidos onde há mais participação feminina. (Bernardo – deputado)

Até por força da militância e das lutas das mulheres (...) você vê muito mais mulheres ocupando espaços, ocupando funções e disputando no PT do que em outros partidos. Então, eu acho que o PT avançou mais, mas ainda tem que avançar muito. (Patrícia – membro do Diretório Estadual)

O PT foi o primeiro partido do Brasil onde as mulheres tiveram uma grande participação, de influenciar nos rumos do partido (...). A luta feminista no interior do PT (...), inclusive, foi um marco na sociedade brasileira mais recente no período construção dos partidos. Inclusive, a seguir serviu de referência para outras instituições e movimentos sociais (...). Acho que na luta do feminismo no Brasil, as mulheres do PT são um marco (...). Foi uma referência política muito importante pro feminismo, e na luta partidária em geral, a organização das mulheres dentro do partido. (Maria Isabel – assessora parlamentar)

Acho que as mulheres foram importantes na fundação do partido. Foi o partido que melhor expressou isso dentro da Esquerda, sem dúvida nenhuma. Conheço muito a história dos partidos (...) e o PT foi fazendo vanguarda, ponta em muitos temas e no tema da presença das mulheres na política (...) também. (Mariana – militante feminista)

Alguns entrevistados, porém, lembraram que a luta feminista no interior do PT já foi maior em outros momentos do que agora. Essa constatação reflete a discussão do capítulo 2 sobre a diminuição da radicalidade petista ao passo que o partido foi se estabelecendo nas instancias de poder. Reflete também a acomodação, ou mesmo o refluxo dos movimentos de mulheres no Brasil, a partir da década de 90, após as conquistas de novos direitos.

Eu acho que ultimamente a participação diminuiu (...) na medida em que a gente conquistou um espaço dentro do partido (...). Enquanto nós víamos em direções passadas as nossas dirigentes todas se pronunciarem, (...) hoje a gente vê elas muito mais caladas. (Francisca – membro do Diretório Estadual)

Antes tinha (machismo no partido), mas como tinha, eu acho, aí é uma visão minha em relação ao PT hoje, como naquela época tinha o ideário socialista

mais marcado, no geral, no partido, se fazia o debate do feminismo com mais facilidade, porque você entrava no debate político (...) não é só mudar os meios de produção (...). Eu acho que era mais fácil você fazer o debate político da importância do feminismo. (Maria Isabel – assessora parlamentar)

Eu acredito que nos últimos anos, a despeito dos avanços, houve uma certa acomodação do movimento feminista dentro do PT. Os fóruns ainda existem, o setorial de mulheres ainda é um setorial que existe, que tem uma participação, mas a vida, a militância das mulheres do feminismo dentro do PT, nos últimos anos, arrefeceu um pouco. (Henrique – deputado)

Todos os entrevistados se mostraram favoráveis à existência da política de cotas. Nesse viés, foi frisada a necessidade de que elas sejam um instrumento melhor aplicado e complementar a outras medidas. Assim:

Sim, sim, ela é muito importante porque no momento de se formar as chapas para a disputa, hoje já se tem essa preocupação. Precisamos de ter uma representação feminina nas chapas. Antes, nem isso existia. É um passo tímido, mas importante. (Pedro Paulo – deputado)

A cota é um mecanismo de garantia da inclusão de segmentos que, no contexto social e histórico em que se encontram inseridos, não teriam condições de ocupar determinados espaços. O espaço público em geral - e ainda mais fortemente no caso política – é lugar onde as mulheres não puderam se estabelecer por conta das atribuições que lhes foram socialmente atribuídas. Embora o sistema de cotas, isoladamente, não dê conta de resolver este problema, ele é um mecanismo, que somado a outros, pode certamente contribuir uma distribuição mais equitativa do poder entre os homens e as mulheres. (Valéria – professora)

Eu acho importante. Acho que é uma forma concreta de não se ficar só no discurso da importância da participação da mulher. Acho que quando você estabelece isso é uma maneira de você, primeiro estimular que as mulheres participem, que é uma coisa importante também, e segundo demonstrar na prática que numa sociedade como a nossa que ainda tem um traço feminista (queria dizer machista) forte não fique só no discurso. (João – deputado)

Eu sou favorável. Eu acho que ela, por si só, não resolve, você vê que a própria legislação exige que você tenha um número de candidaturas de mulheres, mínimo, normalmente essas vagas ficam uma grande parte delas não preenchidas. Então, não quer dizer que isso só seja suficiente, mas eu acho que também não pode justificar você não se desafiar nesse sentido. Então, eu acho que a medida é correta. (Renato – deputado)

Eu acho que elas acabam sendo um mal necessário (...). Acho que não tem jeito, porque se não for isso não entra de jeito nenhum, mas é muito constrangedor (...). Acho que tem que manter essa política de cotas, até porque sem isso, então, nem essas mulheres conseguiriam colocação e não por falta de capacidade, de competência (...) mas porque há sempre uma expectativa de que é melhor um homem para ocupar tal e tal lugar (...) numa certa desconsideração com o trabalho da mulher. (Patrícia – membro do Diretório Estadual)

Ocorre que, como já foi visto, uma boa parte dos entrevistados do sexo masculino não reconhece a existência de tratamento discriminatório dentro do PT, mas afirma que as cotas são necessárias, ainda que provisoriamente, para garantir a mínima inserção feminina na política em um cenário de desigualdade de gênero. Ora, se o PT fosse, de fato, igualitário, por que seriam necessárias, então, as cotas intra-partidárias?

Se não fosse a obrigatoriedade da cota, não teria nem isso, nem os 30% (dentro das direções partidárias do PT). (Patrícia – membro do Diretório Estadual)

Nós mulheres temos muito ainda que lutar para ocupar posições de liderança dentro do partido. Hoje existe uma cota mínima de 30% de mulheres na direção do PT. Nós mulheres percebemos que estávamos sempre trabalhando, mas na hora de escolherem as lideranças esse fato não era considerado. Não foi fácil estabelecer essa cota. É claro que se não houvesse discriminação dentro do partido, não precisaríamos fazer uso desse instrumento. O que eu quero dizer com isso que a luta das mulheres é permanente no PT e em qualquer espaço onde tenha que haver divisão de poder. (Josefina – fundadora do PT)

Houve entrevistados que lembraram algo que parece ser o mais relevante em relação à questão das cotas: é preciso que o partido não apenas cumpra a lei formalmente, mas também ofereça condições de concorrência equivalente para homens e mulheres nas campanhas eleitorais.

O que fica claro é que a política de cotas não é o suficiente para garantir que mulheres tenham acesso à partilha do poder. Já que as cotas sem investimento e prioridade no tempo de televisão não garantem a eleição das mulheres. Neste sentido cabe dar prioridade as mulheres para garantir a eleição. (Josefina – fundadora do PT)

Eu sou a favor, como sou a favor para a lei de cotas para todos os setores que sentem minorias na sociedade. Então, eu acho que assim, as mulheres têm que ter cotas para elas conseguir chegar ao mesmo pé de igualdade, no dia que conseguir chegar no mesmo pé de igualdade nós não vamos precisar de cotas. (Marcos – deputado)

A lei de cotas, ela foi um avanço, não dá para deixar de reconhecer, registrar isso. Agora, ela precisa ser aprimorada. Nós não podemos aceitar uma lei de cotas que hoje apenas obriga os partidos a reservarem 30% nas disputas proporcionais sem dar condições concretas a essas mulheres de disputarem com igualdade. Aí quando você vai ver o financiamento das campanhas, são sempre as campanhas masculinas que são privilegiadas com recursos partidários (...). O partido apenas, para cumprir a lei, fica catando mulher, sem uma discussão mais séria. Então, é um processo que ainda precisa de mais investimento na formação política de nossas mulheres. Então, a gente ainda tem muito o quê caminhar. (Mara – deputada)

A questão do financiamento das campanhas, de acordo com o que foi mencionado no capítulo 3, está entre os fatores que mais influenciam no sucesso das cotas. A fala de “Mara”, que não foi a única nesse sentido¹⁵⁸, segue essa afirmação e explicita uma das formas mais corriqueiras de “sabotagem” das candidaturas femininas¹⁵⁹.

Nas falas seguintes, é possível observar certa contradição no que diz respeito à necessidade de representatividade feminina. O entrevistado entende que só a mulher pode representar bem a mulher, porque elas teriam um “olhar” próprio. Além disso, sendo metade da população, o mais justo seria uma representação proporcional. Porém, o mesmo entrevistado não é favorável a uma cota fixa e obrigatória de 50% dos cargos eletivos para mulheres.

Seria um avanço porque como eu falei para você anteriormente se a população é dividida quase que igualmente entre homens e mulheres é importante que na política, onde se decidem as grandes questões, que a participação da mulher seja maciça também porque senão sempre a questão feminina vai ser olhada como segundo plano. Porque, na verdade, apesar dos homens da Esquerda, no nosso caso, defenderem o feminismo, mas o olhar não é feminino, o olhar é masculino, então, na verdade, a ausência de participação feminina vai, de fato, levar que essas questões sejam vistas não como prioridade. (Felipe – membro do Diretório Estadual)

É, eu sou porque o país ainda não avançou num prisma. Na verdade, não é o país, no mundo inteiro a participação feminina ainda é reduzida perante o seu contingente populacional, porque em qualquer pesquisa que é feita aí prova-se que existem mais mulheres do que homens, então, portanto, nas representações também teriam que ser dessa natureza. O que que na verdade não dá para você colocar uma cota fixa, porque senão você faria uma perversão da lógica da representação, porque senão mulheres seriam eleitas com poucos votos só pelo fato de serem mulheres e terem sido candidatas (...). Eu sou à favor da cota para a apresentação da chapa. Mas serão eleitos aqueles que tiverem votos, entendeu? Se a sociedade avançar e na chapa vai ter que ter metade de mulher e metade de homem, tudo bem, eu acho correto, agora, vai valer o critério do voto. Senão daqui a pouco um homem vai precisar de 200 mil votos para se eleger e uma mulher só de 30. E aí, também, não é democrático, não seria justo, dado que as mulheres são mais de 50% do eleitorado. (Felipe – membro do Diretório Estadual)

As duas únicas deputadas mulheres em exercício no PT/RJ, assim como as mulheres que ocupam ou ocuparam mandatos eletivos perceberam que

¹⁵⁸ Disse Júlia: “esse é um outro problema que as mulheres enfrentam porque as mulheres têm mais dificuldade de correr atrás desses recursos”.

¹⁵⁹ Estudos têm demonstrado que a lógica sexista prevalece, inclusive, sobre a lógica eleitoral de apoiar os candidatos que têm mais chances de se eleger. (PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 84.). Essa realidade também foi percebida por “Francisca” dentro do PT.

foram vítimas, ainda que veladamente, de preconceito de gênero. No caso das deputadas, especialmente quando da campanha e do primeiro mandato de ambas. Isso porque, como já foi visto no capítulo anterior, o fator reeleição é um dos que mais influi para a conquista do poder. Ao conquistarem capital político sólido, essas mulheres passaram a ser vistas menos como mulheres e mais como agentes políticos. Assim:

Ficaram fazendo uma política, mas uma política muito rasteira. Na época eu até nem conseguia perceber muito que isso era também machismo. Eu achava que era uma coisa somente de oposição por ser PT, etc. Hoje eu consigo perceber, sabe, a forma que era a oposição. Porque era uma oposição desqualificada, de falar “aquela mulher”, jogar picuinha. Então, eu vi que tinha muito de preconceito ali, que não era uma só coisa de oposição partidária. Ainda mais uma mulher, de comunidade, moradora de bairro popular. (Júlia – deputada)

Olha, no primeiro mandato, eu sentia, não declaradamente, mas eu sentia, assim, dificuldade de ser ouvida porque eu achava que tinha alguns fatores: o fato de ser primeiro mandato, o fato de ser do interior e o fato de ser mulher. Eu acho que eram três coisas que eu tinha (...). Mas no primeiro eu sentia sim, tanto aqui dentro quanto do ponto de vista da mídia porque por mais que eu fosse presidente da comissão, ou líder da bancada, porque eu cheguei a ser líder da bancada do PT por três anos, normalmente é um ano, mesmo nisso a mídia acabava entrevistando um ou outro que era da capital, era de outros mandatos e era homem. (Júlia – deputada)

Ah, você sempre percebe, em alguns comentários, ou em algumas oportunidades em que naturalmente se fosse um homem que tivesse ali seria dada a ele a condição de assumir determinada função partidária e aí porque era mulher aí não podia. Então, isso existe, não é num grau sério, grave, como nos outros partidos, mas existe, sempre existiu. Acho que hoje, tendo histórico de ter mandato parlamentar, isso dá a você um pouco mais de condição de disputar numa situação de igualdade, mas mesmo assim. Aí se você pega lideranças que estão no mesmo patamar que você, que são deputados, aí você percebe que os deputados têm determinados tratamentos, as deputadas têm outro tratamento, até nisso existe também e se reflete no dia-a-dia da nossa atuação (...) na relação do Congresso a coisa piora, se no PT já acontece isso, no Congresso é um negócio que ou você vai para a porrada, ou você finge que não está vendo. Porque desde piadinhas, de comentáriozinhos, ou então, de tratamentos como se você fosse uma bonequinha.¹⁶⁰ (Mara – deputada)

É preciso mencionar que dos nove deputados, federais, ou estaduais, ligados ao PT do Estado do Rio de Janeiro e que estavam em exercício, apenas

¹⁶⁰ Em 2007, a autora desse depoimento foi alvo, inclusive de comentários sexistas sobre sua aparência, por parte de um colega parlamentar homossexual declarado. O episódio repercutiu na imprensa por ter ocorrido em sessão parlamentar e também pela reação da deputada que chorou copiosamente, chegando a passar mal. Argüida sobre o ocorrido, ela disse que sua reação foi espontânea e que achou que o melhor a fazer era assumir suas lágrimas. Esta triste situação ilustra duas questões: em primeiro lugar, que os dominados não apenas introjetam a violência simbólica como a reproduzem em seu próprio desfavor (vide o caso do mencionado deputado que, homossexual assumido, adota uma postura sexista). Em segundo lugar e, em razão disso, que ainda há uma enorme dificuldade para as mulheres se adequarem ao universo da política.

dois, justamente as duas mulheres, possuíam a luta pela igualdade de gênero como uma bandeira específica de sua atuação política, muito embora todos os deputados tenham declarado solidariedade e apoio ao tema:

Na trajetória política, eu logo que assumi a primeira vez o mandato, há dez anos, eu mantive absoluta afinidade com as parlamentares do meu partido e, inclusive, dos outros partidos. E me engajei nessas lutas. Nas leis todas (...), e outros avanços que tivemos eu sempre participei. (José Roberto – deputado)

Nós temos a sensibilidade, compromisso, na medida em que sempre defendemos boa parte das bandeiras do feminismo em algumas das conquistas mais importantes que as mulheres tiveram no PT. Mas não é o centro da ação política do atual mandato que eu exerço ou da trajetória que construímos a questão de gênero. (Henrique – deputado)

Então está constantemente, no dia-a-dia, a todo o momento, a gente tem relação com a luta das mulheres dentro do nosso mandato. (Marcos – deputado)

Não é uma bandeira específica do meu mandato, quer dizer, a luta pela igualdade de gênero não é, digamos, um dos três pontos principais da minha plataforma. Mas é a luta pelos direitos humanos e nela está incluída a luta pela igualdade de gênero, a luta pela inclusão das mulheres, a luta contra a violência contra mulheres. Nesse sentido, sim. (Bernardo – deputado)

Nesse sentido, a fala abaixo foi bem elucidativa ao colocar a questão em termos de ser ou não mulher para abordar a temática feminista:

Enquanto (...) dirigente sim (sobre se a luta pela igualdade de gênero está presente na sua trajetória política). Porque a gente vocaliza o interesse e o somatório de todas as questões que são colocadas. Mas por não ser mulher, na verdade, nunca tive a luta da questão feminina como fundamental, porque como eu te falei, tem outras visões, outras nuances aí de como ver o mundo. É claro que quem tem mais legitimidade para defender e levar adiante as bandeiras do feminismo são as mulheres. (Felipe – membro do Diretório Estadual)

Uma deputada do PT ressaltou que passou, até mesmo, a ser mais reconhecida entre seus pares quando começou a atuar em outras frentes, se desvinculando um pouco da temática feminista. Essa transformação pode ser compreendida quando se relembra que as relações de gênero são, antes de tudo, relações de poder. Por conseguinte, a temática feminista, sobretudo em uma esfera na qual se definem políticas, deve ser desmerecida, por ter o potencial de alterar o fiel da balança. Assim:

No segundo mandato, eu acho que já modificou (o tratamento que lhe era dado pelos colegas de ALERJ) porque aí os outros já começam a olhar: não ela fez um bom trabalho, tem que prestar atenção. E também uma outra coisa que não é sobre o assunto carimbado mulher só. A gente começa a atuar em outras frentes, dar opinião sobre alguns temas. Então você começa a ser olhada diferente. (Júlia – deputada)

Todos os entrevistados reconheceram, também, que a escolha da Ministra Dilma Roussef para ser a candidata do PT às eleições presidenciais é um passo muito importante, ainda que no sentido simbólico:

Eu acho que ter uma mulher na presidência é, no simbólico, muito legal, já é muito legal. Assim como ter um operário. Acho que mesmo que o Lula não tivesse um grande trabalho como tem tido, só o fato de o Brasil ter conseguido levar um operário à presidência é um símbolo importante e mostra o resultado da democracia que tem tão pouco tempo de existência em nosso país. Então, o fato de ter uma mulher já é uma grande coisa. Agora o fato de ter uma mulher que seja competente, que olhe as questões de gênero, que assimile isso, aí é um passo a mais. (Júlia – deputada)

O PT certamente lançará a Ministra Dilma Roussef para a disputa da Presidência da República. Será um fato importante, nesse aspecto o PT ousou. Fomos o primeiro a eleger um operário e estamos lutando para ser o primeiro a eleger uma mulher. E do mesmo modo que a candidatura vitoriosa do Lula foi um estímulo dos que se encontravam na base da pirâmide, os trabalhadores, a participarem do processo político, eu acredito que uma vitória da Dilma para assumir o cargo de Presidente do país seria um estímulo muito importante à participação das mulheres na política porque muitas se espelhariam nela, como muitos operários se espelharam no Lula. (Pedro Paulo – deputado)

Eu acho importante. Nós temos dito o seguinte, a ministra Dilma Roussef, ela não vai ser candidata do PT porque é mulher, ela vai se candidata pelo que ela é, mas eu acho revolucionário. O PT que conseguiu, independente do juízo que as pessoas façam do governo Lula, tenham uma avaliação positiva, tem outras que não tanto, mas a eleição do Lula significou um fato novo no Brasil e até nas Américas, alguém com o perfil do Lula ser eleito presidente da república num país como o Brasil, já com um grau de complexidade muito grande e tal é um feito revolucionário. E eu digo que o grande desafio que o PT vai assumir ano que vem é também quebrar essa história aí. Se apresentar para a sociedade com uma candidata, com uma mulher. (Renato – deputado)

Entretanto, também foi de entendimento geral que esta escolha deveu-se, basicamente, a outras questões que não a de gênero. Nesta esteira:

Por que não dar essa oportunidade a uma mulher que demonstrou competência, que é testada na gestão, que é uma técnica competente, que é um quadro político. (Bernardo – deputado)

A Dilma não é só uma mulher, ela é uma mulher consciente das dificuldades da mulher na política (...), mas mesmo assim, eu diria que a escolha dela foi pela competência administrativa. (Marília – professora)

Uma questão lembrada foi a de que a Ministra Dilma Rouseff não se encaixa no perfil tipicamente feminino das mulheres que atuam na política, já que não é herdeira de uma tradição política masculina, como grande parte das mulheres que ascenderam na vida pública¹⁶¹. Esse fato, por si só, já seria um avanço.

A Dilma é interessante porque a Dilma não vem de uma tradição, assim, o marido...nem sei quem é o marido dela, o Rouseff, eu não sei se ele está vivo, se ele está morto. É engraçado, mas eu realmente não sei, nunca procurei sabê-lo. Mas as outras têm sempre uma referência masculina, ou da família, ou do marido porque é mais fácil penetrar nos meandros da política partidária dessa forma. (Marília – professora)

Eu acho que a candidatura da Dilma ela traz no seu bojo uma coisa de um significado muito importante. Primeiro porque o Brasil nunca teve uma presidenta da República, vai ser uma inovação isso. Segundo, que outros países aí já demonstraram que a mulher pode ocupar o maior cargo do país e desempenhar bem a função, né? Na América Latina, em outros países e acho que esse pode ser um grande dado novo nessa eleição presidencial. Na verdade, o partido vai ter um papel importante até nessa questão de quebrar alguns preconceitos, lançando uma mulher presidente da República, até porque ela tem uma carreira que tem um perfil hoje mais técnico do que político, um brilhante papel desempenhado lá na Casa Civil. Acho que isso ira juntar uma mulher competente administrativamente, o fato de ser mulher, o fato de ser com posições de vanguarda de esquerda, num país que tem uma trajetória conservadora... Você somar tudo isso eu acho que a candidatura da Dilma, ela vem um pouco numa lógica, eu diria até revolucionária para os padrões culturais do país. (João – deputado)

Eu acho que ela tem uma história de vida, de militância, inclusive, foi uma mulher que foi perseguida, foi torturada na época da ditadura, ela enfrentou diversas dificuldades. (Yolanda – membro do Diretório Estadual)

Foi lembrado, também, o fato da outra candidata mulher à Presidência da República ser uma petista histórica que só deixou o partido recentemente. Nessa esteira:

Aliás, eu queria dizer o seguinte. Se a Marina vier a ser candidata, eu espero que não seja, indiretamente, quem é a Marina? Uma grande figura, mas se vier a se candidatar fora do PT, mas teve toda a sua trajetória política ligada ao partido. Figuras com o perfil, por exemplo, da Marina, assim como figuras com o perfil da Benedita da Silva, coisa e tal, eu não digo que só o PT daria espaço para elas atingirem a situação que atingiram, mas uma das coisas positivas do PT é ter servido de espaço para que

¹⁶¹ Essas referências conferem legitimidade às candidaturas femininas. Têm-se famosos exemplos na política nacional, como Rosinha Garotinho, Roseana Sarney, Laura Carneiro, Wilma Maia (hoje Wilma Faria): todas referendadas pelo sobrenome paterno ou marital.

figuras de determinados segmentos da sociedade que não encontravam espaço para ascenderem em outras agremiações partidárias. Então não é à toa que muito provavelmente o PT terá uma candidata mulher e se tiver uma segunda candidata mulher ela é originária também do PT. (Renato – deputado)

Eu acho que a nossa candidata hoje, Ministra Dilma Rousseff possui toda a qualificação para que essa campanha seja bem sucedida e ela prossiga nessa caminhada iniciada pelo governo Lula. Volto a dizer: lamento a saída da Marina. (José Roberto – deputado)

Por fim, a fala de “Valéria”, não por acaso figura central da luta feminista no país, parece ser a que melhor resume, em linhas gerais, toda a problemática de gênero dentro do partido:

Essa é uma questão curiosa, por que tem uma resposta ambígua. É absolutamente verdadeiro que a participação das mulheres foi e é fundamental para a constituição do PT como o partido de maior peso político em nosso país. Ao longo de sua formação, o PT teve lideranças femininas importantíssimas, que contribuíram para a sua formulação política, para a sua visibilização e para a sua legitimidade junto à sociedade. Maria da Conceição Tavares, Bete Mendes, Clara Charf, e muitas, muitas outras, tiveram parte nesta história. Hoje o partido tem 47% de mulheres no seu quadro de filiação e muitas destas mais de 500.000 mulheres constroem cotidianamente o PT. No entanto, e com tudo isso, quando olhamos para os espaços internos de decisão em nosso partido, vemos como é tênue a participação feminina. Apesar de uma significativa participação na condução das discussões temáticas – os chamados Setoriais – as mulheres, ainda que componham 30% das instâncias de direção do partido por conta da decisão estatutária, não participam efetivamente do processo decisório, fazem pouco uso da fala nos fóruns de discussão partidária e raramente estão à frente da condução de negociações com outros partidos, por exemplo. (Valéria – professora)

“Valéria” explicita a complicada situação das mulheres no PT: elas são a maioria dos eleitores, são praticamente metade da composição do PT, tiveram e têm uma participação importante para a constituição do partido e, apesar disso, permanecem relegadas ao segundo plano. As razões gerais do problema passam, como já foi visto, pela forma como as mulheres são socializadas, mas também pelo bloqueio masculino a esse campo de poder.

Por tudo o que foi analisado, é preciso questionar: se, em muitos casos, nem mesmo o discurso dos petistas consegue fugir do sexismo vulgar, o que se dirá, então, da prática do partido? O que fica claro é que o Partido dos Trabalhadores é um partido que se pensa feminista, mas que, muitas vezes, reproduz o mesmo discurso sexista do senso comum. Esse equívoco engessa mudanças mais efetivas, pois encoberta o problema.

Ainda assim, é possível afirmar que os membros do PT possuem, em geral, um posicionamento mais esclarecido diante das demandas de gênero do que o que os demais partidos brasileiros. Isso não quer dizer, entretanto, que o discurso e a prática do partido sejam realmente compatíveis. Muito ainda permanece no campo da simples retórica, como se o simbólico feminista que envolve o partido pudesse compensar posturas excludentes e discriminatórias¹⁶². Como bem coloca Clara Araújo:

Cabe perguntar, por fim: como as características ideológicas e organizacionais dos partidos afetam as estratégias das mulheres? No Brasil, os partidos incorporam um discurso favorável à mulher em seus programas, plataformas eleitorais e nos pronunciamentos dos dirigentes. Isso pode ser visto como algo positivo, na medida em que expressa o apoio e o apelo que o tema dos direitos das mulheres angariou na sociedade como um todo. Mas para além dos compromissos intencionais, poucos são os partidos brasileiros que implementam ações mais substantivas nesse sentido. Resgatando os três tipos de estratégias elaborados por Lovenduski (1993) e Norris (2003), pode-se dizer que em termos de compromissos ideológicos e mudanças organizacionais a *estratégia da retórica* ainda é predominante entre os partidos brasileiros analisados e a adoção das cotas não foi, até o momento, suficiente para alterar esse cenário; a análise com base na clivagem ideológica e no grau de institucionalização partidária confirma que há uma variação na forma como os partidos respondem internamente às demandas das mulheres, sendo tal resposta mais efetiva à medida que os partidos encontram-se mais à esquerda e são mais estruturados organicamente¹⁶³.

Mesmo que, freqüentemente, a questão se coloque apenas discursivamente, não se pode olvidar que já não deixa de ser um pequeno avanço que a ideologia oficial dos membros Partido dos Trabalhadores rechace a discriminação de gênero. De todo modo e em razão, sobretudo, da própria história de sua criação e de sua ligação com os movimentos sociais, o PT parece oferecer uma possibilidade mais efetiva para que se reflita a dominação masculina e para que se altere esse quadro

¹⁶² PERROT, Michelle. *Op. cit.*

¹⁶³ ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, nº 24, p. 193-215, Curitiba, 2005. p. 211.

CONCLUSÃO

No dia 10 de fevereiro deste ano de 2010, o Partido dos Trabalhadores comemorou seus trinta anos de existência. Nesse processo, muitos foram os desafios e também as conquistas. Em especial, é um feito notável a eleição de um ex-operário para a Presidência da República, assim como o elevado índice de aprovação de seu governo, que está entre os maiores do mundo.

Nesse mesmo ano, o PT lançou uma mulher como sua candidata às próximas eleições para o cargo mais importante do país, uma mulher que, como já foi visto, não se enquadra nos padrões tipicamente femininos, mas que tem chances reais de ser a primeira mulher a governar o Brasil. Mais do que isso, o Brasil terá, também, a candidatura de Marina Silva à Presidência da República, pelo Partido Verde (PV), uma mulher que tem sua trajetória política ligada à própria história do Partido dos Trabalhadores.

Por tudo isso, vê-se que o PT tem cumprido, pelo menos em alguma medida, seu compromisso histórico de empoderar as minorias e se consolidado como o partido mais aberto à transformação do, tradicionalmente masculino, branco, cristão e elitista, universo político local.

Todavia, agora, na idade “adulta”, muitos ainda são os desafios que se avizinham para o Partido dos Trabalhadores. O maior deles parece ser o de recuperar sua radicalidade transformadora, sobretudo no que se refere às demandas feministas, que estiveram mais presentes na aurora petista. Embora essa radicalidade possa muitas vezes soar como utopia infantil, foram utopias como essa que possibilitaram às mulheres de outrora lutar pela mudança de seu papel social e que devem impulsionar as mulheres de hoje para a, persistentemente misógina, vida política.

O movimento feminista, a despeito das enormes conquistas obtidas, ainda tem um papel fundamental se não na aquisição, mas ao menos na consolidação e efetivação de muitos direitos. Assim:

Muitas vezes, o alcance de algumas reivindicações foi considerado o fim de todos os problemas, de todas as discriminações, levando à desmobilização precoce. A busca da plena cidadania, entretanto, continua em pauta. O percurso cheio de idas e vindas, os tropeços e os recuos, têm mostrado uma luta por direitos instáveis, constantemente ameaçados, como se, do fundo dos tempos históricos, mitos e estereótipos antigos teimassem em retornar, renovados a cada momento, vestidos com novas roupagens, visando assombrar as mínimas conquistas¹⁶⁴.

Ademais, conforme já foi discutido, embora as raízes da dominação masculina estejam espalhadas em todas as sociedades, a alteração desse quadro passa, nos dias de hoje, necessariamente, pela conquista da igualdade no campo da política. Até porque:

Este domínio não é imutável; mas ele se recompõe e se redefine em função das hierarquias próprias às diferentes épocas. Nas sociedades democráticas a política é uma dessas instâncias superiores (...), objeto de uma valorização específica. Daí a resistência dos homens neste nó górdio do poder, apanágio viril tão contrário à doçura de uma feminilidade erigida em mito. Não é surpreendente que as mulheres encontrem tais dificuldades para chegar ali¹⁶⁵.

O Brasil ocupa, hoje, uma das piores posições no ranking mundial de participação das mulheres na política. Além disso, o Brasil figura na embaraçosa posição de país sul-americano onde a desigualdade de representação política entre os sexos é mais gritante. E tudo isso mesmo em um momento em que o país procura, cada vez mais, atuar no sentido de assumir um papel de liderança em termos de política externa não apenas no continente americano, mas no mundo todo.

Por tudo isso, é preciso repensar a inserção feminina na política, sobretudo em um cenário em que elas já são a maioria do eleitorado e mesmo a maioria nos bancos universitários. A seara político-partidária, todavia, ainda é muito

¹⁶⁴ PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 265-309, 2003, p. 294.

¹⁶⁵ PERROT, Michelle. As mulheres e a cidadania na França: história de uma exclusão. In: _____. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, p. 327-341, 2005, p. 341.

refratária às mulheres, daí porque o desinteresse das próprias em adentrar esse universo.

É preciso entender que uma mulher no poder deve ser avaliada não sob o prisma do sexo, mas apenas sob o prisma da competência de sua atuação política. O que também vale para os homens. Se é necessário, então, “feminizar” o poder, é fundamental que se repense a própria política de cotas no Brasil.

Muito diferente do que ocorreu em outros países, no Brasil, as cotas foram aprovadas praticamente sem polêmica, o que é, no mínimo, curioso, já que se essa iniciativa fosse feita de modo a gerar verdadeira mudança social nas relações de poder, ela, certamente, geraria muita discussão e resistência.

Por outro lado, é preciso lembrar também que não basta a presença física de mulheres nos cargos públicos, embora em termos simbólicos isso possa ser um avanço, mas necessita-se de uma agenda feminista, abraçada por mulheres e homens. As candidaturas femininas, em geral, ainda são fruto de relações de parentesco, sem viés ideológico sólido.

Nesse cenário aparentemente desanimador, os partidos de esquerda e, em especial, o Partido dos Trabalhadores, despontam como as possibilidades mais efetivas de uma maior equidade de gênero na política. Não que o PT possua, atualmente, a real dimensão dessa expressão, mas ele tem sido o partido que mais oferece chances de participação feminina, muito embora essa realidade seja menos pulsante do que já o foi nas décadas passadas. O caminho, certamente, ainda é muito longo, mas alguns passos importantes já foram dados...

Por fim, em um momento de esmorecimento do movimento feminista, assim como dos movimentos sociais em geral, vale destacar a importância que a categoria gênero pode ocupar nas análises sociais, assim como sua potencialidade explicativa, pois, como bem demonstra Joan Scott¹⁶⁶, as questões de gênero poderão esclarecer não apenas a história das relações entre os sexos, mas qualquer outra. Isso não significa ter uma visão totalizadora e acreditar que uma categoria irá explicar toda a forma de desigualdade. Significa entender que se pode, através do conceito de gênero, pensar como foram construídas as hierarquias das diferenças e estabelecer uma teoria política feminista.

¹⁶⁶ SCOTT, Joan Wallach. *Prefacy of Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n.3, p.11-27, 1994.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José Eustáquio Diniz e ARAÚJO, Clara. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Revista Dados**, vol. 50, nº. 03, p. 535-577, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rosie Marie e PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.) **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p. 82-96, 2001.

_____. Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, nº 24, p. 193-215, Curitiba, 2005.

BADINTER, Elisabeth. **Palavras de Homens**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 137-152, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.

BORBA, Ângela. Legislando para mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p.153-172, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Observações sobre a *história das mulheres*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). **As Mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, p. 57-60, 1993.

BRASIL. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/textos/estatutopt.pdf> Acesso em: 23 de março de 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em “antas”. In: ROMERO, Elaine. **Corpo, mulher e sociedade**. Rio de Janeiro: Papyrus, p.79-91, 1995.

DOMINGUES, Sana Gimenes A. **Gênero, educação e cidadania na visão liberal:** as idéias de Rousseau e de Stuart Mill. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Campos dos Goytacazes: UENF, 2008, 62 f.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero: o problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Ângela (orgs.). **O Dilema da cidadania:** direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da UNESP, p. 235-261, 1995.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política:** gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 15-32, 1998.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino/Feminino:** o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

LINS, Daniel. O sexo do poder. In: _____. **A dominação masculina revisitada.** Campinas: Papyrus, p. 97-128, 1998.

MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão ou subversão do princípio de realização. In: BERNHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, p. 107-120, 1987.

MARQUES, Teresa Cristina de N. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política entre 1850 e 1932. PISCITELLI, Adriana et al (orgs.). **Olhares feministas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p. 437-463, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 09, nº. 01, p.253-267,

Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>
Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

MONTENEGRO, Darlan Ferreira. **O Averso do príncipe**: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores. Tese (Doutorado em Ciência Política Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, 226 f.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 495-515, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. De Marianne a Lulu: as imagens da mulher. In: SANT'ANNA, Denise (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, p. 163-183, 1995.

_____. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história**: mulheres, operários, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, p.167-184, 1988.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. As mulheres e a cidadania na França: história de uma exclusão. In: _____. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, p. 327-341, 2005.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 265-309, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: Fundação Carlos Chagas, p. 127-150, 1992.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RANGEL, Patrícia. **O que os parlamentares pensam sobre as mulheres na política**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=226> Acesso em 23 de janeiro de 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, nº. 01, Florianópolis 2005, p. 11-30.

_____. *Prefacy of Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, n.3, p.11-27, 1994.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

World Economic Forum. **Empoderamento das mulheres:** avaliação das disparidades globais de gênero. UNIFEM, 2005. Disponível em: http://www.unifem.org/attachments/products/Empoderamento_das_Mulheres2_1.pdf
Acesso em: 08 de dezembro de 2009.

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS¹⁶⁷:

- 1- O que o (a) senhor (a) entende por feminismo?
- 2- O (a) senhor (a) acredita que homens e mulheres têm as mesmas condições para atuar na vida pública?
- 3- O que o (a) senhor (a) acha da participação das mulheres no Partido dos Trabalhadores?
- 4- No seu entender, qual é a importância dessa participação?
- 5- O (a) senhor (a) acha que homens e mulheres são tratados da mesma forma dentro do PT? Por quê?
- 6- Na sua visão, o Partido dos Trabalhadores se diferencia dos demais no que se refere à participação feminina?

¹⁶⁷ Esse roteiro serviu apenas de guia às entrevistas, sendo, portanto, flexível. O rumo das conversas e a trajetória específica de cada entrevistado (a) fizeram com que novas questões fossem colocadas ou suprimidas.

7- O que o (a) senhor (a) pensa a respeito da Lei de cotas para as mulheres nas candidaturas políticas?

8- A luta pela igualdade de gênero está ou esteve presente na sua carreira político-partidária? De que forma?

9- Por que o (a) senhor (a) escolheu se filiar ao Partido dos Trabalhadores?

10- Como a luta feminista contribuiu para a formação do PT?